

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LARA SCORSATO SAYA

***A REVOLUÇÃO FRANCESA E OS JACOBINOS: A cisão do Clube dos Jacobinos de
Paris em 1791***

***CURITIBA
2015-2017***

LARA SCORSATO SAYA

***A REVOLUÇÃO FRANCESA E OS JACOBINOS: A cisão do Clube dos Jacobinos de
Paris em 1791***

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em História, na Linha de Pesquisa *Espaço e sociabilidades*.

Orientador: Dr. Renato Lopes Leite

***CURITIBA
2015-2017***

Catálogo na publicação
Mariluci Zanela – CRB 9/1233
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Saya, Lara Scorsato

A Revolução Francesa e os Jacobinos: a cisão do Clube dos Jacobinos de Paris em 1791 / Lara Scorsato Saya – Curitiba, 2017.

160 f.; 29 cm.

Orientador: Renato Lopes Leite

Humanas Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências
da Universidade Federal do Paraná.

1. França – História - Revolução, 1789-1799. 2. Clube de Jacobinos de Paris. 3. França – História – Aspectos políticos. I.

Título.

CDD 944.04




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Setor CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós Graduação em HISTÓRIA
Código CAPES: 40001016009P0

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM HISTÓRIA


No dia vinte e oito de Agosto de dois mil e dezessete às 10:00 horas, na sala Prof. Dr. Carlos Antunes, Rua: General Carneiro, 460, Ed.D.Pedro I, 6º andar, Departamento de História da UFPR, do Setor de CIÊNCIAS HUMANAS da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos de arguição da mestranda **LARA SCORSATO SAYA** para a Defesa Pública de sua Dissertação intitulada: **"A REVOLUÇÃO FRANCESA E OS JACOBINOS: A cisão do Clube dos Jacobinos de Paris em 1791."**. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: CARLOS ALBERTO MEDEIROS LIMA (UFPR), CARLOS EDUARDO VIEIRA (UFPR), JOSÉ ROBERTO BRAGA PORTELLA (UFPR). Dando início à sessão, a presidência passou a palavra a discente, para que a mesma expusesse seu trabalho aos presentes. Em seguida, a presidência passou a palavra a cada um dos Examinadores, para suas respectivas arguições. A aluna respondeu a cada um dos arguidores. A presidência retomou a palavra para suas considerações finais. A Banca Examinadora, então, e, após a discussão de suas avaliações, decidiu-se pela APROVAÇÃO da aluna. A mestranda foi convidada a ingressar novamente na sala, bem como os demais assistentes, após o que a presidência fez a leitura do Parecer da Banca Examinadora. A aprovação no rito de defesa deverá ser homologada pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais do programa. A outorga do título de mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, CARLOS ALBERTO MEDEIROS LIMA, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora.

Observações:

CURITIBA, 28 de Agosto de 2017.


CARLOS ALBERTO MEDEIROS LIMA
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)


CARLOS EDUARDO VIEIRA
Avaliador Externo (UFPR)


JOSÉ ROBERTO BRAGA PORTELLA
Avaliador Externo (UFPR)



AGRADECIMENTOS

Indistintamente agradeço aos meus pais por todo apoio à carreira que escolhi desde os meus tenros 12 anos e por todo suporte nos momentos mais difíceis desta caminhada. Por isso, todas as realizações devem ser celebradas com eles que têm sido o meu porto seguro desde sempre. Agradeço também ao sentido de família construído pelo nosso núcleo tão intenso com o qual aprendo todos os dias o que é amar pura e incondicionalmente.

Agradeço aos meus companheiros de faculdade que me deram apoio nesse percurso profissional e, principalmente, quando mais precisei: a escrita do projeto, as leituras críticas da dissertação, ou quando simplesmente nos reunimos nas calçadas do Pereira divagando sobre o ofício do historiador, pelo qual nutrimos sentimentos diversos, mas que, com certeza, sobressai a satisfação por termos escolhido uma profissão tão nobre. Assim, mesmo distantes no sentido territorial, há a certeza de que vibramos juntos as conquistas um do outro.

Agradeço igualmente às parcerias formadas nessa fase de mudança para Curitiba, que os mais próximos sabem que foi de muita alegria, mas também de grandes superações pessoais. Especialmente à Ana Carolina, a “catarina” que me salvou tantas vezes topando andanças e um bom brinde de cerveja artesanal. Agradeço, portanto, à vida que a UFPR e, sobretudo, Curitiba me proporcionam todos os dias: todos os sentimentos, todas as experiências, todos os obstáculos que representam crescimento pessoal e a todas as pessoas que essa nova jornada me traz em forma de encontros diversos. Agradeço, ainda, ao meu orientador, Renato, que foi peça de grande importância para a concretização deste trabalho.

Por fim, sem mais delongas, apesar dos diversos problemas que encontramos na famigerada “academia”, da falta de políticas que incentivem a nossa profissão avançar no nosso país, dos recorrentes desânimos de naturezas diversas pelos quais passamos, é com imensa alegria e satisfação que apresento a conclusão deste trabalho de mestrado também como forma de resistência e de fazer valer o compromisso social que nós, historiadores, temos.

A mentira do Ideal foi até agora a maldição da Realidade; a própria humanidade, nesse ponto, foi mascarada e falseada até nos seus mais íntimos, até na adoração dos valores opostos àqueles que só poderiam garantir o seu florescimento, o futuro e o alto direito ao porvir.

(Friedrich Nietzsche – *Ecce Homo*)

RESUMO

O objetivo principal da presente pesquisa é analisar a Revolução Francesa sob o enfoque do Clube dos Jacobinos de Paris a fim de compreender as razões que levaram à sua cisão em julho de 1791. Antes, porém, do recorte circunscrito voltado para esse espaço de sociabilidade política possibilitado pelo contexto revolucionário, faz-se necessário reconstruir uma breve história da historiografia que se dedicou a pensar a Revolução Francesa, o que nos permite compreender que se trata de um assunto amplamente abordado e discutido por visões diversas que contribuíram para o seu desvendamento. Além disso, a diversidade de interpretações reforça a ideia de que o conhecimento sobre um determinado assunto é uma fonte inesgotável de novas descobertas. Ou seja, através da historiografia, podemos entender que o conhecimento histórico não é algo engessado e, ao contrário, pode ser ampliado conforme o olhar que direcionamos, as fontes que utilizamos e os métodos que escolhemos, o que nos leva ao segundo momento deste trabalho: buscamos olhar mais pontualmente para o interior do Clube dos Jacobinos, levando em consideração as atas das reuniões e outros documentos complementares que nos auxiliam a entender de que forma funcionava essa sociedade política nascida logo nos primeiros dias da Revolução. Compreendendo o seu funcionamento, a pesquisa se desenvolve tendo em vista as possíveis representações que encontramos nos discursos dos documentos sobre como os jacobinos viam a si próprios e como viam outros grupos, o que permite pelo menos duas interpretações: os jacobinos se entendiam como os “patriotas”, os agentes ativos da mudança política que França necessitava naquele momento e tentavam angariar força para o plano revolucionário na forma de uma extensa rede de uma “sociedade fraterna” que tinha o mesmo objetivo, ao passo que havia aqueles considerados ameaçadores da ordem pública, ou mesmo “inimigos”. Evidentemente, os jacobinos tentavam impor, assim, o seu protagonismo aos demais grupos e essa “imagem” foi construída com contundência ao longo dos anos. Com efeito, com base nas atas, podemos observar a opinião desses homens reunidos para discutir assuntos da política nacional, os desdobramentos internos do Clube, destacando os embates, o processo verbal decorrido das reuniões, as proposições dos membros, buscando investigar as estratégias adotadas de acordo com o momento, bem como as diferenças de opiniões que se tornaram tão latentes após a fuga do rei e da família real em junho de 1791. Nosso intuito a partir disso é concluir o terceiro ponto da pesquisa tendo em vista a cisão que se dará entre os membros do Clube em julho de 1791 e entrever nas atas as razões que os levaram a se dividir politicamente. Por fim, esperamos, assim, alcançar o propósito dessa pesquisa de contribuir para a história da Revolução Francesa, ainda que pontualmente, e para a história do Clube dos Jacobinos de Paris.

Palavras-chave: Revolução Francesa; Clube dos Jacobinos de Paris; sociabilidade política; representação.

ABSTRACT

The main objective of the present research is to analyze the French Revolution under the Jacobins' Club of Paris approach in order to understand the reasons that led to its split in July 1791. However, before the circumscribed cut of this space of political sociability made possible by the revolutionary context, it is necessary to reconstruct a brief history of the historiography that was dedicated to think the French Revolution, which allows us to understand that it is a subject widely and discussed by diverse visions that contributed to its unveiling. Moreover, the diversity of interpretations reinforces the idea that knowledge about a given subject is an inexhaustible source of new discoveries. In other words, through historiography, we can understand that historical knowledge is not something ingrained and, on the contrary, it can be enlarged according to the look that we direct, the sources we use and the methods we choose, which leads us to the second moment of this work: we look more specifically at the interior of the Jacobins Club, taking into account the minutes of meetings and other complementary documents that help us to understand how this political society born in the early days of the Revolution worked. Understanding its functioning, the research develops in view of the possible representations that we find in the speeches of the documents on how the Jacobins saw themselves and how they saw other groups, which allows at least two interpretations: the Jacobins understood themselves as the "patriots", the active agents of political change that France needed at that time and sought to gain strength for the revolutionary plan in the form of an extensive network of a "fraternal society" that had the same goal, while there were those considered threatening public order, or even "enemies". Evidently, the Jacobins tried to impose their protagonism to the other groups and this "image" was constructed with forcefulness over the years. In fact, based on the minutes, we can observe the opinion of these assembled men to discuss matters of national politics, the internal developments of the Club, highlighting the clashes, the verbal proceedings that took place in the meetings, the members' proposals, seeking to investigate the strategies adopted According to the moment, as well as the differences of opinions that became so latent after the escape of the king and of the royal family in June of 1791. Our intention from this is to conclude the third point of the search in view of the division that will take place between the members of the Club in July 1791 and to look into the minutes for the reasons that led them to divide politically. Finally, we hope to achieve the purpose of this research to contribute to the history of the French Revolution, even if punctually, and to the history of the Jacobin Club in Paris.

Keywords: French Revolution; Club of the Jacobins; political sociability; representation.

LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1</i> – Preparativos da Festa da Federação em julho de 1790	74
<i>Figura 2</i> – Procissão dos Estados Gerais para Versalhes em 4 de maio de 1789	79
<i>Figura 3</i> – Sociedade dos Amigos da Constituição	82
<i>Figura 4</i> – Massacre na Capela pelos soldados caçadores	99
<i>Figura 5</i> – A prisão de Luís XVI e sua família na casa de registro de passaportes, em Varennes, em junho de 1791	117
<i>Figura 6</i> – Retorno da família real para Paris após a fuga para Varennes	118
<i>Figura 7</i> – Massacre do Campo de Marte em 17 de julho de 1791	135

SUMÁRIO

<i>Agradecimentos</i>	<i>iv</i>
<i>Resumo</i>	<i>vi</i>
<i>Lista de figuras</i>	<i>viii</i>
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – A REVOLUÇÃO FRANCESA DE 1789: uma breve história da historiografia	21
1.1 A REVOLUÇÃO TERMINOU?	30
1.2 A HISTÓRIA CULTURAL	44
1.3 A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA NOS DIAS ATUAIS	54
CAPÍTULO 2 – CLUBE DOS JACOBINOS DE PARIS: o novo espaço de sociabilidade política	66
1.1 O FUNCIONAMENTO DO CLUBE	77
1.2 O CLUBE DOS JACOBINOS E A ASSEMBLEIA NACIONAL: UMA REPRESENTAÇÃO	87
1.3 L'ORDRE DU JOUR – OS ASSUNTOS DEBATIDOS NAS REUNIÕES DO CLUBE	96
CAPÍTULO 3 – A FUGA DA REALEZA E O ECO ENTRE OS JACOBINOS DE PARIS	111
3.1 A TRAMA DA FUGA	113
3.2 A RESPOSTA DO CLUBE DOS JACOBINOS AO PLANO DE FUGA FRUSTRADO	120
3.3 A CISÃO	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	145
ANEXO A - Lista de deputados, respectivamente, do Terceiro Estado e do Clero (Primeiro Estado) da região da Bretanha, parte dos quais são considerados os fundadores do Clube Bretão, a primeira forma do Clube dos Jacobinos de Paris, no contexto dos Estados Gerais em 1789	152
ANEXO B - Declaração dos direitos do homem e do cidadão	158
ANEXO C – Petição escrita pelos comissários jacobinos contra os decretos da Assembleia Nacional entre 15 e 16 de julho de 1791	159

INTRODUÇÃO

O DESAFIO DA ESCOLHA

Hoje a maioria de nós vivemos num mundo que consideramos não o melhor, mas o único possível. A Revolução Francesa desapareceu aos poucos num passado quase imperceptível, seu brilho foi obscurecido por uma distância de duzentos anos, tão remota que mal podemos acreditar nela. Pois a Revolução desafia a crença. Parece incrível que um povo inteiro fosse capaz de se levantar e transformar as condições da vida cotidiana. Isso é contradizer o postulado prático corrente de que a vida deve se manter nos moldes do mundo prosaico comum.¹

Sob a égide inscrita na historiografia que diz que a Revolução Francesa “representa um momento fundador essencial, não apenas da história nacional, mas da humanidade”², cabe-nos o desafio de nos lançarmos nessa grande odisseia francesa que traz atores e episódios tão diversos quanto as interpretações que circundam sua história. É nesse sentido que este trabalho vem sendo construído com entusiasmo: pensar a Revolução Francesa atualmente, transcorridos mais de duzentos anos, tendo sido analisada por diversas correntes historiográficas e revisitada ao longo de todo esse tempo é, no mínimo, um desafio para a jovem historiadora.

Para analisá-la, deparamo-nos com inúmeras possibilidades, haja vista a diversidade de documentos descobertos e disponíveis e todo o avanço na ciência histórica em termos de métodos, teorias e interpretações, mas, sobretudo, a extensa gama de autores e trabalhos que se debruçaram sobre algum momento, ou alguma figura da sua história, com o objetivo de conhecer mais profundamente um dos episódios mais transformadores da cultura ocidental. É preciso, dessa forma, percorrer atentamente a produção sobre a Revolução: ela exige preparo e atenção do historiador que se arrisque a navegar por ela.

Se a Revolução Francesa “é um dos raros acontecimentos que redefiniram a condição humana e redirecionaram o curso da história”³, a década revolucionária francesa (1789-1799) é vista pelo historiador Michel Vovelle como uma época de subversão total “de todo um

¹ DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 19.

² VOVELLE, Michel. *A Revolução Francesa* (1789-1799). Trad. Mariana Echalar. São Paulo: UNESP, 2012, p. 1.

³ DARNTON, op. cit., p. 7.

edifício político, institucional e social de longa data”⁴, cuja importância se deve pela enorme ruptura revolucionária em um curto período e pela proporção de suas transformações na sociedade francesa do século XVIII. Nessa conjuntura já exposta, clama por destaque em nossa análise o fato de que a Revolução Francesa possibilitou o surgimento de novas estruturas de sociabilidade de cunho político. Entre essas estruturas constavam os clubes, locais de encontro de homens das camadas sociais mais altas da França aos moldes dos salões ingleses e das sociedades de pensamento⁵. Apesar de já existirem essas sociedades no início do século, como as lojas maçônicas, é no contexto dos Estados Gerais de 1789 que o país presencia o surgimento de um clube que será de suma importância para os acontecimentos revolucionários: o Clube dos Jacobinos. Assim, mais especificamente, o objeto da presente pesquisa é dar ênfase ao Clube dos Jacobinos de Paris analisando o discurso das atas de suas reuniões a fim de compreendermos as razões que levaram à ruptura entre os membros em julho de 1791.

Conforme o historiador Alphonse Aulard⁶ sobre a origem do Clube dos Jacobinos em sua primeira forma enquanto Clube Bretão as informações são vagas e contraditórias, no entanto, é possível datar, através de relatos da época, sua origem nos primeiros dias da Revolução em 1789. Fundado por deputados bretões em Versalhes, o clube, inicialmente sob a denominação oficial de Sociedade dos Amigos da Constituição, se instala em Paris em outubro de 1789 no convento dos jacobinos da ordem dominicana localizado na rua Saint-Honoré, que dará nome ao clube a partir de fevereiro de 1792.

Como observamos na historiografia, os trabalhos sobre a Revolução Francesa e os jacobinos têm focos diversos, mas concentram-se, em sua maior parte, no momento em que os jacobinos estão à frente do governo revolucionário, em 1792, quando este assume proporções de uma revolução⁷ de fato: indubitáveis e profundas transformações nas instituições políticas, sociais, econômicas e culturais, em seu sentido mais radical de todo o período, são presenciadas pelos franceses. Contudo, nosso foco não será o período da tomada do poder pelos jacobinos, ou quando a política do Terror é adotada pelos seus representantes no poder, mas sim tentar compreender o momento anterior no qual os membros têm como principal local de debate o Clube – em correspondência com a Assembleia Nacional – e, assim,

⁴ VOVELLE, Michel. *A Revolução Francesa* (1789-1799). Trad. Mariana Echalar. São Paulo: UNESP, 2012, p. 1.

⁵ Ibid., p. 117.

⁶ AULARD, F. -A. Introduction. In: _____. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l’histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, 1889, p. 11.

⁷ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto Ed. PUC-Rio, 2011.

evidenciar a importância desse novo espaço de sociabilidade política para a Revolução como um todo.

Sobre o objeto da pesquisa, acreditamos que, ainda que se trate de um evento pontual em um recorte ainda mais estreito, este é de profunda importância para o curso que a Revolução seguirá a partir dele. Sendo assim, analisar a cisão do Clube dos Jacobinos de Paris permite-nos entender: 1) a importância deste espaço como um articulador das ideias revolucionárias pelo reino francês e, consequentemente, para a definição dos passos a serem tomados pelos deputados da Assembleia Nacional, 2) a nova cultura política que surge com a experiência da Revolução e que servirá de exemplos futuros (sobretudo para outros processos revolucionários) e 3) a proeminência da figura dos jacobinos e seu papel fundamental para os novos rumos da política nacional francesa.

A coleção de documentos que compõe nossas fontes textuais é uma tentativa de resgatar a memória interna do Clube dos Jacobinos de Paris que, ao longo do tempo, perdeu sua documentação oficial (as atas e deliberações das reuniões) e ficou à margem da interpretação lendária que reveste sua imagem: seja na forma de uma lenda de amor, do erro ou da mentira⁸. Destarte, entre 1889 e 1897, o historiador francês François Aulard, autor da presente coleção, mobilizou esforços ao procurar em jornais da época que divulgavam informações das reuniões que aconteciam no Clube, porém, ciente de que o retratado era apenas uma pequena parte da história dos jacobinos e que entre 1791 e 1793 as informações ficaram ainda mais escassas nos periódicos, assim, seu desafio foi organizar cronologicamente os documentos disponíveis a fim de que as lendas em torno do jacobinos fossem, então, desmistificadas com informações mais precisas sobre essas figuras. Desse trabalho nasceram seis volumes que abordam as sessões do Clube dos Jacobinos de Paris, além de conter comentários explicativos do autor que auxiliam na compreensão das atividades desses homens.

Tendo em vista que o objetivo desta pesquisa é entrever nesses documentos as razões que levaram à cisão dos membros do Clube em julho de 1791, consideramos a totalidade das fontes, mas nosso foco está no volume 1 que compreende a introdução sobre o trabalho de organização das fontes e documentos relativos à constituição do Clube enquanto uma sociedade propriamente organizada – como o seu regimento interno –, mas, sobretudo, em dois volumes da coleção (volumes 2 e 3) e mais especificamente entre os meses de janeiro a

⁸ AULARD, F. -A. Introduction. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l'histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 1, p. I, 1889. Disponível em: <https://archive.org/details/lasocitdesja02aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014.

julho de 1791, recorte cronológico que compreende um panorama que chamaremos, a título de simplificação, de *pré-fuga da família real* e *pós-fuga da família real* que ocorreu em 21 de junho de 1791. Esse panorama dividido em duas partes se revela substancial para desvendarmos a problemática sobre a cisão do Clube, pois podemos visualizar as mudanças no discurso dos jacobinos e de que forma o episódio da fuga da família real vai marcar a política francesa, assunto que será abordado com mais ênfase no capítulo 3.

As atas das reuniões do Clube jacobino, sediado em Paris, servem de excelente ponto de partida para o tipo de trabalho que pretendemos, visto que se mostram fecundas ao explorarem temáticas e variedades do cotidiano político da Revolução. Analisar os documentos selecionados em nossa pesquisa significa revelar detalhes muitas vezes despercebidos. Além disso, ao longo do caminho percorrido na análise bibliográfica, constatamos um número considerável de estudos sobre os jacobinos, mas tais estudos enfatizam a participação dos agentes políticos enquanto figuras isoladas, ou sobre suas características no momento em que assumem o poder, desconsiderando, assim, o papel e a relevância do Clube enquanto instituição política e um importante espaço de debates. Por isso, a escolha do tema vem da inquietação de busca por respostas sobre esse espaço político que abrigou os principais nomes da Revolução e teve uma função indispensável nos “bastidores”.

“Fazendo perguntas aos documentos e prestando atenção às respostas, pode-se ter o privilégio de auscultar almas mortas e avaliar as sociedades por elas habitadas”⁹ diz o historiador Robert Darnton, por isso, para que possamos entender a mudança no discurso presente nas fontes e como as representações em torno da figura dos jacobinos mudaram conforme, justamente, o discurso que adotaram no espaço de debate e defesa de suas proposições políticas, partiremos da leitura das atas buscando compreender de que forma o embate político se deu internamente no Clube. Assim, destacaremos as características das reuniões e os assuntos debatidos com maior ênfase a fim de construirmos uma lógica interpretativa do processo interno do Clube dos jacobinos procurando investigar, a partir das deliberações, as razões que levaram a uma cisão entre os seus membros em julho de 1791.

Embora seja igualmente difícil assentar o espírito de 1789 tanto em palavras quanto em tijolos e argamassa, é possível caracterizá-lo como uma energia – uma vontade de construir um mundo novo a partir dos escombros do regime que desmoronou no verão de 1789. Essa energia atravessou tudo durante a Revolução Francesa. Transformou a vida, não só para os ativistas tentando

⁹ DARNTON, Robert. *Boemia literária e revolução*: o submundo das letras no Antigo Regime. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 7.

canalizá-la para os rumos por eles escolhidos, mas também para as pessoas comuns ocupadas em seus afazeres diários.¹⁰

O discurso, defende o historiador francês Michel de Certeau, não é neutro. Por isso, o *lugar social* de onde o historiador fala permite ou proíbe determinadas pesquisas, ele regula, delimita, de alguma forma, a produção historiográfica. Em outras palavras, o historiador, em sua profissão, dialoga institucionalmente com os seus pares¹¹ e essa instituição confere uma estabilidade social a uma teoria, reforça-a e também determina sua linguagem, assim, a objetividade dos fatos históricos é tomada por um sentido próprio do seu lugar, de forma que se torna “impossível analisar o discurso histórico independentemente da instituição em função do qual ele se organiza silenciosamente”¹².

Assim como os dizeres de Darnton, se é difícil resgatar o “espírito” de 1789, nosso trabalho enquanto historiadores é aproximarmo-nos das fontes buscando entender o que elas podem nos dar como vestígios do tempo em que foram produzidas. Da mesma forma, ressaltamos, a pesquisa está orientada pelas escolhas que o historiador faz sobre os métodos de sua análise, que são muitos e diversos, por isso, a narrativa não é neutra. A neutralidade cai por terra no momento em que direcionamos nosso olhar para algum aspecto que queremos abordar, ou pelos embasamentos teóricos sob os quais assentamos nossa pesquisa. Assim, o historiador deixa, através de suas palavras, o “espírito” de sua análise que é composta pelos diversos métodos utilizados para compreender o seu objeto.

Como fio condutor da interpretação que buscamos, destacamos a noção de *representação* do historiador francês Roger Chartier que nos auxilia na compreensão de como os jacobinos se entendiam enquanto um grupo ativo e transformador da política nacional. O horizonte teórico *avant-garde* encetado por Chartier nos anos 1980 trouxe à tona alguns conceitos fundamentais de sua teoria, cujo objetivo é “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.”¹³ Tal visão apreende os atores sociais em confluência às suas ações sociais e as *representações*

¹⁰ DARNTON, Robert. *Boemia literária e revolução*: o submundo das letras no Antigo Regime. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 12.

¹¹ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1982, p. 55.

¹² Ibid., p. 62.

¹³ CHARTIER, Roger. *A história cultural*: entre práticas e representações. Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (Org.). Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002. (Memória e Sociedade), 16-17.

sociais que são a forma “de ver as coisas”¹⁴. Em linhas gerais, a noção de *representação* trabalhada por Chartier seria uma exteriorização do que existe de simbólico no discurso de determinado grupo, a fim de tornar tangível a realidade comum ao conjunto social¹⁵.

A noção de *representação* construída por Chartier é retomada do sociólogo francês do século XIX, Émile Durkheim, e sua teoria acerca da natureza dupla do homem. Esta, por sua vez, tem proximidade com o pensamento desenvolvido pelo filósofo alemão Kant, mas ganha um enfoque propriamente sociológico nas “mãos” de Durkheim. Durkheim trata, portanto, ao falar do *homo duplex*¹⁶, de duas dimensões componentes do homem:

de um lado, como emanções da base orgânica, as sensações e os apetites egoístas, de foro estritamente individuais; de outro as atividades do espírito, como o pensamento conceitual e a ação moral, necessariamente universalizáveis.¹⁷

O homem é, em sua visão, formado pela relação do corpo biológico e a sociedade. O sociólogo ressalta que é, portanto, a vida coletiva, social, que dá a personalidade ao indivíduo e é nesse processo, da associação entre homens, que surgem as *representações coletivas*. Em linhas gerais, estas compreendem os modos “como a sociedade vê a si mesma e ao mundo que a rodeia”¹⁸ e nisso se encaixam, por exemplo, os valores, a religiosidade, os ideais de beleza, as bases morais e os conceitos que ordenam os indivíduos e a vida coletiva. Assim, as *representações coletivas* são formadas através de

uma imensa cooperação que se estende não apenas no espaço mas no tempo também; para constituí-las, espíritos diversos associaram-se, misturaram e combinaram suas idéias e sentimentos; longas séries de gerações acumularam nelas sua experiência e sabedoria. Uma intelectualidade muito particular, infinitamente mais rica e mais complexa do que a do indivíduo está aí concentrada.¹⁹

Destarte, Roger Chartier estrutura sua teoria na sociologia durkheimiana no que diz respeito às “visões de mundo” compartilhadas por um grupo social. Tomando o sujeito

¹⁴ BARROS, José D’Assunção. *A Nova História Cultural* – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 12, n. 16, 1º sem. 2011, p. 48.

¹⁵ SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos. *Acerca do conceito de representação*. Revista de Teoria da História, Universidade Federal do Goiás, ano 3, v. 6, dezembro, 2011.

¹⁶ FILHO, Fernando Pinheiro. *A noção de representação em Durkheim*. Revista Lua Nova, São Paulo, n. 61, 2004, (p. 139-155), p. 140.

¹⁷ Ibid., p. 140.

¹⁸ DURKHEIM apud QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, M. L. de Oliveira; OLIVEIRA, M. G. de. *Um toque de clássicos*: Marx, Durkheim e Weber. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 159 p. (Aprender), p. 71.

¹⁹ Ibid., p. 71.

histórico e as práticas sociais da realidade observada, as representações são, portanto, variáveis, pois dizem respeito a uma determinada época, que, por sua vez, tem os seus valores, ou, para cristalizar uma noção própria da sua corrente historiográfica, tem a sua cultura. Em outras palavras,

as representações são entendidas como classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real. As representações são variáveis segundo as disposições dos grupos ou classes sociais; aspiram à universalidade, mas são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. O poder e a dominação estão sempre presentes. As representações não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas.²⁰

Trabalhar com essa noção de *representação* exige que pensemos a forma como um determinado grupo se entende como tal e como ele se deixa ler, o que leva ao que Chartier apresenta como “luta de representações”²¹, através da qual “um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”²², conflitos imateriais que têm uma dimensão tão importante quanto a das lutas econômicas. O “jogo de forças” próprio dessa concepção de representação compreende as intenções, ideias, interesses e propostas de um determinado grupo que luta para se sobrepor às demais que estão nesse jogo, o que permite dois caminhos interpretativos:

[...] (1º) estudar a construção de identidades sociais a partir do confronto entre as representações impostas por aqueles que detêm o poder de classificar e nomear, e as representações construídas pela própria comunidade, seja passivamente, seja resistindo à imposição; e (2º) estudar a capacidade do grupo de fazer com que se reconheça sua existência a partir da exibição de uma unidade instrumentalizada pela representação. Segundo essa proposta, a história cultural estaria fazendo um duplo “retorno útil ao social”, lançando o olhar para o choque de forças sociais que move as “lutas de representações” e lançando o olhar para a capacidade que o grupo tem de se fazer reconhecer como unidade e identidade.²³

²⁰ CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. *O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier*. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, 2005, (p. 143-165), p. 149.

²¹ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (Org.). Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Difel, 2002. (Memória e Sociedade), p. 17.

²² Ibid., p. 17.

²³ CHARTIER apud CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. *O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier*. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, 2005, (p. 143-165), p. 158.

O surgimento do estudo das visões de mundo e sistemas simbólicos ocasionado da aproximação da História com a Antropologia – que deu origem à chamada *nova história cultural*, escola historiográfica à qual pertence Roger Chartier – foi de suma importância para as leituras feitas da Revolução, cujas possibilidades de interpretação vêm ganhando força e aumentando exponencialmente no aspecto teórico-metodológico da historiografia em um sentido mais amplo. Além disso, o que se entende por *representação* na concepção de Chartier, propiciado por esse contexto, permite-nos entender, como veremos, as ações sociais do Clube dos Jacobinos sob as seguintes perspectivas: 1) como a Assembleia Nacional via a atuação política dos jacobinos no exercício de suas atividades no Clube, 2) como os jacobinos se entendiam enquanto agentes da mudança política que se esperava para a França e como se viam mutuamente, o que, conseqüentemente, nos direciona a outro movimento: a diversidade de ideias nos leva a um jogo de forças estabelecido entre os próprios jacobinos, ou seja, os grupos se formam conforme as ideias que defendem e, assim, lutam para se sobreporem aos demais.

Exposto o quadro teórico que orienta nosso trabalho, a estrutura da presente pesquisa está dividida em três capítulos e traz, ao longo do texto, imagens que não trataremos como fontes, mas sim como um recurso adicional, ou seja, a título de ilustração do conteúdo abordado. Dessa forma, notemos que a explanação de tais documentos complementares não é prolongada, pois exigem, sobretudo, uma metodologia específica de análise, servindo apenas como apoio para a formulação da nossa reflexão.

No primeiro capítulo buscamos abordar uma breve história da historiografia mapeando alguns embates marcantes das principais escolas historiográficas que se dedicaram a pensar sobre a Revolução Francesa e como abordaram – nas obras que citamos – a história dos jacobinos e mais precisamente sua história na espacialidade do Clube localizado em Paris. Acreditamos que esse exercício é incontornável, pois, afinal, trata-se de uma temática profundamente abordada desde autores contemporâneos à Revolução e continua sendo alvo de interesse de tantas outras gerações de historiadores curiosos com os seus desdobramentos, por isso, é de suma importância reavermos essas diferentes interpretações para construirmos nossa própria análise. Dessa forma, estruturamos o capítulo em um primeiro momento tratando dos autores contemporâneos e suas impressões sobre as causas da Revolução, que, veremos, foram controversas e, na sequência, trazemos a figura de Alexis de Tocqueville que faz parte da geração seguinte à dos contemporâneos, além de ser um autor “clássico” quando o assunto é a Revolução de 1789.

Buscando a especificidade de cada uma dessas interpretações que já se encontram distantes do nosso tempo, trabalhamos em seguida com dois embates que não podemos deixar de mencionar. O primeiro é aquele que se estabeleceu entre Michel Vovelle, historiador marxista, e François Furet, principal nome da historiografia “revisionista”, no contexto do bicentenário da Revolução. Como veremos, as comemorações do bicentenário propiciaram esses debates no campo da ciência histórica, além de diversas medidas que partiram do governo francês da época e outras instituições de pesquisa com o intuito de promoverem uma reflexão acerca do impacto da Revolução Francesa. Abordaremos, dessa forma, as principais características das escolas historiográficas desses dois autores buscando compreender de que forma se estruturaram suas perspectivas sobre a Revolução.

O segundo embate que trazemos para nossa análise é aquele entre Roger Chartier e Robert Darnton, ambos expoentes da corrente historiográfica conhecida como História Cultural que, apesar da proximidade teórica e dos objetos que analisam, discordam sobre a proeminência de alguns fatores que tenham contribuído diretamente para o curso revolucionário. Dando sequência ao texto, destacamos também a historiografia de Jonathan Israel, historiador britânico que recentemente publicou uma obra na qual retoma as historiografias precedentes e que se revela como uma fonte importante para dialogarmos com trabalhos atuais, visto que ela traz novos olhares sobre a história da Revolução de 1789. Por fim, o intuito desse capítulo “historiográfico” é mostrar como a diversidade de estudos da Revolução Francesa trouxe um amplo conhecimento sobre diversos dos seus elementos, seja do ponto de vista das suas causas, de quem foram os seus agentes, quais foram seus impactos na história ocidental e como esse conhecimento continua avançando nos nossos dias.

O segundo capítulo tem por propósito entender mais especificamente o que era o Clube dos Jacobinos: sua origem, seus membros, seus objetivos e como funcionava internamente. Nosso olhar, nesse segundo momento da pesquisa, é voltado para analisar o contexto do surgimento desse novo espaço de sociabilidade política apoiando-nos na historiografia, mas também realizando a análise das fontes pertinentes ao Clube, como o seu regimento interno, pois assim conseguimos compreender como os jacobinos se estruturaram institucionalmente, tendo em vista, sobretudo, as atas das reuniões que são as nossas principais fontes e que abordaremos com mais ênfase.

Como veremos, o surgimento do Clube dos Jacobinos está ligado à convocação dos Estados Gerais pelo rei Luís XVI em maio de 1789, em Versalhes, como uma tentativa de

consultar os representantes dos três estados franceses²⁴ e realizar algumas reformas necessárias ao reino francês. Por força da organização dos representantes dos três estados, a reunião foi elevada à condição de Assembleia Constituinte, com o objetivo de escrever uma constituição para a França que atendesse às mudanças políticas e econômicas. É nesse momento que o Clube dos Jacobinos nasce em sua primeira forma: o *clube bretão*, formado por deputados bretões que buscavam discutir questões pertinentes à política e levar as resoluções para a Assembleia.

O clube bretão logo seria transferido para a capital Paris e denominado como *Sociedade dos Amigos da Constituição* em alusão à avidez dos apoiadores do plano constitucional. A sociedade, que cada vez mais passaria a atrair a atenção dos homens da política, aumentaria exponencialmente seu número de deputados-membros com o passar dos anos tendo como principal característica debater de antemão as questões que deveriam ser o foco na Assembleia, de forma que, assim, conseguiriam apresentar uma opinião unificada sobre os rumos da política francesa.

A organização do Clube dos Jacobinos²⁵ é um dos pontos que mais chamam a atenção: trata-se de uma sociedade política que procurou assentar suas bases nos princípios da liberdade, da igualdade e da fraternidade antes mesmo do tripé da Revolução Francesa ser pensado em conjunto e ter se consolidado como um dos lemas mais conhecidos da história ocidental quando pensamos em mudanças políticas e sociais. Os membros prontamente viram a necessidade de aprovarem um regimento interno dividindo as funções burocráticas, mas, principalmente, esclarecendo as intenções e os valores defendidos pelo clube. Essa organização, como veremos adiante, também “mexeu” com os ânimos de alguns deputados da Assembleia Nacional incomodados com a efetividade das reuniões e da rede de sociabilidade estabelecida entre a sede em Paris e outras sociedades afiliadas espalhadas pelo reino, que mantinham uma articulação orgânica sobre o contexto revolucionário.

²⁴ A França de Antigo Regime era socialmente dividida em três ordens sociais: Clero, Nobreza e Povo, respectivamente 1º, 2º e 3º estados. O Terceiro Estado, que compunha o que chamamos de “povo”, era uma ordem muito diversificada, pois nela estavam a alta e baixa burguesia e também os camponeses, denotando sua enorme diferença cultural. Apesar de ser o mais numeroso, politicamente, o Terceiro Estado era o que tinha a menor representatividade e uma das “bandeiras” erguidas durante o processo revolucionário foi a de extinguir os privilégios dos demais estados.

²⁵ A denominação de *Clube dos Jacobinos* viria posteriormente em 1792. O nome é devido ao local onde se encontravam os membros: um convento da ordem dominicana dos jacobinos na capital parisiense, mas “jacobino” também foi uma forma de identificar e difamar os deputados mais “radicais” do ponto de vista das ideias defendidas para a Revolução. Assim, é de nossa escolha metodológica tratar a sociedade como Clube dos Jacobinos de Paris para melhor caracterizar o recorte que fizemos, pois acreditamos que em 1791 há uma compreensão por parte dos membros de que estão se inserindo na história francesa como um grupo político organizado institucionalmente e ativos no processo de mudança cultural.

Dessa forma, perceberemos a postura de parte do corpo da Assembleia contrária à influência que os jacobinos passaram a exercer além do seu espaço físico, que aliás, poderia ser contabilizado em uma área de atuação muito maior se pensarmos nas sociedades afiliadas em outras cidades francesas. É justamente essa capacidade de organização e expansão que preocupava alguns deputados que, então, passaram a tratar os jacobinos como ameaçadores da ordem pública, ou até como inimigos da pátria. Enquanto eles se viam como patriotas e os verdadeiros amigos da constituição, a representação dos jacobinos por outros grupos como conspiradores de uma revolução à parte, que exerceriam sua influência para minar o processo em curso, é importante para entendermos melhor sua história e endossar seu protagonismo na Revolução de 1789, tendo em vista, em especial, o local onde mantinham ativo o exercício de discussão política: o clube.

O terceiro capítulo é pontualmente onde se concentra nossa problemática: compreender as razões que levaram ao rompimento entre os membros do Clube dos Jacobinos em julho de 1791. Assim, através da análise das atas podemos observar que o episódio da fuga da família real francesa para a cidade de Varennes, como uma medida de tentar afastar o rei das manifestações de Paris, repercutiu de forma decisiva tanto para a configuração do Clube, quanto para os rumos que a Revolução tomaria a partir daquele momento. Evidentemente, o que buscamos é perceber como os membros reagiram e quais serão as decisões tomadas como resultado desse panorama de descoberta da fuga e recondução da família real para Paris. Tendo em vista esse episódio, o que pretendemos é, portanto, perceber no discurso contido nos documentos se essa cisão é possível de ser detectada, se ela vai sendo amadurecida ao decorrer dos acontecimentos, ou se ela foi uma consequência inesperada.

Por fim, os caminhos escolhidos para estruturar essa pesquisa só fazem sentido se pensados em conjunto. Entender o que levou à cisão do Clube dos Jacobinos de Paris não seria possível se não olhássemos para sua origem, para os princípios sob os quais está assentado e quais eram os seus propósitos de funcionamento, os assuntos debatidos nas reuniões, ou seja, quem eram os jacobinos e de que maneira esse espaço político funcionava. Mas, para entendermos essas questões é necessário também nos reportarmos à historiografia que por longos períodos têm se dedicado a pensar sobre todos esses elementos, ainda que as possibilidades de análise sejam tão diversas, para que, então, possamos ao menos nos aproximarmos desse período tão distante do nosso tempo, mas que continua exercendo sua influência para o avanço do campo da escrita da História, ou despertando fascínio nas mentes curiosas sobre um dos episódios mais marcantes da história ocidental.

CAPÍTULO 1

A REVOLUÇÃO FRANCESA DE 1789: uma breve história da historiografia

Se consideramos o fato um evento, é porque julgamos que o próprio fato é interessante. Se nos interessamos por seu caráter repetitivo, ele é, apenas, um pretexto para a descoberta de uma lei.²⁶

As palavras de Paul Veyne anunciam uma inquietação comum ao historiador: qual é o papel que desempenhamos no nosso ofício? Qual a função da narrativa histórica? De acordo com o autor, as especulações que o trabalho historiográfico suscita são, em verdade, a descoberta de um limite: “em nenhum caso, o que os historiadores chamam um evento é apreendido de uma maneira direta e completa, mas, sempre, incompleta e lateralmente, por documentos ou testemunhos, ou seja, por tekmeria, por indícios”²⁷. No mesmo sentido, *História e verdade*²⁸ é o título de uma obra do filósofo de tradição marxista Adam Schaff que procura discutir a questão da verdade na História e se revela muito oportuna para iniciarmos nossa análise. Amplamente debatida entre diversas escolas historiográficas, a “verdade”²⁹ do que *realmente aconteceu* almejada com a pesquisa é, por vezes, tomada por um sentido teórico específico, ou até mesmo negada por autores chamados de pós-modernos³⁰ que acreditam que a História se aproxima da literatura de ficção por ser um resultado da narrativa construída pelo historiador. Ainda que sejam colocações básicas e de certa forma superficiais, o ponto principal que nos norteia é entendermos que a “verdade histórica” é um tema recorrente e, por que não, inesgotável, que trata de uma reflexão do período do qual fala o historiador, os seus métodos, os trajetos por ele percorridos em seu trabalho, ou seja, temas inerentes à própria escrita da História.

Embora seja claro afirmarmos que o tempo da narrativa histórica é o passado e que o trabalho da historiografia é relatá-lo na forma de fatos interpretados, caímos na dificuldade que Schaff nos traz sobre a questão da “verdade” e sua relação com a História, afinal, “quem

²⁶ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Brasília: UnB, 1998, p. 17.

²⁷ Ibid., p. 17.

²⁸ SCHAFF, Adam. *História e verdade*. Trad. Maria Paula Duarte. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

²⁹ Esclarecemos que nosso foco não é discutir o sentido semântico de *verdade* em História, assunto amplamente debatido entre historiadores e filósofos, mas sim percorrer as interpretações históricas das escolas historiográficas que deram seu “tom”, ou seja, sua visão/versão sobre os acontecimentos históricos. Dessa forma, o texto de Adam Schaff funciona como um guia para abordarmos algumas das principais historiografias da Revolução, sobretudo porque o autor percorre cronologicamente essas historiografias.

³⁰ SUTERMEISTER, Paul. *A meta-história de Hayden White: uma crítica construtiva à “ciência histórica”*. Revista Espaço Acadêmico, UEM, v. 9, nº 97, jun., 2009. ISSN: 1519-6186. Disponível em: <<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/7102/4141>>. Acesso em: 01 mar. 2016.

nos garante que o relato é verdadeiro?”³¹. O historiador alemão Reinhart Koselleck afirma que a narrativa propriamente histórica, com estatuto de cientificidade, nasce no limiar entre as lendas, os mitos, os contos de fada e o anseio por informações confiáveis, de maneira que a historiografia se difere das demais formas de narrativa por ser capaz de passar pelo crivo da verificabilidade. Desse ponto de vista, a narrativa que pudesse ser verificável através das fontes testemunhais teria um grande peso, tal como fez Heródoto, o pai da historiografia³², que narrou um relato que ele próprio havia vivenciado, impulsionando, assim, o nascimento da história contemporânea, aquela “que provém do mundo da experiência da comunidade geracional vivente”³³. Podemos assim simplificar dividindo o tempo da historiografia em duas partes: a da história contemporânea, do tempo presente daqueles que são testemunhas oculares ou agentes ativos do acontecimento, e a “história antiga”³⁴ que, segundo Koselleck, “começa no ponto em que as últimas testemunhas morrem” e ela avança “na mesma medida em que as gerações se sucedem”³⁵.

O período da Revolução Francesa é, sem dúvida, um grande ponto de partida para pensarmos de que forma foram construídas narrativas em torno dela. Como ressalta Schaff, a historiografia é unânime por não apresentar nenhuma interpretação que ponha em cheque o acontecimento, no entanto, os diferentes recortes temporais/espaciais/temáticos e as diferentes perspectivas sobre o processo, suas causas e seus desdobramentos formam imagens diferentes e até contraditórias do mesmo fenômeno. Indo ao encontro do objeto de estudo da presente pesquisa que é analisar a Revolução Francesa com o enfoque no Clube dos Jacobinos de Paris de Paris sob a perspectiva de uma ruptura entre os membros ocasionada por uma crise política em decorrência da fuga do rei para Varennes em junho de 1791, a escolha de Schaff para analisar historiograficamente a Revolução de 1789 se dá por três razões: de um lado, porque a considera um acontecimento verdadeiramente importante³⁶, de outro, pelo tempo decorrido, que permite a analisarmos com a devida distância, sem “paixões” e, por fim, porque foi objeto de inúmeras gerações de historiadores com interpretações diversas.

A começar pelos autores contemporâneos à Revolução, a preocupação de Schaff é mostrar que as fontes imediatas, ou seja, aquelas que estão sendo produzidas no decorrer do acontecimento, não passam por um período de maturação, no entanto, considera louvável o

³¹ KOSELLECK, Reinhart. Os tempos da historiografia. *Estrados do tempo: estudos sobre história*. Trad. Markus Hediger. Rio de Janeiro, Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2014, p. 267.

³² Ibid., p. 268.

³³ Ibid., p. 268.

³⁴ Ibid., p. 269.

³⁵ Ibid., p. 269.

³⁶ SCHAFF, Adam. *História e verdade*. Trad. Maria Paula Duarte. São Paulo: Martins Fontes, 1978, p. 10.

esforço dos autores dedicados a transmitir uma verdade objetiva dos fatos que vivem. Cabe mencionarmos que o exercício da ciência histórica sempre carrega a intenção do historiador³⁷, por isso, a “verdade” – e aqui a entendemos como a neutralidade em narrar os fatos – é tão questionada, como, por exemplo, quando nos deparamos com os adversários declarados da Revolução, como o Abade Barruel³⁸, que, assumindo a roupagem contrarrevolucionária, vai interpretar os fatos à sua maneira afirmando que “a Revolução foi o resultado de uma conspiração internacional dos Jacobinos, cujas principais personagens eram Voltaire, d’Alembert, Diderot e... o rei Frederico II”³⁹. A princípio, as emoções contidas na narrativa da história *contemporânea* – aquela que acontecia no mesmo tempo – da Revolução Francesa parecem ser uma característica desse primeiro contato com a história que vivem os presentes e, segundo Schaff, porque ainda não há um método definido a ser seguido por esses autores.

Por outro lado, Antoine Barnave também é uma das figuras contemporâneas da Revolução e que compõe o conhecido “triumvirato”, formado, além deste, por Adrien Duport e Alexandre de Lameth, defensores da monarquia constitucional. Os escritos do advogado francês mudam o referencial de análise e fornecem uma tentativa metodológica mais técnica de analisar a Revolução levando em consideração o contexto mais amplo no qual a Europa estava inserida naquele momento, que demonstra, de maneira sutil, que Barnave objetiva um trabalho mais sistemático, que abarque fundamentos teóricos em torno da Revolução buscando compreender suas causas e ressaltando as mudanças sociais. Segundo Barnave,

[...] pouco a pouco, os progressos do estado social criam novas fontes de poder, alteram as antigas e mudam a proporção das forças. As antigas leis não conseguem se manter por muito tempo; como existem novas autoridades, é preciso que se estabeleçam novas leis para fazê-las agir e reduzi-las a sistema. Assim os governos mudam de forma, ora por um avanço suave e imperceptível, ora por comoções violentas.⁴⁰

Schaff destaca o vanguardismo do advogado e membro da Assembleia Nacional Constituinte em trabalhar metodologicamente com a percepção de classes sociais, no entanto, compreende que apesar de sua “clarividência social”⁴¹, Barnave fala de um lugar social que é

³⁷ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1982.

³⁸ BARRUEL, A. *Memoires illustrating the history of the jacobinism*. Fraser, Michigan: American Council on Economics and Society, 1995.

³⁹ SCHAFF, Adam. *História e verdade*. Trad. Maria Paula Duarte. São Paulo: Martins Fontes, 1978, p. 12-13.

⁴⁰ BARNAVE apud VOVELLE, Michel. *A Revolução Francesa (1789-1799)*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Editora Unesp, 2012 p. 14.

⁴¹ SCHAFF, op. cit., p. 21.

a burguesia, e sua posição não lhe deixa avançar nos problemas que envolvem, por exemplo, o campesinato francês, em outras palavras, sua fala está restrita à sua “classe”.

O que Schaff busca mostrar é, portanto, como o conhecimento em torno da Revolução foi construído a partir das tentativas de alguns dos seus contemporâneos que, através de reflexões registradas nas fontes escritas, mostraram-se preocupados em analisar suas causas e torná-las compreensíveis a outros indivíduos, mas o autor destaca que esse esforço estava apenas no início, visto que a historiografia seria lapidada aos poucos, com as gerações futuras de historiadores. Nesse momento em que os métodos historiográficos ainda estão em desenvolvimento, há uma clara tentativa de registrar os fatos, no entanto, o que se observa são relatos mais preocupados em trazer as impressões e emoções do autor que os vive. Assim,

as opiniões que transcrevemos até aqui, constituem outros tantos materiais interessantes para caracterizar a época, mas, do ponto de vista da historiografia [...], tudo isto é ainda bastante primitivo. Será preciso esperar pela época seguinte – a que se segue à Primavera dos Povos – para encontrar elementos qualitativamente novos na historiografia francesa e ver principiar, ao mesmo tempo uma grande controvérsia sobre as causas econômicas da Revolução de 1789; controvérsia que se mantém acesa ainda hoje entre os historiadores franceses. Estou a pensar, em particular, em duas grandes obras consagradas à Revolução Francesa e doravante clássicas: a *Histoire de la Révolution* de Jules Michelet [...] e a *Ancien Régime et la Révolution* de Alexis de Tocqueville.⁴²

Sem dúvida, quando o assunto é as causas da Revolução Francesa os dois autores mencionados por Schaff, Michelet e Tocqueville, são incontornáveis. Especialmente porque o universo dos historiadores do século XIX é marcado pelo advento de uma historiografia mais sistematizada do ponto de vista do embasamento teórico e metodológico das fontes, ou seja, surge uma história que traz o atributo de ser “positiva” justamente pelo desenvolvimento das técnicas científicas que orientam o conhecimento de uma forma geral, inclusive a História que passa a destacar a importância dos documentos que “falam” por si só, além do fato de que nesse momento não se trata mais de uma história contemporânea, já existe, portanto, um distanciamento temporal das gerações de historiadores.

Jules Michelet é conhecido por sua escrita peculiar e romântica com a qual parece dialogar constantemente com o leitor através de perguntas retóricas e o efeito explicativo através das metáforas que utiliza. Sua *Histoire de la Révolution Française* [História da Revolução Francesa], originalmente publicada em 1847, é permeada pela convicção republicana do autor que não mede esforços para deixar evidente seu apreço pela liberdade,

⁴² SCHAFF, Adam. *História e verdade*. Trad. Maria Paula Duarte. São Paulo: Martins Fontes, 1978, p. 27.

principalmente face aos acontecimentos considerados despóticos (como a política institucional do Terror que “caçava” os inimigos da Revolução promovida pelo Comitê de Salvação Pública a partir do ano I da República Francesa) que foram observados durante a Revolução. Sua escrita é também dotada de juízos de valores constantes, por isso, cabe a cautela ao termos contato com sua obra, no entanto, sua importância para a época está na questão levantada sobre o papel da Igreja como um dos fatores da eclosão da Revolução. “A Revolução é cristã ou anticristã?”⁴³ questiona vigorosamente Michelet pensando nas instituições sociais francesas que emanavam do cristianismo e que foram tomadas pelo novo princípio revolucionário. Como o próprio autor menciona, outros autores do seu tempo tiveram medo e receio de pensar sobre o papel político exercido pela Igreja e de que forma ela foi responsável pelo fenômeno, mas ele, diferentemente, propõe:

solitário, desinteressado, farei, em minha fraqueza, o que não fazem os fortes. Sondarei a questão diante da qual recuam, e terei, talvez, antes de morrer, o prêmio da vida, que é descobrir o verdadeiro e dizê-lo segundo o coração.⁴⁴

Possivelmente aí reside sua maior contribuição para o período envolvido. Michelet busca analisar os acontecimentos da Revolução a partir de um outro ângulo. A versão dos fatos que busca inaugura uma interpretação diferente a partir das reflexões que faz e das conclusões às quais chega. Segundo o autor, “vários espíritos eminentes [...] afirmaram em nossos dias que a Revolução não era mais do que a consumação do cristianismo”⁴⁵, mas, para ele, entre o cristianismo e a Revolução existe uma grande fissura⁴⁶ que separa os dois atores, de forma que,

se essa asserção tem fundamento, o século XVIII, os filósofos, os precursores, os mestres da Revolução se enganaram, fizeram uma coisa completamente diferente do que pretenderam fazer. Em geral, eles têm um objetivo totalmente distinto da consumação do cristianismo. [...] Se há apenas um ator, não há drama, não há crise; a luta que acreditamos ver é pura ilusão; o mundo parece agitar-se – na realidade, está móvel. Mas não, não é assim. A luta é por demais real. Não existe aqui um combate simulado entre o mesmo e o mesmo. Há dois combatentes, [...] dois princípios, dois antigos, o antigo, o novo.

⁴³ MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa*: da queda da Bastilha à festa da Federação. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 39.

⁴⁴ Ibid., p. 42.

⁴⁵ Ibid., p. 42.

⁴⁶ NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. Na trama da Revolução Francesa com Jules Michelet. *Saeculum Revista de História*. Universidade Federal da Paraíba, n. 8/9, p. 143-155, jan./dez, 2002-2003. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/11282>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

Com isso, observamos quais são as ideias que fundamentam o pensamento de Michelet. Segundo o autor, a Revolução se aproxima dos princípios cristãos no que diz respeito à preocupação com a fraternidade humana comum a toda sociedade, mas se distancia à medida que a Revolução pauta a vida civil no Direito e na Justiça das leis, não mais na ideia de salvação e vontade divinas. Dessa forma, o advento de novas ideias personificadas nos pensadores iluministas traz uma nova forma de se pensar a organização da sociedade que põe em evidência o povo e o vanguardismo da luta incitada pelas mulheres, elementos que necessariamente rompem com o Antigo Regime.

Consoante à ideia inicial trazida por Adam Schaff, o que poderíamos entender por *verdade* nesse momento? Não se trata, evidentemente, de um julgamento, mas de ponderarmos que o conhecimento trazido em forma de narrativa histórica pelo autor Jules Michelet – assim como pelos seus precursores e os seguintes – é, portanto, *uma forma de ver as coisas*, é uma *interpretação* que envolve amplas questões como a seleção de materiais disponíveis em função de um critério do autor, as instituições às quais o autor está vinculado e como as articula em forma de narrativa. Assim, aos olhos de Michelet, a Igreja é um referencial chave na trama revolucionária, mas as causas que observa não se limitam ao rompimento com as ideias do cristianismo, o autor ainda ressalta como a monarquia tornou-se injusta – e essa é uma ideia constantemente destacada em seu texto – para com o seu povo, especialmente diante da crise financeira e a miséria que assolavam a França.

Contemporâneo de Jules Michelet, Alexis de Tocqueville é um daqueles autores ditos “clássicos” por excelência. O historiador francês é conhecido por duas grandes obras: *A Democracia na América*, publicada entre 1835 e 1840 e *O Antigo Regime e a Revolução*, esta publicada em 1856 e inacabada pela morte prematura do autor em 1859, que trazem a perspectiva de análise da história social, ou o que seria o seu embrião com a proposta de uma “sociologia histórica comparada”⁴⁷, inaugurando, assim, uma nova forma de se fazer História. Se comparado ao contemporâneo Michelet, Tocqueville difere em muito na forma como elabora sua narrativa: está menos preocupado em narrar “com o coração” e muito mais em *reconstruir* aquela realidade da qual fala, buscando “mostrar e explicar a causa, o caráter, o alcance dos grandes eventos que formavam os elos principais do encadeamento desse período. Então a narração dos fatos já não seria o objetivo do livro”.⁴⁸ Assim,

⁴⁷ TOCQUEVILLE, Alexis de. Introdução. *O Antigo Regime e a Revolução*. Trad. Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009, p. XVII.

⁴⁸ Ibid., p. XI.

tendo em mente esses objetivos, a interpretação de Tocqueville se diferencia de outras contemporâneas a ela, como as de Lamartine, Louis Blanc e Jules Michelet. Para levar adiante uma história do Antigo Regime que privilegiasse a interpretação em detrimento da narrativa, uma história que buscasse as estruturas profundas da sociedade francesa, seu trabalho implicou uma “fusão dos fatos com as ideias, da narração com o julgamento, da ‘história propriamente dita’ com a ‘filosofia da história’” (JASMIN 2005, p. 198); em resumo, a junção entre a reflexão filosófica e a história. Assim concebido, *O Antigo Regime e a Revolução* originou uma importante mudança de perspectiva metodológica no fazer histórico.⁴⁹

Entre as inovações trazidas por Tocqueville para o campo da historiografia que já começa, então, a ter novas delineações mais sistemáticas e relatos imparciais, está sua preocupação em mostrar para o leitor as motivações do seu trabalho e definir os métodos que pretende utilizar para concretizar a pesquisa. Com isso, o autor objetiva, então, a constatação das possíveis causas da Revolução. Em suas primeiras palavras do livro escreve:

os franceses fizeram em 1789 o maior esforço que um povo já empreendeu, a fim de, por assim dizer, cortarem em dois seu destino e separarem por um abismo o que haviam sido até então do que queriam ser dali em diante. Com esse objetivo, tomaram toda espécie de precauções para não levarem para sua nova condição coisa alguma do passado; impuseram a si mesmos toda sorte de coerções para se moldarem diferentemente de seus pais; enfim, nada esqueceram para se tornarem irreconhecíveis.⁵⁰

Buscando compreender as razões que motivaram os franceses a tomarem essa atitude de uma mudança radical, Tocqueville acredita que o responsável por sua ruína foi a própria estrutura de Antigo Regime em uma perspectiva de longa duração, ou seja, foi um processo de centralização do poder que se esgotou engendrando os acontecimentos revolucionários. O foco de Tocqueville no aspecto político das instituições sociais, especialmente na questão da centralização do poder monárquico, o diferencia das demais interpretações em torno da Revolução Francesa até então.

Tocqueville não parece concordar com a ideia de que os filósofos iluministas estabeleceram uma guerra contra a Igreja. Para ele, o ataque à instituição “era bem menos como doutrina religiosa do que como instituição política que o cristianismo havia acendido

⁴⁹ OLIVEIRA, Josemar Machado de. Continuidade e ruptura em *O Antigo Regime e a Revolução*: o problema da centralização administrativa. *Revista História da Historiografia*. Ouro Preto, n. 11, p. 230-243, 2013. Disponível em: <<http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/viewFile/474/355>>. Acesso em: 29 mar. 2016, p. 234.

⁵⁰ TOCQUEVILLE, Alexis de. *O Antigo Regime e a Revolução*. Trad. Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009, p. XLI.

esses ódios furiosos.”⁵¹ Afirmar que as sociedades democráticas, as quais Tocqueville defendia vigorosamente, eram incompatíveis com a religião, era, segundo ele, um erro, pois “a experiência de todos os séculos mostrou que a raiz mais vivaz do instinto religioso sempre esteve plantada no coração do povo”⁵², sendo assim, a Revolução tinha como essência uma ruptura social e política e, por isso, voltou-se contra o poder político-social exercido pela Igreja, o que se justifica tendo em vista a posição social dos sacerdotes, que ocupavam o lugar mais estável e mais privilegiado daquela sociedade com a qual buscava romper.

Tocqueville vai além no seu pensamento inovador quando ressalta que durante seus estudos percebeu que a Revolução teve duas fases bem distintas: “a primeira, durante a qual os franceses parecem querer abolir tudo do passado; a segunda, em que vão retomar nele uma parte do que haviam deixado”⁵³, em seguida, complementa:

há um grande número de leis e de hábitos políticos do Antigo Regime que assim desaparecem subitamente em 1789 e ressurgem alguns anos depois, como alguns rios se afundam na terra para reaparecerem um pouco adiante, mostrando as mesmas águas para novas margens.⁵⁴

O novo estado social inaugurado pela Revolução não era, de acordo com o autor, totalmente formado por instituições renovadas, elas traziam muito mais do passado monárquico do que acreditavam. É o caso das Assembleias nacionais, motivo de orgulho⁵⁵ para os revolucionários, mas que Tocqueville defende ser um exemplo de centralização administrativa já existente no Antigo Regime com o advento do Estado moderno que solapou os poderes feudais locais. Situando a Revolução de 1789 em uma perspectiva mais ampla, o autor redimensiona o binômio ruptura/continuidade⁵⁶, ao entendê-la como um fenômeno que contou com um esforço jamais testemunhado de mudar a ordem social, ou seja, uma clara ruptura, mas percebendo alguns costumes observados justamente na ordem antiga, o que caracteriza continuidade.

O pensamento de Tocqueville toma outro rumo daquele defendido por Michelet também no seguinte aspecto: enquanto Michelet trata da miséria e da profunda crise

⁵¹ TOCQUEVILLE, Alexis de. *O Antigo Regime e a Revolução*. Trad. Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009, p. 9.

⁵² Ibid., p. 10.

⁵³ Ibid., p. XLIV-XLV.

⁵⁴ Ibid., p. XLV.

⁵⁵ Ibid., p. 40.

⁵⁶ OLIVEIRA, Josemar Machado de. Continuidade e ruptura em *O Antigo Regime e a Revolução*: o problema da centralização administrativa. *Revista História da Historiografia*. Ouro Preto, n. 11, p. 230-243, 2013. Disponível em: <<http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/viewFile/474/355>>. Acesso em: 29 mar. 2016, p. 236.

econômica vivenciada pelos franceses às portas da Revolução como sendo uma das suas principais causas, Tocqueville atribui à França “uma melhor situação econômica e política sobre a qual os restos do feudalismo se tornavam ainda mais pesados”⁵⁷. Na visão tocquevilliana, a França na segunda metade do século XVIII apresentava uma realidade muito mais favorável, sobretudo para os camponeses que detinham uma posição mais livre, se comparada a outros tempos, e também uma situação econômica melhor, mas do ponto de vista social eles continuavam isolados padecendo com os altos impostos. Essa realidade próspera econômica e política – sem deixar de considerar a influência intelectual dos filósofos iluministas e a discrepância das classes sociais – possibilitou que a França, em meio à “tendência” antifeudal que circulava em toda a Europa, se sobressaísse na luta contra os restos do feudalismo⁵⁸.

Tocqueville, por fim, surpreende por apresentar uma escrita neutra e desvelar as visões “apaixonadas” da Revolução. Ele reconhece sua importância, mas evita tratá-la como um evento extraordinário. Destarte, de acordo com suas palavras:

o que a Revolução foi menos que tudo é um acontecimento fortuito. Pegou o mundo de surpresa, é bem verdade, e entretanto era apenas o complemento do mais longo trabalho, o encerramento súbito e violento de uma obra na qual dez gerações de homens haviam trabalhado. Se não tivesse acontecido, o velho edifício social não teria deixado de cair em outro lugar, aqui mais cedo, ali mais tarde; apenas, teria continuado a cair parte por parte em vez de desmoronar de uma só vez. A Revolução concluiu bruscamente, por um esforço convulsivo e doloroso, sem transição, sem precaução, sem complacência, o que teria se encerrado pouco a pouco por si mesmo ao longo do tempo. Essa foi sua obra.⁵⁹

Até esse momento da historiografia da Revolução Francesa, ainda que mencionados apenas alguns, inúmeros autores vieram a refletir sobre o corrente “espírito da época” e buscaram compreender as causas daquela que foi entendida como “*La Révolution*”⁶⁰ [A Revolução]. O exercício que buscamos é percorrer brevemente a história da historiografia em torno da Revolução Francesa de forma que possamos tatear os mais de duzentos anos de história desde 1789 sob o olhar dos historiadores que se debruçaram sobre o fenômeno. A busca pela verdade, ou a história da Revolução Francesa em forma de *pontos de vista* foi, assim, aos poucos, sendo delineada pelos agentes que, de fato, a viveram, mas igualmente

⁵⁷ SCHAFF, Adam. *História e verdade*. Trad. Maria Paula Duarte. São Paulo: Martins Fontes, 1978, p. 31.

⁵⁸ TOCQUEVILLE, Alexis de. *O Antigo Regime e a Revolução*. Trad. Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009, p. 31.

⁵⁹ Ibid., p. 24-25.

⁶⁰ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2011, p. 52.

pelas gerações futuras de historiadores com visões de mundo muito particulares. Além disso, os enfoques em diferentes aspectos de análise da Revolução foram se consolidando: os aspectos social, econômico, político e cultural representam as tantas possibilidades de extrair as “verdades” sobre um fenômeno histórico, de forma que não é determinante, para dar ênfase a um aspecto, incompatibilizá-lo com os demais. É por isso que enfatizamos que o estudo da história da historiografia se faz indispensável, pois, através dela, conseguimos ter uma visão mais ampla *do que foi* a Revolução Francesa de 1789, tendo em mente, inclusive, os bons frutos que renderam os embates e as críticas no campo da escrita da história.

1.1 A REVOLUÇÃO TERMINOU?

Atualmente, decorridos mais de dois séculos desde 1789, cabe apropriarmos da seguinte indagação: “La Révolution est-elle ‘terminée’?”⁶¹, questão levantada pelo historiador francês Michel Vovelle, um dos nomes mais célebres quando o assunto é a Revolução. Nesse momento em que é possível constatar um avanço da História como ciência, tendo em vista a constante reflexão e o consequente desenvolvimento de teorias e métodos “solidificados”⁶², cabe ressaltar a importância de algumas organizações que se dedicam à divulgação dos trabalhos historiográficos atuais sobre a Revolução Francesa e seus agentes. É o caso da *Société des Études Robespierriennes* e do *Institut d’histoire de la Révolution Française*⁶³ ligado à Universidade de Paris 1 Panthéon – Sorbonne na França, fundado por Georges Lefebvre⁶⁴. Tendo seus trabalhos iniciados respectivamente em 1908 e 1937, ambas têm a missão de trabalhar com a memória da Revolução e divulgar os estudos concernentes a ela até os dias atuais, evidenciando, principalmente, os debates renovados sobre tal temática em forma de revistas, dissertações, teses, colóquios, entre outros espaços de produção científica.

⁶¹ VOVELLE, Michel. *L’Historiographie de la Révolution Française a la veille du bicentenaire*. Estudos Avançados, p. 61-72. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v1n1/v1n1a06>>. Acesso em: 06 ago. 2015.

⁶² Por teorias e métodos “solidificados” entendemos aqueles que foram trabalhados por diferentes historiadores que, se apropriando deles, construíram suas análises. Podemos citar uma gama extensa de teorias e métodos de diferentes especialidades que compõem o campo da História e que começaram a ser desenvolvidos desde o século XVIII, mas que nos séculos posteriores ganharam força enquanto campo de conhecimento, como, por exemplo: História Demográfica, História da Cultura Material, História das Mentalidades, História Cultural, Etno-História, História do Imaginário, História Política, História Social, História Econômica, História Oral, História do Discurso, História Imediata, História Serial, História Quantitativa, História Regional, Micro-História, etc. Ver: BARROS, José D’Assunção. *O campo da História*. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

⁶³ Ver: <http://ihrf.univ-paris1.fr/>

⁶⁴ Ver: <https://ahrf.revues.org/210>

Destacamos também o contexto que a própria internet propicia para a divulgação e o amplo acesso a novos estudos de diversos lugares do mundo, assim, é possível estabelecer contato direto com pesquisadores que se dedicam ao mesmo objeto. Esta observação nos apresenta uma situação no mínimo animadora: ao pesquisarmos um assunto histórico tão distante do nosso tempo, ainda que muito explorado, a diversidade do mundo virtual nos possibilita ter acesso a uma amplitude de fontes e outras obras que em outros tempos só seriam acessíveis *in loco* em alguma biblioteca, museu, ou acervo pessoal.

Nessa conjuntura de possibilidades de diálogo entre antigas e recentes pesquisas, é certo que a historiografia em torno da Revolução Francesa avançou desde então e é constantemente repensada, por isso, cabe destacarmos alguns debates muito profícuos que se estenderam no tempo para entendermos como grandes teorias da História se apropriaram da temática e deram seu tom aos acontecimentos revolucionários. A concepção de *verdades*, remetendo à ideia de diferentes interpretações sobre um determinado assunto, torna-se ainda mais consistente quando nos voltamos para a época das comemorações do bicentenário revolucionário entre as décadas de 1970 e 1980, visto que, conforme destaca Michel Vovelle, foi um momento de grande importância para a historiografia do fenômeno de 1789, pois

[...] suscitou uma grande mobilização dos historiadores, assim como das opiniões na França e no mundo, em torno da comemoração do bicentenário da Revolução Francesa: a produção editorial e os encontros científicos acompanharam e refletiram uma retomada das pesquisas, mas também acalorados debates ideológicos.⁶⁵

Esses debates foram notoriamente balizados, de um lado, por uma historiografia de inspiração marxista considerada “clássica”⁶⁶, ou social⁶⁷, com o esquema explicativo de uma “*révolution bourgeoise à soutien populaire*”⁶⁸ [revolução burguesa com sustentação popular], que traz duas concepções centrais para sua abordagem: “o estabelecimento de uma estrutura jurídica adequada para o desenvolvimento capitalista e a luta de classes vencida pela burguesia”⁶⁹, sob as quais estão essencialmente assentadas as causas da Revolução e, do outro lado, por uma historiografia que, ao se opor à primeira, ficou conhecida por “revisionista”. É

⁶⁵ VOVELLE, Michel. A revolução na história da França: estado da arte. *A Revolução Francesa* (1789-1799). Trad. Mariana Echalar. São Paulo: UNESP, 2012, p. 264.

⁶⁶ Ibid., p. 264

⁶⁷ Ibid.

⁶⁸ VOVELLE, Michel. *L’Historiographie de la Révolution Française a la veille du bicentenaire*. Estudos Avançados, pp. 61-72. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v1n1/v1n1a06>>. Acesso em: 06 ago. 2015, p. 62.

⁶⁹ HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 24-25.

importante que pensemos no contexto das comemorações do bicentenário, pois elas não se limitaram ao campo intelectual, da produção historiográfica, mas, foram além, tiveram apoio de instituições⁷⁰ e do próprio governo francês em promover o resgate da memória da Revolução.

O autor Patrick Garcia, historiador francês dos dias atuais que se dedica aos estudos da Revolução Francesa, é um importante referencial para compreendermos o período do bicentenário, tema de seu doutorado defendido nos idos anos de 1994. Garcia procura esclarecer qual o lugar que a memória ocupou nas comemorações próximas a 1989 e percebe uma série de elementos que compõem o interesse pela história francesa. Segundo o autor, ainda que “os episódios do passado nacional não [sejam] investidos da mesma carga afetiva e ideológica”⁷¹, a evocação do passado nos momentos de celebração, especialmente sobre a Revolução Francesa, traz consigo um engajamento em nome da coletividade que supera as festividades: em tempos rupturas aceleradas⁷² é importante que se resgate a história para instruir e não deixá-la cair no esquecimento, pois ela é o substrato daquele território e daquele povo. Assim,

depois de ter sido uma linha de ruptura fundamental na vida política francesa, a Revolução tornou-se, e continua a ser de uma certa medida, uma poderosa clivagem no imaginário político francês, um modo de representação, uma grade de leitura dos conflitos políticos”⁷³.

Essa concepção trazida por Garcia explica, portanto, o interesse político em reviver a memória da Revolução: ela é um exemplo bem-sucedido da legitimação política da ideologia de esquerda, “enquanto que a direita jamais conseguiu esconder uma aversão quase congênita pelo episódio revolucionário tomado em sua globalidade”⁷⁴.

Esse quadro foi influenciado também, como aponta Garcia, pela conjuntura política francesa que no final da década de 1980 contava com um presidente socialista e uma maioria

⁷⁰ A Ligue de l'Enseignement e a Ligue des Droits de l'Homme foram duas organizações culturais criadas no contexto do centenário da Revolução (1866 e 1898, respectivamente) com o objetivo de promover as comemorações e, principalmente, visando a instrução pública e laica. Já no contexto do bicentenário da Revolução, as duas ligas criaram os C.L.E.F, Comités Liberté Egalité Fraternité, uma importante rede dinâmica de comitês distribuídos entre os departamentos franceses, que contavam com a divulgação de boletins regulares e, com o apoio das duas ligas, estimularam a comemoração provincial ao organizarem conferências, exposições, espetáculos, festas e promovendo pesquisas locais sobre a história da Revolução Francesa.

⁷¹ GARCIA, Patrick. *Un bicentenaire au cœur des mutations contemporaines*. Recherches sur la Révolution Française. La Découverte/IHRF/Société des Études Robespierriennes, p. 221-233, 1991. Disponível em: <http://www.ihtp.cnrs.fr/sites/ihtp/IMG/pdf_Garcia_BRF_au_coeur_mutation_1991_.pdf>. Acesso em: 24 set. 2015, p. 2.

⁷² Ibid., p. 1.

⁷³ Ibid., p. 3. Tradução livre.

⁷⁴ Ibid., p. 3.

parlamentar de direita⁷⁵, em um contexto mundial no qual disputavam espaço a União Soviética e os Estados Unidos, representantes da busca pelo exercício da hegemonia ideológica. A criação de uma *Mission* em 1986 pelo governo francês para promover as comemorações do bicentenário da Revolução Francesa que teve dois de seus presidentes mortos acidentalmente e a proximidade das eleições legislativas no mesmo ano, nas quais a esquerda perdia força, levou ao abandono do projeto de uma exposição universal⁷⁶, parte das grandes operações de arquitetura e urbanismo propostas pelo então presidente de esquerda François Mitterrand. Possivelmente as preocupações do governo nesse momento estivessem mais voltadas para a corrida eleitoral do que propriamente para a reflexão da memória histórica, o que é observado nas dificuldades encontradas pela *Mission* em estabelecer seus objetivos e cumpri-los no tempo das comemorações.

Em outras palavras, a época do bicentenário da Revolução Francesa foi tomada claramente por uma disputa ideológica entre representantes da direita e representantes da esquerda no âmbito político, mas que, por sua vez, influenciou outros campos, como o das criações artísticas que foram fortemente ancoradas na história com o intuito de uma reconstrução pedagógica da memória, bem como das discussões acadêmicas e da produção historiográfica. Preocupados em refletir sobre o momento, os estudiosos do período da Revolução se debruçaram sobre a possibilidade de pensar a respeito do impacto das comemorações, bem como em revisitar a história da historiografia e, evidentemente, esses estudos também trouxeram à tona uma carga ideológica.

Exposta a conjuntura vivida pelo bicentenário da Revolução, voltemo-nos para o campo da produção intelectual que ficou marcada pelo embate entre Michel Vovelle, historiador marxista, e François Furet, representando o tom liberal da historiografia revisionista⁷⁷. Dessa forma, acerca da historiografia que tem como característica prevalecte o aspecto social conhecida como “marxista”, Vovelle esclarece que

mais jacobinos que marxistas para muitos, eles privilegiam uma explicação social do choque revolucionário, concebido como derrubada do Antigo Regime, acontecimento necessário. “Revolução burguesa com apoio

⁷⁵ GARCIA, Patrick. *Un bicentenaire au cœur des mutations contemporaines*. Recherches sur la Révolution Française. La Découverte/IHRF/Société des Études Robespierristes, p. 221-233, 1991. Disponível em: <http://www.ihtp.cnrs.fr/sites/ihtp/IMG/pdf_Garcia_BRF_au_coeur_mutation_1991_.pdf>. Acesso em: 24 set. 2015, p. 6.

⁷⁶ Ibid., p. 6.

⁷⁷ Cabe esclarecermos que o termo “revisionista” utilizado nesse momento – e aqui trabalhado – está ligado à historiografia que se opõe à historiografia marxista, jacobina (assim considerada muitas vezes) e, de forma alguma, àquela que também se vestiu da roupagem revisionista, ou melhor, negacionista da Segunda Guerra Mundial, contestando a realidade do Holocausto.

popular”, segundo a expressão de Soboul, ela destruiu não só a estrutura da monarquia absolutista, como também o domínio da aristocracia nobiliárquica e da sociedade de ordens, abrindo caminho para a entrada na modernidade democrática. Da narrativa rural (*Les paysans*, de Georges Lefebvre) à do movimento popular urbano (*les sans-culottes parisiens*, de Albert Soboul), essa história conquistou território.⁷⁸

Ao pensar sobre a natureza burguesa da Revolução, própria da interpretação marxista que trabalha com a concepção de classes e a disputa entre elas, a historiadora norte americana Lynn Hunt discorre que as origens sociais da Revolução vieram essencialmente do interesse e do esforço que a classe burguesa desempenhou nesse processo:

a burguesia teve de aliar-se às classes populares para vergar a aristocracia feudal, precisou romper com as classes populares quando o sistema do Terror ameaçou sair de controle e foi obrigada a aliar-se a Napoleão para assegurar a consolidação dos ganhos burgueses em patrimônio e reforma jurídica. O resultado (a hegemonia econômica e social da burguesia) decorreu das origens (conflito de classes entre burguesia e aristocracia) de um modo aparentemente inexorável.⁷⁹

Em uma das principais obras de Michel Vovelle sobre o período em questão, intitulada *A Revolução Francesa (1789-1799)*⁸⁰, o autor analisa a primeira década revolucionária fugindo da narrativa factual ou cronológica, de forma que o destaque de seu trabalho está principalmente nos questionamentos às interpretações tradicionais como, por exemplo, a de que os revolucionários apresentavam um ímpeto bélico inerente, tendo em vista o seu envolvimento em campanhas militares que resultaria no período conhecido como “Terror”, além de apresentar inúmeros documentos que trazem à tona os aspectos culturais da vida cotidiana da década revolucionária. Ao trabalhar assuntos da vida cotidiana, como, por exemplo, a religião face a revolução, o medo e a esperança⁸¹, as simbologias das festas, Vovelle inaugura um novo *ponto de vista* acerca da Revolução. O historiador é conhecido por ser um dos precursores da História das Mentalidades: um recurso metodológico com o qual busca-se analisar a história destacando evidências simbólicas desses elementos do cotidiano,

⁷⁸ VOVELLE, Michel. A revolução na história da França: estado da arte. *A Revolução Francesa* (1789-1799). Trad. Mariana Echalar. São Paulo: UNESP, 2012, p. 264-265.

⁷⁹ HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 25.

⁸⁰ VOVELLE, op cit.

⁸¹ Essa noção Vovelle traz de Georges Lefebvre, segundo o qual, “a mentalidade revolucionária divide-se entre duas pulsões contraditórias da esperança e do medo.” Ver: VOVELLE, Michel. *A Revolução Francesa* (1789-1799). Trad. Mariana Echalar. São Paulo: UNESP, 2012, p. 207.

de forma que seja possível resgatar a “mentalidade” de uma determinada sociedade em um determinado tempo.

Vovelle, autor da indagação inicial⁸² sobre um possível fim, ou, por outro ângulo, uma possível continuidade da Revolução Francesa, “*la mère des révolutions, le modele par excellence de l’événement historique*”⁸³, como o exemplo de uma revolução burguesa vitoriosa, é indubitavelmente um dos maiores especialistas da Revolução de 1789, tendo, inclusive, assumido o cargo de diretor do *Institut d’histoire de la Révolution Française*. Sua vasta contribuição historiográfica pode ser constatada em cerca de três dezenas de livros⁸⁴ entre tantos outros artigos publicados e, embora suas pesquisas se concentrem na perspectiva da história das mentalidades, Vovelle não descarta o aporte teórico e metodológico da concepção marxista que faz parte de sua formação acadêmica. Assim, em uma espécie de diálogo consciente entre as duas escolas,

enquanto Albert Soboul e seus alunos aprofundavam suas pesquisas no campo da história agrária [...] e da história urbana [...], outros pesquisadores dotados da mesma sensibilidade (Michel Vovelle) propunham uma nova leitura da história religiosa ou cultural da Revolução e esforçavam-se para fixar as bases de uma história das mentalidades revolucionárias, anexando novos territórios à pesquisa.⁸⁵

A título de compreendermos como uma determinada teoria se apropria dos acontecimentos históricos, Vovelle se dedica a pensar sobre o papel dos jacobinos, figuras políticas que merecem destaque na história da Revolução. O estudo da trajetória política dos jacobinos resulta em uma obra intitulada *Jacobinos e Jacobinismo*⁸⁶, na qual o autor cunha o conceito de *jacobinismo* – ou jacobinismos no plural – para classificar diferentes períodos dos radicalismos políticos a partir do exemplo da França revolucionária. Ou seja, Vovelle parte da perspectiva do nascimento do jacobinismo que denomina como *revolucionário* ou *histórico* em 1789 e sua radicalização em 1792 quando assumem o governo no contexto da Revolução e o considera como a matriz que abre espaço para o que ele chama de *jacobinismo*

⁸² “La Révolution est-elle ‘terminée’?” (Ver nota 2).

⁸³ CAMPION, Pierre. *Penser l’Histoire en historien*. François Furet: Penser la Révolution française. Conférence prononcée au lycée Chateaubriand de Rennes le mardi 23 octobre 2007, p. 2. Disponível em: <http://www.lycee-chateaubriand.fr/cru-atala/publications/conferences07_08/campion_furet.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2015. Tradução livre: “A mãe das revoluções, o modelo por excelência do acontecimento histórico”.

⁸⁴ VOVELLE, Michel. *Michel Vovelle*: Investidas contra a fragmentação. Revista Pesquisa Fapesp, ed. 57, 2008. Entrevista a Mariluce Moura. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2000/09/01/investidas-contra-a-fragmentacao-2/>>. Acesso em: 07 jul. 2015.

⁸⁵ Idem. *Combates pela Revolução Francesa*. Trad. Maria Lucia Panzoldo. Bauru, SP: EDUSC, 2004. 144 p. (Coleção História), p. 91.

⁸⁶ Idem. *Jacobinos e jacobinismo*. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2000. 282 p. (Coleção História).

transhistórico, ou *jacobinos europeus* para elucidar a experiência radical dos totalitarismos contemporâneos dos séculos XIX e XX entre diferentes países da Europa, como, por exemplo, aproximar o jacobinismo histórico da revolução socialista de 1917. Em suas palavras:

o termo “jacobino”, assim como o conceito de jacobinismo, pertence a este registro excepcional em que uma palavra, escapando de seu limite geográfico e do contexto histórico de seu nascimento, reveste-se de um significado mais geral, que designa, para o bem ou para o mal, uma atitude, um comportamento e até uma visão de mundo.⁸⁷

A concepção de Vovelle de uma história total em torno do jacobinismo, na qual é possível identificar as raízes de um fenômeno histórico observável em outras realidades e em diferentes momentos é uma evidência daquelas teorias que buscam categorias aplicáveis em contextos diferentes, como a perspectiva marxista e também a história das mentalidades com as quais Vovelle dialoga, no entanto, sem pensar o jacobinismo “na forma de uma bolha radical de caráter iminentemente acidental na história”⁸⁸. Como destaca Jacques Guilhaumou,

a tentativa de Michel Vovelle (1998) de compreender o jacobinismo em uma ampla perspectiva, por assim dizer, descrevendo a integralidade do trajeto que nos emana do jacobinismo histórico ao jacobinismo transhistórico, passando pelos jacobinos europeus contemporâneos da Revolução Francesa, aparece como a última tentativa da historiografia progressista para conservar ao conceito de jacobinismo uma significação generalizada e um valor doutrinal necessário que remeta às práticas historicamente datadas.⁸⁹

A reflexão inicial de Vovelle em torno das origens da Revolução é orientada pela noção de ruptura com o Antigo Regime que tinha como base três características: 1) a “feudalidade” – termo muitas vezes rebatido pela historiografia por ser mais adequado ao sistema de produção próprio da Idade Média, mas defendido pelos marxistas – e o fato da França estar “atrasada” economicamente em relação à sua maior rival Inglaterra, 2) a sociedade dividida em ordens e 3) o Absolutismo, que caracteriza o sistema político e a forma

⁸⁷ VOVELLE, Michel. *Jacobinos e jacobinismo*. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2000. 282 p. (Coleção História), p. 25.

⁸⁸ ARRUDA, José Jobson de Andrade. Prefácio. *Jacobinos e jacobinismo*. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2000. 282 p. (Coleção História), p. 15.

⁸⁹ GUILHAUMOU, Jacques. *Jacobinisme et marxisme*. Le libéralisme politique en débat. Révolution Française.net. Disponível em: <<http://revolution-francaise.net/2006/10/01/68-jacobinisme-et-marxisme-le-liberalisme-politique-en-debat>>. Acesso em: 05 ago. 2015. Tradução livre: “La tentative de Michel Vovelle (1998) de comprendre le jacobinisme dans une perspective large, c’est-à-dire en décrivant l’intégralité du trajet qui nous mène du jacobinisme historique au jacobinisme transhistorique en passant par les jacobinismes européens contemporains de la Révolution française, apparaît comme l’ultime tentative de l’historiographie progressiste pour conserver au concept de jacobinisme une signification générale et une valeur doctrinale dans son rapport nécessaire à des pratiques historiquement datées”.

de governo. A crise do Antigo Regime na forma de uma profunda crise social é apontada por Vovelle como a causa fundamental para a inauguração de uma nova sociedade e, assim, a realidade revelada no final do século XVIII foi o que houve de mais mortal para a ruína do antigo sistema:

a França, assim como outras monarquias absolutas, mas em proporções excepcionais naquele fim de século XVIII, sofria com a fraqueza e a incoerência do sistema do imposto real. O imposto variava conforme o grupo social – privilegiado ou não –, assim como diferia conforme o lugar e a região – do norte para o sul, da cidade (em geral “abastada”) para o campo. A talha pesava mais sobre os camponeses, enquanto a capitação pesava mais sobre os plebeus – impostos diretos que aumentavam o peso das taxas, impostos indiretos, auxílios ou a impopular gabela (imposto sobre o sal). Como se suspeita, essa herança não é algo novo, mas nesse fim de século a opinião pública tinha uma consciência mais inquietante desses impostos como um peso intolerável.⁹⁰

Vovelle chama a atenção para a definição de “burguesia” na época e como a historiografia a interpretou de formas diferentes. Para ele, entre a população urbana, que no final do século XVIII representava cerca de 15% da população francesa, o “burguês” que ostenta o título vivendo unicamente do produto de sua renda fundiária era apenas uma pequena parcela, enquanto que a burguesia, em uma concepção mais ampla, envolveu-se em atividades produtivas. Assim, é possível entrever que a classe social denominada por *burguesia* era ampla e abarcava muitas atividades comerciais, profissões e funções sociais, de forma que essa concepção contesta

[...] a denominação de burguês dada à multidão de pequenos produtores independentes, comerciantes ou artesãos, reunidos ou não em corporações, conforme o lugar, e que constituem de um terço à metade das populações urbanas. A verdadeira burguesia, no sentido moderno do termo, encontra-se entre construtores, comerciantes e negociantes, dos quais grande parte de estabeleceu nos portos – Nantes, La Rochelle, Bordeaux e Marselha –, tirando do grande comércio marítimo uma riqueza muitas vezes considerável. Enfim encontramos banqueiros e financistas ativos em certas praças (Lyon), mas concentrados essencialmente em Paris. A burguesia propriamente industrial de construtores e fabricantes existe, mas seu papel é secundário num mundo em que as técnicas de produção modernas [...] ainda dão os primeiros passos [...].

A burguesia inclui também um mundo de procuradores, advogados, tabeliães, médicos, em suma, profissionais liberais cujo papel se revelará essencial na revolução.⁹¹

⁹⁰ VOVELLE, Michel. *A Revolução Francesa* (1789-1799). Trad. Mariana Echalar. São Paulo: UNESP, 2012, p. 10.

⁹¹ *Ibid.*, p. 15-16.

Destarte, o que se revelou como diferencial foi, para Vovelle,

a maturidade das ideias-força que mobiliza a burguesia dar a melhor demonstração de sua realidade – como a aptidão para encarnar o progresso – aos olhos dos grupos sociais que travarão com ela todo ou parte do combate revolucionário”.⁹²

Nesse sentido, essa é a importância atribuída à burguesia: seu vanguardismo na maneira de lidar com as novas ideias de “liberdade” frente a uma estrutura estremecida e ineficiente pode ser vista através dos seus representantes que lideraram o curso da Revolução.

Como em tempos anteriores, os embates ideológicos marcaram profundamente a historiografia sobre a Revolução. Assim, apesar do questionamento inicial de Vovelle estar ligado à sua concepção de uma continuidade da Revolução através do tempo pela luta de classes própria das suas inclinações marxistas, a pergunta mencionada não é uma referência à continuidade dos acontecimentos revolucionários ao longo do tempo, como uma revolução permanente, e sim uma ode à história da historiografia da Revolução Francesa que não cessou com os autores clássicos e em muito tem a contribuir com novos trabalhos e novas abordagens.

Por outro lado, como mencionamos, surgiu na historiografia sobre a Revolução uma corrente que criticava o aspecto social que os autores marxistas traziam como ponto chave para entender os acontecimentos revolucionários de 1789. Tendo em vista este contexto, por volta da década de 1950 e 1960, o historiador inglês Alfred Cobban foi um dos primeiros a levantar a interpretação do período em questão e suas causas sob o ponto de vista essencialmente político, contrariando, portanto, a historiografia marxista:

na primeira crítica abrangente à ortodoxia marxista, Alfred Cobban assegurou que a Revolução não foi feita pela burguesia no interesse do desenvolvimento capitalista, e sim por venais detentores de cargos públicos e profissionais liberais cujas fortunas estavam declinando. Suas ações acabaram beneficiando proprietários de terra em geral; na verdade, o vivenciamento da Revolução retardou o desenvolvimento do capitalismo na França. A explicação marxista, que Cobban chamou de “interpretação social”, equivocou-se quanto às origens e aos resultados da década da Revolução.⁹³

⁹² VOVELLE, Michel. A revolução na história da França: estado da arte. *A Revolução Francesa* (1789-1799). Trad. Mariana Echalar. São Paulo: UNESP, 2012, p. 16.

⁹³ Ibid., p. 25-26.

Assim, a historiografia revisionista como ficou conhecido esse movimento de crítica e contestação à interpretação “clássica” se inseria na produção científica, mas não abolia o princípio “marxista” de identificar as causas, ou as origens da Revolução e tentar compreender suas implicações na sociedade. Nessa discussão também se destaca o historiador François Furet que se dedicou à literatura revisionista com a clara tentativa de romper com aquela produzida até então.

François Furet responde à indagação de Michel Vovelle de forma pessimista: “a Revolução está morta”⁹⁴, trata-se de um “objet froid”⁹⁵ [objeto frio] do ponto de vista historiográfico. Mas, coube o questionamento pertinente à época: a Revolução como objeto de estudo já foi explorada em sua totalidade? Evidentemente não, e as novas tendências interpretativas comprovam isso, pois renovam constantemente o conhecimento em torno dela. Furet ao lado Denis Richet ganharam repercussão com uma primeira obra elaborada em coautoria intitulada *La Révolution Française* (em dois volumes, publicados entre 1965 e 1966) na qual, segundo eles, como destaca Vovelle, “a revolução, tal como se desenrolou, não era inevitável: era possível um compromisso com as elites, aristocracia e burguesia, que partilhavam a cultura comum do Iluminismo”⁹⁶ e, como aponta Lynn Hunt sobre a posição revisionista de tais historiadores, as origens da Revolução

[...] devem ser encontradas em uma crise de mobilidade social e preocupação com status de uma elite amalgamada composta de nobres e burgueses. O crescimento da população e da prosperidade no século XVIII não havia sido acompanhada de uma ampliação dos canais de promoção social; em consequência, intensificou-se o atrito nas várias “zonas de tensão” na elite. Essa tensão explodiu em revolução quando o Parlamento de Paris obstinadamente insistiu para que os recém-convocados Estados Gerais adotassem os procedimentos estabelecidos em 1614. Essa decisão crucial precipitou uma compreensível mas desnecessária ruptura entre nobres e plebeus integrantes da elite.⁹⁷

Mas o posicionamento de Furet sobre um “revisionismo” da Revolução também está na sua concepção de que a “máquina jacobina”, sobretudo associada ao período do Terror, atribuída ao momento em que os jacobinos estão à frente do governo revolucionário, foi o embrião dos totalitarismos futuros observados no século XX, como a Revolução Russa de

⁹⁴ VOVELLE, Michel. *L’Historiographie de la Révolution Française a la veille du bicentenaire*. Estudos Avançados, pp. 61-72. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v1n1/v1n1a06>>. Acesso em: 06 ago. 2015, p. 61.

⁹⁵ Ibid.

⁹⁶ Idem. *A Revolução Francesa* (1789-1799). Trad. Mariana Echalar. São Paulo: UNESP, 2012, p. 265.

⁹⁷ HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 26.

1917. Assim, essa posição defendida por Furet – e amplamente aceita não apenas na historiografia francesa, como nos lembra Vovelle, mas também difundida pela imprensa⁹⁸ – acaba por coroar a ideia de que a Revolução está terminada, afirmando que “1789 inicia um período de deriva da história”⁹⁹. Seria esta uma historiografia contrarrevolucionária? Vovelle aposta que sim¹⁰⁰. Destarte, o dilema historiográfico às vésperas das comemorações do bicentenário da Revolução estava instalado.

O termo “revisionista”, como elucida Julien Louvrier¹⁰¹, foi trazido à tona por Albert Soboul em 1974 para designar aqueles historiadores que se “propuseram sair do quadro interpretativo tradicional da ‘revolução burguesa’”¹⁰². Assim, o adjetivo cunhado por Soboul, pode ser visto, por um lado, como apenas uma identificação dos trabalhos que fizeram uma releitura da posição clássica, marxista, mas, por outro, ganha uma conotação pejorativa. Mas, o fato é que, na interpretação revisionista, que entende que a Revolução eclode como um possível erro, perde-se, então, o caráter predeterminado presente na interpretação marxista. E, nesse sentido, Vovelle, que estava do outro lado do debate, destaca que

reticente em comemorar 1789, François Furet, que coordenava a elaboração de um grande *Dictionnaire critique de la Révolution Française*, sobressai no debate a respeito da opinião que compartilhava o veredito de que “a revolução terminou”. Mesmo matizando o mito revolucionário, reconhecendo na revolução o fato positivo da entrada na modernidade democrática, o historiador insistiu na erradicação desse mito, dessa paixão igualitária, caminho falso que gerou a ilusão que deu ensejo às derivas totalitárias do século XX (“O fim da ilusão comunista”).¹⁰³

Em um artigo publicado em 1995, o historiador Modesto Florenzano busca analisar a obra e a figura de François Furet como o “historiador da Revolução Francesa”¹⁰⁴ e “o mais importante e polêmico entre os historiadores da Revolução Francesa”¹⁰⁵. Para tanto, Florenzano se concentra na produção do historiador francês entre 1965 e 1989, ano das

⁹⁸ VOVELLE, Michel. *Combates pela Revolução Francesa*. Trad. Maria Lucia Panzoldo. Bauru, SP: EDUSC, 2004. 144 p. (Coleção História), p. 91-93.

⁹⁹ FURET apud VOVELLE, Michel. *Combates pela Revolução Francesa*. Trad. Maria Lucia Panzoldo. Bauru, SP: EDUSC, 2004. 144 p. (Coleção História), p. 92.

¹⁰⁰ Ibid., 92.

¹⁰¹ LOUVRIER, Julien. *Penser la controverse*: la réception du livre de François Furet et Denis Richet, *La Révolution française*. Annales historiques de la Révolution française, n. 351, janvier-mars, 2008. Disponível em: <<http://ahrf.revues.org/11382>>. Acesso em: 07 jul. 2015.

¹⁰² Ibid., p. 153. Tradução livre.

¹⁰³ VOVELLE, Michel. A revolução na história da França: estado da arte. *A Revolução Francesa* (1789-1799). Trad. Mariana Echalar. São Paulo: UNESP, 2012, p. 265-266.

¹⁰⁴ FLORENZANO, Modesto. François Furet: historiador da Revolução Francesa. *Revista de História*: FFLCH-USP, p. 95-109, n. 132, 1º sem., 1995.

¹⁰⁵ Ibid., p. 95.

comemorações do bicentenário e o impacto que a obra *Pensando a Revolução Francesa* [Penser la Révolution Française] de Furet teve na historiografia ao apresentar uma nova interpretação da Revolução.

A obra em questão do historiador francês foi publicada em 1978 e é dividida em quatro partes, sendo a primeira a mais importante para entendermos a teoria revisionista de Furet, pois contém o ensaio intitulado “A Revolução está terminada” que, como podemos inferir, torna claro o embate do autor com o historiador Michel Vovelle. A originalidade de Furet nesta obra, se comparada à obra anterior lançada em coautoria com Richet, deve-se, nas palavras de Florenzano,

pela primeira vez um historiador aborda e explica todo o fenômeno revolucionário, isto é, toda a Revolução Francesa, como algo essencial e autonomamente político. Evidentemente, não no sentido dos fatos e instituições políticas à maneira da história tradicional, mas, político, no sentido de práticas, sociabilidades, representações, imaginários.

[...] Seu objeto é, portanto, a política da Revolução Francesa, ou a revolução enquanto poder e ideologia e, ao mesmo tempo, a historiografia revolucionária.

[...] Pela primeira vez, vale a pena insistir, na historiografia da Revolução Francesa, um historiador aborda e pensa a Revolução a partir de um novo registro, como uma linguagem, um discurso, uma representação e sem um sujeito político aparente.¹⁰⁶

Em oposição à perspectiva marxista, para Furet, a Revolução não foi uma luta de classes ou de interesses pelo poder, mas “uma competição de discursos pela apropriação da legitimidade”¹⁰⁷. Segundo ele, a Revolução produziu uma polaridade entre os defensores da Revolução, sua identidade e seus princípios, e aqueles que a recusavam sonhando com o Antigo Regime, os que ficaram conhecidos como contrarrevolucionários. Assim, quando a Revolução acabou em termos institucionais, mesmo depois de quase um século de instabilidade política até a Terceira República na década de 1870, ela continuou em termos intelectuais, resumindo a definição do título do seu ensaio inaugural do livro de 1978.

Furet reflete, então, sobre a assombração das origens que surgiu em 1789 e envolveu toda a história nacional francesa. O ano de 1789 representa, em suas palavras, “a data de nascimento, o ano zero do mundo novo, fundado sobre a igualdade”¹⁰⁸ separando a época moderna e inaugurando a contemporaneidade. Destarte, o mito da origem da Revolução criou

¹⁰⁶ FLORENZANO, Modesto. François Furet: historiador da Revolução Francesa. *Revista de História: FFLCH-USP*, p. 95-109, n. 132, 1º sem., 1995, p. 98-99.

¹⁰⁷ FURET apud FLORENZANO, Modesto. François Furet: historiador da Revolução Francesa. *Revista de História: FFLCH-USP*, p. 95-109, n. 132, 1º sem., 1995, p. 99.

¹⁰⁸ FURET, François. *Penser la Révolution Française*. Paris: Gallimard, 1978.

uma espécie de identidade, desde os historiadores socialistas do século XIX, que atravessou os anos, podendo ser observado na influência revolucionária no século XX, com a Revolução Russa de 1917, o que justifica a predominância do marxismo e a ênfase nas estruturas e forças econômico-sociais e na participação popular no campo historiográfico. Em suas palavras:

pelas mesmas razões que fazem que o Antigo Regime tenha um fim, mas não um nascimento, a Revolução tem um nascimento, mas não um fim. Um sofre de uma definição cronológica negativa, portanto mortuária, a outra é uma promessa tão vasta que ela representa uma elasticidade indefinida.¹⁰⁹

A elasticidade da qual fala Furet refere-se às múltiplas datações que os historiadores atribuíram como sendo os principais eventos. Este é o “círculo vicioso” da historiografia comemorativa, com o qual Furet busca romper: “é preciso ‘desinvestir’ a Revolução de seu mito de origem e chegou a hora de ‘esfriar’ o objeto da ‘Revolução Francesa’, chegou a hora de ‘conceitualizar a Revolução como um problema e não comemorá-la como um fato’”.¹¹⁰ A leitura socialista da Revolução acaba por constituir “uma história linear da emancipação humana, cuja primeira etapa foi a eclosão e a difusão dos valores de 89, e a segunda deveria realizar a promessa de 89, por uma nova revolução, socialista desta vez.”¹¹¹ Para ele, a Revolução não pode ser explicada e reduzida às causas econômico-sociais e como um modelo vitorioso a ser seguido, assim, faz-se necessário analisá-la sob a perspectiva da dinâmica política, como o fez Alexis de Tocqueville e Augustin Cochin, as principais referências na construção de sua análise. Segundo ele,

basicamente, a vulgata marxista da história da Revolução Francesa coloca o mundo de cabeça para baixo: ela situa a ruptura revolucionária ao nível econômico e social, enquanto nada se parece mais com a sociedade francesa de Luis XVI que a sociedade francesa de Luis Philippe. E como ela não toma nenhuma distância comparada à consciência revolucionária então ela compartilha as ilusões e os valores, ela é incapaz de ver que o que há de mais radicalmente novo e de mais misterioso, na Revolução Francesa, é precisamente o que ela considera como um produto normal das circunstâncias e uma figura natural da história dos oprimidos. Pois nem o capitalismo, nem a burguesia precisaram de revoluções para parecer e dominar na história os principais países europeus do século XIX. Mas a

¹⁰⁹ FURET, François. *Penser la Révolution Française*. Paris: Gallimard, 1978, p. 16. Tradução livre: “Pour les mêmes raisons qui font que l'Ancien Régime a une fin, mais pas de naissance, la Révolution a une naissance, mais pas de fin. L'un souffre d'une définition chronologique négative, donc mortuaire, l'autre est une promesse si vaste qu'elle présente une élasticité indéfinie.”

¹¹⁰ Ibid., p. 100.

¹¹¹ Ibid., p. 19. Tradução livre: “[...] une histoire linéaire de l'émancipation humaine, dont la première étape avait été l'éclosion et la diffusion des valeurs de 89, et dont la seconde devait accomplir la promesse de 89, par une nouvelle révolution, socialiste cette fois.”

França é este país que inventa, pela Revolução, a cultura democrática; e que revela ao mundo uma das consciências fundamentais da ação histórica.¹¹²

Furet defende que a Revolução nasce, então, de uma série de eventos de naturezas muito diferentes, “uma vez que a crise econômica [...] é justaposta à crise política iniciada em 1787”¹¹³ com a falta de legitimidade do governo de Luis XVI e seus péssimos ministros, conselheiros perversos e administradores prejudiciais¹¹⁴. É desse cruzamento de fatores heterogêneos que será possível entrever a luta entre patriotas e aristocratas contra o “mauvais gouvernement des hommes”¹¹⁵ [mau governo dos homens]. Furet vai além, ainda, ao dizer que a situação revolucionária não decorreu apenas dessa ausência de poder, ela, segundo o autor, é “inseparável de uma espécie de hipertrofia da consciência histórica, e de um sistema de representações compartilhado pelos atores sociais”¹¹⁶. Em outras palavras:

desde 89, a consciência revolucionária é a ilusão de vencer um Estado que já não existe mais, em nome de uma coalizão de boas vontades e de forças que figuram o futuro. Desde o início, ela é a escalada constante da ideia sobre a história real, como se ela tivesse por função reestruturar o imaginário social em pedaços. O escândalo da repressão começa quando esta repressão se rachou. A Revolução é o espaço histórico que separa um poder de um outro poder, e onde uma ideia da ação humana na história substitui o instituído.¹¹⁷

Destarte, a narrativa de Furet é importante nesse momento ao revelar sua preocupação em destacar o aspecto político que envolveu a dinâmica revolucionária ao trabalhar com categorias como “consciência”, “pensamento”, “discurso” e como esses elementos foram cruciais para a resistência ao poder instituído e o advento da nova ordem. Olhando por esse

¹¹² Ibid., p. 46. Tradução livre: “Au fond, la vulgate marxiste de l'histoire de la Révolution française met le monde à l'envers: elle situe la rupture révolutionnaire au niveau économique et social, alors que rien ne ressemble plus à la société française sous Louis XVI que la société française sous LouisPhilippe. Et comme elle ne prend aucune distance par rapport à la conscience révolutionnaire dont elle partage les illusions et les valeurs, elle est incapable de voir que ce qu'il y a de plus radicalement nouveau et de plus mystérieux, dans la Révolution française, c'est précisément ce qu'elle considère comme un produit normal des circonstances et une figure naturelle de l'histoire des opprimés. Car ni le capitalisme, ni la bourgeoisie n'ont eu besoin de révolutions pour paraître et dominer dans l'histoire des principaux pays européens du xIXe siècle. Mais la France est ce pays qui invente, par la Révolution, la culture démocratique; et qui révèle au monde une des consciences fondamentales de l'action historique”.

¹¹³ FURET, François. *Penser la Révolution Française*. Paris: Gallimard, 1978, p. 48.

¹¹⁴ Ibid., p. 48.

¹¹⁵ Ibid., p. 48.

¹¹⁶ Ibid., p. 48.

¹¹⁷ Ibid., p. 48-49. Tradução livre: “Dès 89, la conscience révolutionnaire est cette illusion de vaincre un Etat qui déjà n'existe plus, au nom d'une coalition de volontés bonnes et de forces qui figurent l'avenir. Dès l'origine, elle est une perpétuelle surenchère de l'idée sur l'histoire réelle, comme si elle avait pour fonction de restructurer par l'imaginaire l'ensemble social en pièces. Le scandale de la répression commence quand cette répression a craqué. La Révolution est l'espace historique qui sépare un pouvoir d'un autre pouvoir, et où une idée de l'action humaine sur l'histoire se substitue l'institué”.

ângulo, sua fúria contra a narrativa marxista se justifica pelo fato de que, ao primar pelo aspecto político das causas da Revolução, Furet chega à concepção do princípio totalitário presente nos atores revolucionários (jacobinos) que atravessou o tempo e culminou nas manifestações totalitárias do século XX.

Como podemos ver, são diferenças estruturais no pensamento dos dois autores em questão que classificam o conhecido embate formado nas vésperas do bicentenário da Revolução. Vovelle se revela um amante da Revolução Francesa e não esconde a forma devota com a qual escreve sobre ela. Dedicou-se a inúmeros assuntos pertinentes à “mãe das revoluções”, ou à “Grande Revolução”¹¹⁸, tendo, inclusive, publicado em livro¹¹⁹ um diálogo com sua neta no qual, de forma acessível e didática, ressalta sua importância como fenômeno histórico, suas características e seus agentes na intenção de perpetuar sua memória entre as gerações mais novas. De fato, uma conversa de sofá, por mais informal que pareça, torna-se mais instigante quando o homem que vos fala é um dos historiadores mais conhecidos sobre a história da Revolução Francesa. Vovelle é, por fim, um defensor da Revolução e do “mito revolucionário [que] guarda seu poder de atração”¹²⁰, que são um ponto de partida fundamental para entender as profundas transformações sociais e políticas do mundo contemporâneo. Assim, à parte das diferenças ideológicas na busca pela verdade histórica, afirmamos que a Revolução não está terminada, ela ainda está a plenos pulmões no curso das interpretações históricas.

1.2 A HISTÓRIA CULTURAL

A historiografia em torno da Revolução Francesa navegou por muitas outras águas. E, nesse ponto, destacamos outro autor de grande notoriedade: Roger Chartier, historiador francês cujos trabalhos se concentram no campo da História Cultural que nasce de uma conjuntura propiciada pela Escola dos Annales, inaugurada no início do século XX por Marc Bloch e Lucien Febvre, e sua defesa de uma pluralidade de abordagens dos fenômenos históricos. Em linhas gerais, o que se define por “história cultural” foi sendo delineado ao longo do tempo e houve um longo processo de ressignificação do sentido de “cultura”, ou

¹¹⁸ VOVELLE, Michel. *A Revolução Francesa e seu eco*. Estudos Avançados, n. 6, v. 3, 1989, p. 25.

¹¹⁹ Idem. *A Revolução Francesa explicada à minha neta*. Trad. Fernando Santos. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

¹²⁰ Idem. *Que reste-t-il de la Révolution Française?* Storia e Futuro, n. 1, abril, 2002, p. 2-3. Tradução livre.

seja, do que exatamente os historiadores tomavam como objeto de análise que fosse caracterizado como um elemento ou uma manifestação cultural de uma determinada sociedade.

Esse processo de delimitação do campo de análise rendeu alguns impasses na historiografia, mas isso, haja vista, não foi privilégio da história cultural. As ressignificações nesse campo, como aconteceu com outros, são fruto da observação de historiadores que viam em métodos anteriores problemas ou lacunas na análise/métodos pretendidos. Dessa forma, posteriormente, entre as décadas de 1960 e 1990 houve o que Peter Burke chama de “a vez da antropologia histórica”¹²¹ em referência à expansão do campo de análise e aproximação da História com outras categorias das ciências humanas, sobretudo a Sociologia, a Linguística, a Filosofia e a Antropologia.

É nesse momento que os historiadores culturais se voltam à concepção de “cultura” no plural, ou seja, há um deslocamento do uso do termo que se referia à alta cultura para abordagens mais amplas sobre a cultura cotidiana, dos costumes, valores e modos de vida (método que aproximou os historiadores culturais dos antropólogos), e que passou a caracterizar a “nova história cultural”. Assim, segundo Burke:

os exemplos seguintes, tirados de títulos de livros publicados na década de 1990, devem bastar para revelar a tendência: “a cultura do mérito”, “a cultura da empresa”, “a cultura do jogo”, “a cultura do seguro de vida”, “a cultura do amor”, “a cultura do puritanismo”, “a cultura do absolutismo”, “a cultura do protesto”, “a cultura do segredo” e “a cultura a polidez”. Até mesmo a “cultura das armas” encontrou o seu historiador. Estamos a caminho da história cultural de tudo: sonhos, comida, emoções, viagem, memória, gesto, humor, exames, e assim por diante.¹²²

As possibilidades oferecidas por esta abordagem para com a historiografia da Revolução Francesa em muito têm mudado desde a segunda metade do século XX e mais especificamente a partir da década de 1980, momento em que houve uma tentativa de superação das teorias estruturalistas e subjetivas (como a história das mentalidades) na história cultural francesa. Dessa forma, destacamos a fala do historiador José D’Assunção Barros para elucidar esse pensamento:

as noções que se acoplam mais habitualmente à de “cultura” para constituir um universo de abrangência da História Cultural são as de “linguagem” (ou comunicação), “representações”, e de “práticas” (práticas culturais, realizadas por seres humanos em relação uns com os outros e na sua relação

¹²¹ BURKE, Peter. A vez da antropologia histórica. *O que é História Cultural?* Trad. Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

¹²² Ibid., p. 45-46.

com o mundo, o que em última instância inclui tanto as ‘práticas discursivas’ como as ‘práticas não-discursivas’). Para além disto, a tendência nas ciências humanas de hoje é muito mais falar em uma ‘pluralidade de culturas’ do que em uma única Cultura tomada de forma generalizada.¹²³

Roger Chartier é um dos protagonistas e inauguradores dessa corrente historiográfica conhecida como *nova história cultural* que, “para além dos sujeitos e agências que produzem a cultura, estuda-se os meios através dos quais esta se produz e se transmite: as *práticas* e os *processos*”¹²⁴. Notáveis são as obras do historiador nas quais se dedica à teorização da história, como dar uma nova perspectiva ao conceito de *ideologia*, visto como “uma determinada forma de construir representações ou de organizar representações já existentes para atingir determinados objetivos ou reforçar determinados interesses”¹²⁵, bem como a outros conceitos fundamentais da história cultural, tais quais *símbolo*, *representação* e *prática*.

A chamada “nova história cultural” teve repercussões diferentes, mas rendeu, sobretudo, diversidade de análise. Nos Estados Unidos o termo ganhou grande visibilidade e adeptos, enquanto na França, a *nouvelle histoire* [nova história] ainda estava dividida entre *l’histoire des mentalités* [história das mentalidades] e *l’histoire de l’imaginaire social* [história do imaginário social] até os historiadores culturais finalmente se tratarem como tal. A expansão do termo “cultura” se vê, portanto, diretamente ligada à preocupação em explicar fenômenos econômicos e políticos sob a perspectiva das mudanças culturais, como, por exemplo, o livro incontestado de Roger Chartier sobre as *Origens culturais da Revolução Francesa*¹²⁶, no qual o historiador analisa as mudanças culturais na sociabilidade dos franceses que impulsionaram as transformações ocorridas durante o processo revolucionário francês de 1789. Para tanto, Chartier, que se encaixa nessa perspectiva da nova história cultural, se mune de um conjunto de documentos bastante diversificados para costurar os elementos culturais que foram se modificando – e muitas vezes sutilmente – na sociedade francesa de Antigo Regime como, por exemplo, a questão da descristianização dos franceses face a valorização e o fortalecimento da cultura política advinda da conjuntura do Iluminismo.

Primeiramente, o processo de descristianização da França do qual fala Chartier exige o questionamento se é possível dizer que a França era um reino, de fato, cristianizado. Como

¹²³ BARROS, José D’Assunção. *O campo da história*: especialidades e abordagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 59.

¹²⁴ Ibid., p. 61.

¹²⁵ Ibid., p. 86.

¹²⁶ CHARTIER, Roger. *Origens culturais da Revolução Francesa*. Trad. George Schlesinger. São Paulo: UNESP, 2009. 320 p.

destaca o autor, desde o contexto da Contrarreforma (Reforma Católica) no século XVI no qual o clero impôs à sociedade uma série de práticas visando o modelo do “bom cristão”¹²⁷ através de “um comparecimento regular e disciplinado à missa e uma escrupulosa execução dos deveres da Páscoa”¹²⁸, a assiduidade das práticas religiosas variou muito entre regiões e em relação à cidade/campo. No entanto, apesar da discrepância territorial, entre os séculos XVII e XVIII a Igreja conseguiu captar um grande número de seguidores comprometidos através da “instrução regular por parte do clero paroquial, apoiada por pregações dramáticas das missões, [que] utilizava ameaças de excomunhão ou recusa de um sepultamento cristão para provocar essa fundamental mudança no comportamento coletivo”¹²⁹. Essa postura enfática da Igreja conseguiu assegurar uma certa regularidade e estabilidade nas práticas religiosas que permitiu a manutenção de uma identidade básica, um pertencimento à religião na qual a vida cotidiana estava fundamentada, no entanto, o que não podemos afirmar, no caso da França, é a universalidade dessa realidade, pois “havia fortes variações geográficas no zelo cristão”¹³⁰. Esses dados são ainda mais relevantes quando pensamos que o Absolutismo era o sistema político que predominava na Europa nesse momento e que, portanto, trazia a religiosidade como um elemento basilar do tipo de governo vigente na França.

O debate em torno das mudanças na sociabilidade francesa no século XVIII referente à maneira de lidar com a religião nos oferece alguns referenciais que demonstram que tais mudanças, sejam como causas imediatas ou de longa duração, de fato, levaram à falência do seu sistema político e econômico. Uma característica importante é observar que os franceses passaram a ter uma percepção diferente da morte que se revelou, por exemplo, no decrescente financiamento de missas para zelar pela alma do fiel para uma “redução ou mitigação dos julgamentos no purgatório”¹³¹, ou pela notável “indiferença generalizada em relação ao local de sepultamento dos restos mortais”¹³². A mudança de hábitos que confrontava com a tradição e a moralidade religiosa, também destaca Chartier, está presente no uso de métodos contraceptivos que aumentou expressivamente na segunda metade do século XVIII resultando, assim, em uma baixa taxa de natalidade, elementos significativos para entendermos o processo de esfacelamento da sociedade de Antigo Regime que aos poucos perdia um dos seus sustentáculos: a regularidade das práticas religiosas.

¹²⁷ CHARTIER, Roger. *Origens culturais da Revolução Francesa*. Trad. George Schlesinger. São Paulo: UNESP, 2009. 320 p, p. 151.

¹²⁸ Ibid., p. 149.

¹²⁹ Ibid., p. 150.

¹³⁰ Ibid., p. 152.

¹³¹ Ibid., p. 153.

¹³² Ibid., p. 153.

Destarte, mudanças como essas muito dizem sobre as diferentes visões de mundo da sociedade francesa e o momento que a França vivia às vésperas da Revolução e que fomentaram o seu curso, ou, por assim dizer, foram suas causas. No tratamento dado pelo historiador às fontes fica claro o seu interesse em investigar o universo simbólico das práticas culturais dos franceses, principalmente aquelas que modificaram aspectos diversos da sua sociabilidade, e, portanto, o que levou à ruína do Antigo Regime. Entre as diversas práticas culturais que obstaculizaram o curso monárquico nesse período de maturação revolucionária, clama por destaque a sociedade maçônica, um grupo de sociabilidade intelectual que oferecia liberdade aos seus membros – comparada àquela encontrada nas tavernas, nos salões literários ou nas academias – e os tratava sem distinção jurídica, com a mesma equivalência em um clima de “democracia” que contrastava, portanto, com a realidade da sociedade francesa dividida em “zonas imutavelmente distintas”¹³³, ou seja, não igualitária. A importância e a singularidade dessa sociedade é destacada mormente pela sua continuidade no tempo e sua grande expansão pelo reino até mesmo em pequenas cidades, como ressalta Chartier:

o formidável poder de atração da maçonaria na França do século XVIII resultou dessa conjunção de aspirações socialmente contrárias unificadas por uma função crítica comum. A sociedade maçônica era em princípio governada pela moralidade e regulada pela liberdade de consciência, mas esse fato em si fez que se colocasse como juiz da razão de Estado. Embora jurassem lealdade política inquebrantável, as lojas, desligadas da sociedade pelo segredo que era exigido de todos os irmãos, acabou por minar a ordem monárquica ao propor um novo sistema de valores, baseado na ética, que consistia necessariamente em juízo negativo dos princípios do absolutismo.¹³⁴

A imprensa e a circulação de panfletos, libelos, periódicos, e especialmente o comércio de livros, também tiveram um papel fundamental nesse processo, visto que, através da circulação de ideias impressas, as críticas ao governo e à política da censura começaram a ganhar peso com a defesa da liberdade de imprensa como o fizeram vigorosamente Malesherbes, diretor do comércio livreiro e Diderot¹³⁵, autor da *Encyclopédie*. Essa circulação de ideias também propiciou a formação da noção de opinião pública na esfera pública, que era um ambiente distinto da Corte, pertencente ao poder político estatal, e do povo, que não tinha acesso ao debate crítico. A esfera pública era considerada “burguesa” e abrigava os salões e cafés ao mesclar vida privada (fora do controle do Estado) em um intercâmbio social em

¹³³ STAROBINSKY, Jean. *1789: os emblemas da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 43.

¹³⁴ CHARTIER, Roger. *Origens culturais da Revolução Francesa*. Trad. George Schlesinger. São Paulo: UNESP, 2009. 320 p, p. 242.

¹³⁵ Ibid., p. 74.

público, mas é importante ressaltar que esse espaço de sociabilidade estava restrito às camadas mais altas da sociedade. O autor mostra, a partir de textos de intelectuais contemporâneos do século XVIII, como mudou a percepção do “público”, inclusive o linguajar em referência a uma “vontade geral”, em um processo de formação da esfera pública política que deu espaço e representatividade ao povo (antes fora dos debates) pelas figuras letradas participantes da política, porta-vozes da opinião.

Com a questão *será que livros fazem revoluções?*¹³⁶ que dá título ao quarto capítulo da presente obra de Chartier, podemos estabelecer um paralelo com o embate que o autor tem com o historiador Robert Darnton. Darnton é um pesquisador norte-americano da França do século XVIII, sobretudo da cultura impressa, e se dedica a inúmeros trabalhos com a temática em torno da literatura, do consumo de livros e defende que o aumento da circulação dos impressos como libelos (textos sensacionalistas) e a literatura considerada “baixa”, erótica, exerceu mais influência que as obras filosóficas do Alto Iluminismo, no que diz respeito à disseminação do descontentamento político entre os leitores – e aqui podemos pensar em leitores letrados e não letrados –, endossando o curso revolucionário.

Chartier critica essa posição ao afirmar que, tanto a literatura pornográfica, quanto as filosofias iluministas, foram de suma importância para alimentar o desejo de conhecer uma literatura proibida. O autor destaca a importância que os títulos filosóficos (também proibidos) exerceram entre os leitores e o comércio livreiro, liderando com um grande número as listas tipográficas secretas e dos livros apreendidos. Essa postura de transgressão às regras é, portanto, mais uma evidência da mudança dos costumes franceses, mas a cautela de Chartier em estabelecer o vínculo estreito entre a literatura e o pensamento revolucionário nos chama a atenção. Chartier quer mostrar que o consumo de obras proibidas não deve ser pensada solitariamente, afinal, a prática observada permite apreendemos o contexto em torno dela que levou a essa mudança de hábito, nesse caso, ao interesse por obras de cunho crítico ao poder instituído, ou obras que tinham um conteúdo “mal quisto”. Assim, para o autor, a pergunta inicial deve ser reformulada para dar dimensão de um contexto mais amplo de mudanças culturais na sociedade francesa:

que lugar dever-se-ia atribuir à circulação de material impresso nas transformações intelectuais e afetivas que provocaram a súbita e radical ruptura com a Monarquia absoluta e uma sociedade organizada corporativamente pensável, admissível e decifrável? Mais do que as representações críticas e denunciatórias propostas maciçamente pelos livros

¹³⁶ CHARTIER, Roger. *Origens culturais da Revolução Francesa*. Trad. George Schlesinger. São Paulo: UNESP, 2009. 320 p, p. 113.

“filosóficos”, em toda sua diversidade, não deveríamos enfatizar as transformações que modificaram profundamente a maneira de ler das pessoas?¹³⁷

O horizonte teórico do qual compartilha Chartier que busca compreender os elementos simbólicos dos discursos e das ações sociais e de que forma elas se relacionam com a visão que um grupo tem do outro (e que conhecemos por *representação social*) faz parte de um panorama que muito contribuiu para a renovação dos estudos sobre a Revolução na década de 1980. Com a “nova história cultural” que aqui ressaltamos Chartier, também se destaca o historiador Robert Darnton, especialista da história da França do século XVIII. Como mencionamos, seus estudos¹³⁸ estão voltados para o mundo da leitura, dos livros proibidos, do mercado editorial e sua profunda relação com os costumes de uma sociedade que era em sua maioria formada por iletrados e de livros que muitas vezes tratam de assuntos como intrigas e sexo, além dos livros filosóficos do Iluminismo francês, buscando interpretar de que forma a sociedade francesa lidava com essas práticas e o efeito delas em seu cotidiano.

Darnton é um amante declarado da Antropologia¹³⁹ e encontrou na ciência de Clifford Geertz a base para os seus estudos sobre o universo literário do Antigo Regime francês. Como falamos, o lugar de onde fala Darnton é aquele da aproximação da História e da Antropologia que rendeu esquemas interpretativos das dimensões sócio-culturais da realidade observada. Darnton interessa-se, sobretudo, pela história que traz para o centro da análise o cidadão comum, os intelectuais esquecidos, e não os grandes nomes que por muito tempo ocuparam o lugar de destaque dos trabalhos historiográficos.

O embate no campo da narrativa entre Chartier e Darnton é, em linhas gerais, devido ao fato de que este confere um status de protagonismo a autores, subliteratos e outras figuras pouco conhecidas como sendo os principais fomentadores da crítica e resistência ao Antigo Regime, ainda mais em um momento em que os tratados filosóficos ganham espaço, mas apresentam uma linguagem pouco acessível aos cidadãos comuns, em sua grande maioria iletrados. Dessa forma, a “inoperância” das obras iluministas deu espaço à circulação da

¹³⁷ CHARTIER, Roger. *Origens culturais da Revolução Francesa*. Trad. George Schlesinger. São Paulo: UNESP, 2009. 320 p, p. 143.

¹³⁸ Destacamos algumas obras do autor sobre essa temática: DARNTON, Robert. *Boemia literária e Revolução*: o submundo das letras no Antigo Regime. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. _____. *Edição e sedição*. O universo da literatura clandestina no século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. _____. *O Beijo de Lamourette*. Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. _____. *O Grande Massacre de Gatos e outros episódios da história cultural francesa*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Graal Editora, 2010.

¹³⁹ DARNTON, Robert. *Entrevista com Robert Darnton*. Rio de Janeiro: *Topoi*, set. 2002, p. 389-397. Entrevista concedida a José Murilo de Carvalho, p. 390.

literatura vulgar¹⁴⁰ que, entre outras características, utilizava uma linguagem mais simples e fazia menção a figuras públicas e da nobreza de forma a ridicularizá-las. De acordo com Vinicius Fattori,

segundo Darnton, um dos motivos de sucesso nas vendas se devia à maneira como esses livros se apresentavam. Admitindo-se como testemunhas oculares acerca dos acontecimentos na Corte, panfletistas e libelistas prometiam anunciar toda a sujeira escondida por trás do Palácio de *Versailles* e da Bastilha, as traições e arbitrariedades. Sendo relativamente distante o local de decisão dos poderes, essas “informações” se revelariam preciosas não só aos parisienses, mas a todo indivíduo que considerasse insuficientes as notícias vinculadas pelos órgãos oficiais de governo – jornais com tiragens deveras limitadas.¹⁴¹

Apesar da distinção que fazemos dessas obras consideradas filosóficas ou de baixa literatura, Darnton esclarece que, na época, as obras consideradas proibidas pelos censores eram tratadas da mesma forma, não havendo, portanto, a divisão que fazemos acerca do título, do autor, ou do conteúdo dessas obras, de maneira que

[...] quando se encaixotavam encomendas ou quando as mesmas eram apreendidas pelos postos de fiscalização da polícia, o libelo escandaloso *Anecdotes sur Mm la Comtesse du Barry* e a tão ilustrada *Encyclopédie* eram rotuladas igualmente como “livros filosóficos” (*livres philosophiques*) segundo os tipógrafos, e “livros perversos” (*mauvais livres*), segundo os fiscais de alfândega.¹⁴²

Darnton em seu livro sobre a *Boemia literária e revolução*¹⁴³ defende que é preciso questionarmos a visão pretensiosa da vida intelectual do século XVIII¹⁴⁴ em referência à importância atribuída às grandes obras e tratados filosóficos, que, como dissemos, é uma diferença latente em relação aos trabalhos de Roger Chartier. Além disso, Darnton descreve como os *philosophes* – sobretudo os do Alto Iluminismo –, que escreviam sobre assuntos “sadios”¹⁴⁵ (evidentemente não criticavam o poder instituído) e outros escritores propagandistas a favor do regime, recebiam gratificações e pensões de membros da nobreza e,

¹⁴⁰ FATTORI, Vinicius. Um charlatão, padres devassos e escritores libertinos: popularização de ideias no período pré-revolucionário francês. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, Dourados: UFGD, n. 11, v. 6, jan/jun 2012. Disponível em: <<http://ojs.ws.ufgd.edu.br/index.php?journal=historiaemreflexao&page=article&op=view&path%5B%5D=1891&path%5B%5D=1057>>. Acesso em: 18 abr 2016.

¹⁴¹ Ibid., p. 6.

¹⁴² Ibid., p. 7.

¹⁴³ DARNTON, Robert. *Boemia literária e revolução*: o submundo das letras no Antigo Regime. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

¹⁴⁴ Ibid., p. 14.

¹⁴⁵ Ibid., p. 21.

não raro, eram subsidiados pelo próprio governo. Ou seja, havia um esforço da monarquia em sustentar e recrutar intelectuais que escrevessem a seu favor, “mas sempre restringia os subsídios a homens de certo prestígio no mundo das letras”¹⁴⁶.

O mundo das letras no Antigo Regime até meados do século XVIII, como destaca Darnton, era, acima de tudo, um mundo de privilégios, no qual os escritores de maior notoriedade necessitavam cultivar os laços nos salões filosóficos e conhecer as “pessoas certas”¹⁴⁷, uma espécie de “apadrinhamento” que necessariamente os ligava à elite francesa. Desse modo, desde a metade do século a função de “escritor” ganhou prestígio social tornando-se uma profissão, de forma que

esses escritores integravam-se a uma sociedade de ricos patrocinadores e cortesãos, para mútuo benefício: a *gens du monde* ganhava entretenimento e instrução, a *gens de lettres* refinamento e posição social. Desnecessário acrescentar que a promoção à alta sociedade acarretava certo compromisso com a hierarquia social.¹⁴⁸

Paralelamente aos *philosophes* do Alto Iluminismo, no *underground*¹⁴⁹ francês, habitavam os subliteratos, os contemporâneos escritores fracassados na busca pelo sucesso¹⁵⁰, que muitas vezes eram tratados com descaso nessa hierarquia dos homens de letras. Eram eles “o mote da ‘ralé enlameada’” que “abarrotava o fundo do ambiente literário”, a “miserável espécie que escreve para ganhar a vida”, o “refugio da humanidade”, a “canalha da literatura”¹⁵¹. Em contrapartida, a defesa de Darnton a favor do submundo literário e o seu vanguardismo na propagação da crítica ao Antigo Regime, pode ser entendido segundo suas palavras:

as obras pré-revolucionárias de homens como Marat, Brissot e Carra não expressam nenhum sentimento vago e “anti-*establishment*”: transpiram ódio contra os “aristocratas” literários que haviam expugnado a igualitária “república das letras”, dela fazendo um “despotismo”. Foi nas profundezas do submundo intelectual que esses homens se tornaram revolucionários: ali nasceu a determinação jacobina de exterminar a aristocracia do pensamento.¹⁵²

¹⁴⁶ DARNTON, Robert. *Boemia literária e revolução*: o submundo das letras no Antigo Regime. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 21.

¹⁴⁷ Ibid., p. 22.

¹⁴⁸ Ibid., p. 23.

¹⁴⁹ Ibid., p. 26.

¹⁵⁰ Ibid., p. 26.

¹⁵¹ Ibid., p. 27-28.

¹⁵² Ibid., p. 31.

O submundo literário também era composto por uma certa estratificação das funções, havia escritores considerados *philosophes* e que por isso se colocavam em uma posição à frente dos demais, outros que produziam enciclopédias e dicionários que tiveram uma circulação razoável no século XVIII, da mesma forma que havia aqueles que tinham um papel mais “degradante”, como “produzir pornografia, vender livros proibidos, espionar para a polícia”¹⁵³, ou que, de alguma forma, “mergulhavam na criminalidade”¹⁵⁴. No entanto, apesar de sua aparência “caótica”, o submundo literário contava com estruturas de sociabilidade organizadas que permitiam aos escritores exibirem seus trabalhos e estabelecerem contatos¹⁵⁵: eram os musées e lycées, que surgiram na década de 1780 e funcionavam como os cafés. Nesses espaços foi possível perceber a emergência de figuras que passaram a criticar a academia da *haute littérature* [alta literatura] e também as instituições monárquicas, o que fomentava o clima revolucionário em seu meio. Dessa forma,

a mentalidade dos subliteratos condenados à clandestinidade exprimiu-se com excepcional veemência nos últimos anos do Ancien Regime. E falou através do *libelle*, o principal meio de vida do subliterato, seu ganha-pão e gênero favorito. [...]

O verdadeiro alvo dos *libelles* era o *grand monde*. Difamavam a corte, a Igreja, a aristocracia, as academias, os salões — tudo o que fosse elevado e respeitável, sem perdoar a própria monarquia — com uma insolência difícil de imaginar ainda hoje, mesmo em se tratando de gênero com longa carreira na literatura clandestina.¹⁵⁶

Ademais, os *secrets des coulisses* [segredos de bastidores], uma espécie de “antecipação do estilo dos colunistas de mexericos da moderna imprensa marrom”¹⁵⁷, também chacoalharam a França pré-revolucionária com seus assuntos escandalosos e sensacionalismos de cunho sexual, mas que traziam uma mensagem social ao mostrarem como “a cúpula da sociedade decaía, física e moralmente, além de qualquer possibilidade de regeneração”¹⁵⁸. Assim, as imagens simbólicas presentes nos textos subliterários denotam o elemento político das movimentações contra a ordem instituída, bem como as críticas às grandes figuras políticas e à nobreza parasitária da realeza.

Como podemos observar, a delineação da discordância entre pontos de vista que caracterizam *verdades históricas* é recorrente em diferentes escolas historiográficas. Nesse

¹⁵³ DARNTON, Robert. *Boemia literária e revolução*: o submundo das letras no Antigo Regime. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 35.

¹⁵⁴ Ibid., p. 35.

¹⁵⁵ Ibid., p. 34.

¹⁵⁶ Ibid., p. 39.

¹⁵⁷ Ibid., p. 40.

¹⁵⁸ Ibid., p. 41.

sentido, não significa que é excludente autores estarem na mesma linha teórica e terem o trabalho um do outro como referenciais de críticas que fundamentam suas análises. Ao contrário, embora a divergência exista nos trabalhos de Roger Chartier e Robert Darnton, ambos, com suas especificidades, são exemplos de como a narrativa muda de acordo com as fontes utilizadas e, sobretudo, conforme o olhar do historiador, no entanto, essas divergências são salutares do ponto de vista historiográfico, pois configuram múltiplos lados de uma realidade observada.

No campo da diversidade das possibilidades de análise que compreende a história cultural, o mundo da leitura é tido como um grande exemplo de como uma sociedade “produz cultura”, ou seja, o universo da leitura abarca tantos elementos capazes de dizer sobre um povo e suas características que é um ponto-chave de análise dos historiadores culturais. Chartier, assim como Darnton, é um exemplo de como utilizar essa abordagem: entre outras obras escreveu *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*¹⁵⁹ no qual realiza uma história do livro buscando destacar uma antropologia dos hábitos de leitura daquela sociedade, ressaltando, inclusive, como a prática da leitura influencia até mesmo aqueles que não são letrados ou não produzem diretamente livros, mas que, por uma interação social ou utilizando um conceito que lhe é próprio, uma prática cultural, o conteúdo dessas obras é amplamente difundido.

1.3 A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA NOS DIAS ATUAIS

Retomar a história da historiografia da Revolução de gerações anteriores é sempre um exercício de compromisso para com a memória, mas a atenção aos trabalhos atuais não deve ser negligenciada, ao contrário, devem ser uma preocupação constante do historiador que decide se lançar nesse desafio. Jonathan Israel, historiador britânico, discorre sobre a possibilidade de termos uma visão mais ampla sobre essas interpretações que mencionamos, assim, em sua obra intitulada *Revolutionary ideas: an Intellectual History of the French Revolution from The Rights of Man to Robespierre*¹⁶⁰, publicada em 2014, o autor retoma algumas discussões “clássicas”, como a interpretação marxista e a revisionista e apresenta novos argumentos sobre as possíveis causas da Revolução.

¹⁵⁹ CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

¹⁶⁰ ISRAEL, Jonathan. *Revolutionary ideas: an Intellectual History of the French Revolution from The Rights of Man to Robespierre*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2014.

Israel reconhece que a crise econômica percebida na França na segunda metade do século XVIII é um dos fatores mais proeminentes defendidos pelos historiadores como sendo a principal causa da Revolução, no entanto, pondera que “evidências mostram que nenhuma crise ocorreu”¹⁶¹:

a renda per capita na França, na verdade, cresceu ao longo do século XVIII como cidades expandidas, juntamente com o comércio e a indústria, transporte e o comércio ultramarino. Agricultura prosperou. O que, em seguida, moveu os franceses urbanos ricos, e os urbanos pobres e camponeses, geralmente considerados os principais agentes ativos da Revolução?¹⁶²

O “problema” das origens parece ser respondido por um consenso entre os historiadores atuais de que a Revolução tem muitas origens¹⁶³ e que a sociedade francesa foi se modificando aos poucos: “a expansão do comércio e das cidades, o aparato do Estado e as forças armadas, advogados, engenheiros, administradores, oficiais, equipe médica, arquitetos, e marinheiros estavam cada mais vez mais infundindo e diversificando a ordem existente”¹⁶⁴. Com efeito, trata-se de um longo processo de mudanças estruturais, apesar disso, Israel considera possível identificar alguns fatores nessa conjuntura socioeconômica que exerceram maior pressão à ordem instituída, apesar de que, como demonstram os estudos apontados por ele da chamada “nova interpretação social”¹⁶⁵, “não há uma grande crise preocupando a sociedade francesa no final do século XVIII do tipo capaz de gerar um grave descontentamento desestabilizador em toda a sociedade”¹⁶⁶. Evidentemente, essa é uma abordagem bastante inovadora quando pensamos que a historiografia, desde os autores contemporâneos a 1789, atribuiu grande força aos problemas econômicos enfrentados pela sociedade francesa, sobretudo as camadas mais pobres, como uma das forças motrizes da Revolução.

¹⁶¹ ISRAEL, Jonathan. *Revolutionary ideas: an Intellectual History of the French Revolution from The Rights of Man to Robespierre*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2014, p. 7.

¹⁶² Ibid., p. 7. Tradução livre: “Per capita income in France actually grew over the eighteenth century as towns expanded, along with commerce and industry, shipping, and overseas trade. Agriculture prospered. What then moved the French urban affluent, and the urban poor and peasants, usually considered the main active agents of the Revolution?”

¹⁶³ Ibid., p. 7.

¹⁶⁴ Ibid., p. 6. Tradução livre: “That along with the steady expansion of trade and the cities, and the apparatus of the state and armed forces, [...] lawyers, engineers, administrators, officers, medical staff, architects, and naval personnel were increasingly infusing and diversifying the existing order.”

¹⁶⁵ Ibid., p. 8.

¹⁶⁶ Ibid., p. 8. Tradução livre: “There was no major crisis troubling late eighteenth-century French society of the kind apt to generate serious destabilizing discontent across society”.

Essa concepção não descarta, porém, que havia uma situação de pobreza e miséria e, além disso, que a crescente burguesia urbana, como ressalta Israel, aumentava sua influência no meio social francês:

em uma lenta expansão em tamanho, riqueza e ambição, que entrou em uma crescente competição com as elites privilegiadas para cargos no governo, prerrogativas, e honras, mas tanto a nobreza quanto essas vertentes da burguesia em ascensão permaneceram politicamente, socialmente, culturalmente, religiosamente, e, no panorama geral, intensamente conservadoras.¹⁶⁷

A burguesia – e aqui devemos esclarecer que por tratar-se de uma “classe” heterogênea, são aqueles que ocupam os lugares mais privilegiados, se comparados aos demais – surge, então, como uma força em expansão que exige mais espaço no cenário político. Nesse sentido, acrescenta Israel, a “nova interpretação social” permite ver que o que alavancou a revolução foi “a vontade de nobres de toga marginalizados, párocos alienados, e ambiciosos profissionais de desafiar a ordem antiga”¹⁶⁸, no entanto, entre eles não havia nenhuma figura de destaque que se tornaria um líder revolucionário. Por outro lado, o decorrer do processo revolucionário nos mostra que “os principais organizadores, porta-vozes, e publicitários das facções que forjaram as grandes mudanças na Revolução, na legislação, nas instituições”¹⁶⁹ não eram nobres marginalizados, nem párocos alienados ou profissionais ambiciosos.

Para o historiador, existem inúmeras contribuições para entendermos as causas da Revolução, e entre elas está a historiografia que, deixando em segundo plano os critérios econômicos de análise, prima pelos aspectos culturais e a interação entre os grupos sociais e os “campos do discurso”¹⁷⁰, ou seja, uma visão *sociocultural* que explica a expansão das elites e localiza a figura de advogados, médicos e outros profissionais como o principal combustível da política revolucionária. Nessa perspectiva, Maximilien de Robespierre vai ser um grande exemplo por ter se tornado um dos principais articuladores da Assembleia Nacional, além de

¹⁶⁷ ISRAEL, Jonathan. *Revolutionary ideas: an Intellectual History of the French Revolution from The Rights of Man to Robespierre*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2014, p. 8. Tradução livre: “Slowly expanding in size, wealth, and ambition, that entered into increasing competition with the privileged elites for government posts, prerogatives, and honors, but both the nobility and these upwardly mobile strands of the bourgeoisie remained politically, socially, culturally, religiously, and, in general outlook, intensely conservative”.

¹⁶⁸ Ibid., p. 9. Tradução livre: “The willingness of disenfranchised robe nobles, alienated parish priests, and ambitious professionals to challenge the old order”.

¹⁶⁹ Ibid., p. 9. Tradução livre: “The principal organizers, spokesmen, and publicists of the factions that forged the great changes of the Revolution in legislation, institutions”.

¹⁷⁰ Ibid., p. 9.

ser advogado, membro do Clube dos Jacobinos e ter tomado a frente do governo revolucionário.

A grande questão para Israel ao retomar essas historiografias é o intuito de demonstrar que, aos seus olhos, não existe a superestimação de uma grande causa da Revolução Francesa. Para ele, há uma série de fatores interligados e simultâneos que vão engendrar o curso revolucionário. Além disso, o autor destaca que os estudos atuais de maior contribuição para a renovação do conhecimento em torno da Revolução vêm daqueles propiciados pela aproximação da história social e da história intelectual¹⁷¹, abordagem que “assume um novo significado uma vez que os pressupostos socioeconômicos que conduziram as pesquisas por tanto tempo são retirados”¹⁷². Essa concepção, segundo o historiador, é adotada tanto pela vertente da “nova interpretação social” quanto da “sociocultural”, ambas localizadas por Israel como “interpretações contemporâneas”¹⁷³, logo, as mais atuais.

Sobre esse ponto de vista, concordamos que os trabalhos mais recentes têm procurado um direcionamento renovado das interpretações ditas tradicionais. É nesse sentido que entendemos que a Revolução, ainda que seja um assunto tão explorado ao longo de mais de duzentos anos, não cessou enquanto objeto de análise da História. Ao contrário, é com frequência que nos deparamos com trabalhos cujas propostas trazem métodos novos a fontes conhecidas e novas respostas a problemas antigos. Em outras palavras, as escolas historiográficas atualmente parecem estar se reinventando e é por isso que vemos aproximações interessantes como, por exemplo, os campos da história intelectual com a história política, cultural ou social em um movimento de complementaridade, o que invariavelmente tem ampliado as possibilidades interpretativas.

Por outro lado, ao falar das interpretações atuais, Israel acrescenta que elas não conseguem explicar “por que a sociedade, a política e instituições francesas foram transformadas tão repentina e dramaticamente em todas as formas, por que todos os precedentes e tradição foram sistematicamente desarraigadas”¹⁷⁴. Dessa forma, o autor defende um ponto de vista peculiar ao trazer à tona a ideia de “*enlightenment*” – relativa ao Iluminismo – como a principal motivação das transformações ocorridas no processo revolucionário.

¹⁷¹ ISRAEL, Jonathan. *Revolutionary ideas: an Intellectual History of the French Revolution from The Rights of Man to Robespierre*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2014, p. 12.

¹⁷² Ibid., p. 12.

¹⁷³ Ibid., p. 14.

¹⁷⁴ Ibid., p. 14. Tradução livre: “But cannot explain why French society, politics, and institutions came to be transformed suddenly and dramatically in every way, why all precedent and tradition were systematically uprooted”.

Esse ponto de vista, acreditamos, é inovador, pois vai além das abordagens que convencionalmente tratam dos aspectos econômicos, sociais ou culturais de forma privilegiada. Israel defende, dessa forma, que a Revolução Francesa foi antes uma “revolução das ideias”¹⁷⁵, diretamente influenciada pelo movimento iluminista, que ocorreu “na mente dos homens e nos hábitos”¹⁷⁶ e foi necessária antes de ocorrer uma revolução de fato. Assim,

os grandes princípios e promulgações revolucionários – abolição da aristocracia e eventualmente o uso de todos os títulos aristocráticos, igualdade diante da lei, democracia, liberdade de imprensa, igualdade de todos os cultos e sua separação do Estado, os Direitos do Homem (1789), divórcio civil (1792), a supressão da monarquia (1792), e a abolição da escravidão (1794) – foram todos manifestamente saturados na linguagem iluminista, em debates e categorias filosóficas.¹⁷⁷

Camille Desmoulins, revolucionário que teve uma trajetória bastante conhecida pela defesa de um governo republicano, afirmava, segundo Israel, que a verdadeira inspiração da Revolução foi a filosofia iluminista¹⁷⁸. O autor parece concordar com essa concepção de que as ideias revolucionárias que inauguram a nova ordem social advêm da conjuntura do *enlightenment* que estabeleceu a nova base moral da sociedade francesa. Cabe ressaltarmos que, apesar de ser uma característica possível de ser identificada entre vários desses homens da política, “apenas dez membros dos mil e duzentos deputados dos Estados Gerais de 1789 podem ser descritos, assim como Mirabeau e Sièyes, como filósofos no sentido iluminista”¹⁷⁹. Mas o fato é que houve uma ampliação considerável e a propagação dessas ideias iluministas foi evidente, o que rendeu um movimento de *antiphilosophes* “encabeçado” por alguns membros ligados à Igreja que se referiam à filosofia como uma espécie de discurso sarcástico para impressionar as classes sociais com sua maneira de pensar e sua “destreza e astúcia no uso obscuro de termos que faziam suas ideias parecerem ‘sublime’ para muitos”¹⁸⁰.

¹⁷⁵ ISRAEL, Jonathan. *Revolutionary ideas: an Intellectual History of the French Revolution from The Rights of Man to Robespierre*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2014, p. 15.

¹⁷⁶ Ibid., p. 15.

¹⁷⁷ Ibid., p. 15. Tradução livre: “the great revolutionary principles and enactments—abolition of aristocracy and eventually the use of all aristocratic titles, equality before the law, democracy, press freedom, equality of all cults and their separation from the state, the Rights of Man (1789), civil divorce (1792), the suppression of monarchy (1792), and the abolition of slavery (1794)—were all manifestly saturated in Enlightenment language, debates, and philosophical categories”.

¹⁷⁸ Ibid., p. 15.

¹⁷⁹ Ibid., p. 15.

¹⁸⁰ Ibid., p. 17.

Os *antiphilosophes* viam a filosofia iluminista e os seus autores, ou adeptos, como responsáveis por uma “conspiração”¹⁸¹ que começou com Diderot e a publicação de sua *Encyclopédie*. Dessa forma,

todos os principais conspiradores eram, como Diderot e d’Alambert, parasitas ateístas que se reuniam em cafés, insinuando, bajulando e ridicularizando seu caminho para a dominação dos salões e academias, e quem eventualmente conquistou posições de grande poder.¹⁸²

Israel aponta também outro embate que pôde ser observado no limiar das manifestações revolucionárias: o embate entre iluministas “radicais” e os demais, mostrando que “Iluminismo” não foi um movimento intelectual uníssono, ao contrário, muitos nomes eram claramente contrários às ideias defendidas, por exemplo, por Rousseau, que contribuiu com a noção de igualdade entre os homens e de que as leis deveriam ser reformuladas visando a vontade geral. Da mesma forma, entre os revolucionários havia essa discrepância de opiniões: assim como Brissot era descontente com as ideias rousseauianas, Robespierre se apropriou de tais ideias inaugurando uma nova fase da Revolução que teve características muito particulares, sobretudo a de ser um momento marcado pela radicalização em sua forma autoritária. Com efeito, o que o autor nos mostra é que entre os revolucionários também havia diferenças claras na forma de conduzir a Revolução, conforme suas palavras:

o Roussauísmo institucionalizado de pós-1793 (Robespierista) dos jacobinos foi a oposição militante da cautela do Iluminismo Radical em relação a Rousseau de Mirabeau, Sieyès, Brissot, Cloots, Volney, Condorcet, e a liderança revolucionária de 1788-93 em geral. Aqui houve um choque entre duas correntes antagônicas, ideológicas permeando a luta pelo controle do curso e da direção da Revolução.¹⁸³

Camille Desmoulins é uma figura importante para as ideias defendidas por Israel, pois era desde o início um dos adeptos mais fervorosos de Rousseau ao declarar que a nobreza era a pior das pestes, que todas as leis precisavam ser reescritas, a monarquia era a pior forma de

¹⁸¹ ISRAEL, Jonathan. *Revolutionary ideas: an Intellectual History of the French Revolution from The Rights of Man to Robespierre*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2014, p. 17.

¹⁸² Ibid., p. 17. Tradução livre: “All the chief conspirators were, like Diderot and d’Alembert, atheistic “parasites” who lounged in cafés, insinuating, flattering, and mocking their way to domination of the salons and academies, and who eventually conquered positions of great power”.

¹⁸³ Ibid., p. 22. Tradução livre: “The institutionalized Rousseauism of the post-1793 (Robespieriste) Jacobins was the militant opposite of the Radical Enlightenment guardedness toward Rousseau of Mirabeau, Sieyès, Brissot, Cloots, Volney, Condorcet, and the revolutionary leadership of 1788–93 generally. Here was a clash between two antagonistic, ideological streams pervading the struggle for control of the Revolution’s course and direction”.

governo e a religião precisava passar por uma reforma fundamental¹⁸⁴. As disputas ideológicas entre os revolucionários também recaíram sobre a questão religiosa, pois ela estava diretamente ligada à figura do monarca, apoiado pelo Clero e pela nobreza, e, portanto, aqueles que se apoiaram nos princípios da filosofia iluminista “mais radical” mostravam-se favoráveis às reformas de tais estruturas que sustentavam o governo monárquico, sobretudo os defensores da república, como Desmoulins.

Esse ponto da reflexão de Israel, ressaltamos, é também inovador. O autor defende a necessidade de uma revisão das historiografias que ao longo do tempo perpetuaram determinados “consensos” como a ideia de que a monarquia não foi contestada em um primeiro momento. Ao trazer a figura de Desmoulins, o autor mostra que, sim, havia entre os líderes revolucionários aqueles que desde o início da Revolução defenderão a república, rejeitando o sistema monárquico desde 1788¹⁸⁵. Segundo Israel, para Desmoulins, “lutar contra o ‘erro’ e a ‘escravidão’ com a filosofia, significava substituir o quadro jurídico existente com ideias esclarecidas e a moralidade do Iluminismo, as verdadeiras fontes [...] para a felicidade e prosperidade”¹⁸⁶.

Com efeito, Israel defende um radicalismo perceptível desde o começo da Revolução. Desde 1788, segundo ele, há essa ideia compartilhada por alguns dos revolucionários de rompimento com as três ordens sociais da França organizada em Estados, bem como a ideia de igualdade perante a lei. Segundo esses homens, a sociedade deveria ser reorganizada baseada na igualdade civil, de forma que todos deveriam gozar dos mesmos direitos e as leis reescritas tendo em vista a filosofia, pois a “‘razão’ e a equidade são o único critério de legitimidade moral e social”¹⁸⁷. Nas palavras de Israel,

em 1788, líderes emergentes do Terceiro Estado já haviam proclamado igualdade, moral e princípios legais, em legitimidade, determinando as relações entre os homens. Para eles, a Coroa era irrelevante, a autoridade do clero usurpado, e a nobreza ilícita. Seus planos foram moldados não pela experiência de classe social, nem profissão ou interesse econômico, mas sim um sistema abrangente, integrador de princípios enraizados na filosofia, o que, de acordo com Mirabeau, Sièyes, Volney, Condorcet e Brissot, estava solidamente ancorado no empirismo e na ciência.¹⁸⁸

¹⁸⁴ ISRAEL, Jonathan. *Revolutionary ideas: an Intellectual History of the French Revolution from The Rights of Man to Robespierre*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2014, p. 24.

¹⁸⁵ Ibid., p. 24.

¹⁸⁶ Ibid., p. 24-25.

¹⁸⁷ Ibid., p. 26.

¹⁸⁸ Ibid., p. 26. Tradução livre: “By 1788, emerging Third Estate leaders already proclaimed equality the overriding moral and legal principle in legitimately determining relations among men. To them, the Crown was irrelevant, the clergy’s authority usurped, and nobility illicit. Their plans were molded not by social class or experience, nor profession or economic interest, but a comprehensive, interlocking system of principles rooted in

Para eles, igualdade era a chave para estabelecer direitos humanos básico e reconstruir a política, instituições, relações sociais, casamento, educação, e a lei no seu propósito básico. Para os inúmeros oponentes da Revolução, pelo contrário, quer ideólogos do Contra-Iluminismo ou “moderados”, igualdade era um conceito artificial e ilícito.¹⁸⁹

Contudo, a Revolução que em sua essência foi marcada pelos ideais de inspiração iluminista vivenciou um momento de inflexão entre os anos de 1793 e 1794. Nesse período que ficou conhecido como “Terror” sob o governo de Robespierre, os franceses testemunharam o abandono da democracia, da liberdade de pensamento e expressão, os Direitos do Homem, a liberdade de imprensa tão desejada, bem como a liberdade individual foram desprezados¹⁹⁰. Apesar dessa experiência tão autoritária que colocou em cheque os planos de fazer avançar a revolução levando em consideração os princípios filosóficos, Israel defende que o Terror não pode ser entendido como uma postura inerente ao processo revolucionário, assim como sugeriram algumas interpretações anteriores como a historiografia revisionista, sobretudo porque “muitos dos filósofo-revolucionários responsáveis pela revolução de 1788-93 foram brutalmente guilhotinados por Robespierre. Os sobreviventes veementemente negaram que a Revolução tinha se imolado”¹⁹¹. Ou seja, o caráter predeterminado do autoritarismo revolucionário pode ser contestado, pois não foi uma prática aprovada pela generalidade dos revolucionários.

A presente obra de Israel aponta muitos pontos de vista que consideramos inovadores em termos historiográficos. Ao retomar as interpretações de escolas historiográficas “clássicas” como a marxista, ou social, a revisionista, além da cultural, e contestar alguns de seus principais objetos defendidos, Israel é um dos autores que encontramos atualmente que realizam esse trabalho de retomar assuntos muitas vezes considerados “consensos”, questionando-os e propondo soluções novas para velhos problemas. Por essa razão, Israel é uma grande referência para o trabalho ao qual nos lançamos com a presente pesquisa: mostrar que o conhecimento em torno da Revolução não é estático, ao contrário, que pode ser renovado, mostrando que é possível trazer elementos novos sobre sua história. A

la philosophie, which, according to Mirabeau, Sieyès, Volney, Condorcet, and Brissot, was solidly anchored in empiricism and science.”

¹⁸⁹ ISRAEL, Jonathan. *Revolutionary ideas: an Intellectual History of the French Revolution from The Rights of Man to Robespierre*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2014, p. 26. Tradução livre: “To them, equality was the key to establishing basic human rights and reconstituting politics, institutions, social relations, marriage, education, and the law on their proper basis. For the Revolution’s innumerable opponents, by contrast, whether Counter-Enlightenment ideologues or “moderate” enlighteners, equality was an artificial and illicit concept”.

¹⁹⁰ Ibid., p. 27-28.

¹⁹¹ Ibid., p. 28. Tradução livre: “Many of the philosophe-révolutionnaires responsible for the revolution of 1788–93 were ruthlessly guillotined by Robespierre. The survivors adamantly denied that the Revolution had immolated itself”.

historiografia recente de Jonathan Israel vai, portanto, ao encontro dos nossos objetivos por trazer novos paradigmas para pensarmos a respeito da Revolução Francesa e dos seus múltiplos objetos de análise. Nessa perspectiva, Israel ajuda-nos a compreender a Revolução em um contexto mais amplo com suas opções teórico-metodológicas que são construídas sob uma nova perspectiva.

O caminho até aqui foi reconstruir uma breve arqueologia da historiografia da Revolução Francesa atentos às nuances, às rupturas, aos embates que caracterizam o conhecimento sobre ela e, ainda, às novas contribuições nesse terreno. Entretanto, dado todo esse contexto das diferentes escolas historiográficas, é importante pensarmos de que forma elas trataram sobre o objeto desta pesquisa: o Clube dos Jacobinos de Paris? Percorrendo os autores e suas obras, os jacobinos são figuras que não podem ser ignoradas, pois tiveram um papel fundamental durante todo o curso revolucionário. Sejam como uma classe de deputados da Assembleia Nacional, ou isoladamente quando pensamos na trajetória individual de um jacobino como Robespierre ou Desmoulins, ou enquanto membros de uma sociedade de pensamento político, o fato é que os jacobinos são inerentes à história da Revolução Francesa e, dessa forma, aparecem com frequência nos trabalhos historiográficos.

De fato, inúmeras interpretações envolvem as figuras jacobinas que vão desde heróis da pátria francesa a vilões da ordem social conforme o olhar que direcionamos (questão que abordaremos melhor nos capítulos seguintes), ou de acordo com o recorte que escolhemos analisar. O fato é que, com maior frequência, observamos que a historiografia se dedica a entender o período de tomada do poder revolucionário em 1792, ano em que é proclamada o ano I da República francesa e os jacobinos estão à frente do governo na forma de uma Convenção. Ou, ainda, como dissemos, que as histórias individuais que tentam realizar um trabalho biográfico de alguma figura em específico ocupam lugar de destaque na produção acadêmica.

Ao menos do ponto de vista da produção recente, até onde conseguimos avançar colhendo informações nos principais meios de divulgação (sobretudo virtual) da produção acadêmica sobre a Revolução Francesa nos dias de hoje, não encontramos um número grande de trabalhos sobre a história dos jacobinos e mais especificamente sobre o Clube dos Jacobinos de Paris. Esse dado, portanto, despertou-nos a curiosidade de entender melhor esses agentes pensando na formação desse espaço de sociabilidade política que foi o Clube. Ou seja, o objeto de estudo da presente pesquisa foi diretamente motivado pela ausência – ou pela pouca divulgação – de uma abundância de estudos pormenorizados acerca do Clube dos

Jacobinos, mas também pela proficuidade das atas das reuniões enquanto material literário e fontes textuais.

Desde os autores contemporâneos a 1789 a imagem dos jacobinos é marcada por uma dualidade, enquanto o Abade Barruel trata a Revolução como uma conspiração jacobina¹⁹², outros autores como Antoine Barnave defendiam seu “lado” a favor de uma constituição para a França. No caso de Alexis de Tocqueville e Jules Michelet, ambos se esforçam em tratar dos filósofos, intelectuais e dos “principais homens políticos”¹⁹³, categoria que inclui os jacobinos, pois compõem as principais estruturas de resistência ao governo monárquico durante o processo revolucionário.

Michel Vovelle, como mencionamos, dedica-se a uma obra denominada *Jacobinos e Jacobinismo*¹⁹⁴ na qual pouco explora a figura histórica dos jacobinos no contexto do Clube, visto que o autor concentra-se no cunho do novo conceito de “jacobinismo” para aplicá-lo a realidades posteriores a 1789. Além disso, outras obras do autor também mencionam o papel do Clube enquanto uma instituição que teve destaque ao longo da Revolução por ter regras próprias de funcionamento e pelo aspecto simbólico que exerceu por ser um local de discussão dos assuntos da política nacional que articulou outras sociedades espalhadas pelo reino em uma grande rede de sociabilidade política, no entanto, o autor não se aprofunda nos estudos sobre o Clube. Já François Furet é um dos expoentes daquela historiografia que viu na política autoritária dos jacobinos no poder durante o período do Terror o embrião dos totalitarismos futuros, ou seja, uma generalização da experiência de um governo radical, no qual os princípios revolucionários de defesa da liberdade foram abandonados, como se fosse uma característica imanente dos jacobinos, mas seus estudos também não vão além no sentido compreender qual foi a importância do Clube para a Revolução.

Para a história cultural – e mais especificamente a nova história cultural –, pensar sobre um espaço tal qual foi o Clube dos Jacobinos parece uma realidade mais próxima, tendo em vista que essa historiografia preocupa-se com os casos de interação entre diferentes grupos e hábitos e práticas culturais que possam nos auxiliar na compreensão de uma determinada realidade. Dessa forma, tanto Roger Chartier quanto Robert Darnton tratam das sociedades de pensamento do século XVIII, como as lojas maçônicas, ou o Clube dos Jacobinos, e ainda

¹⁹² SCHAFF, Adam. *História e verdade*. Trad. Maria Paula Duarte. São Paulo: Martins Fontes, 1978, p. 12-13.

¹⁹³ Alexis de Tocqueville reserva um capítulo da sua obra “O Antigo Regime e a Revolução” aos literatos, os intelectuais, no qual discorre sobre como estes se tornaram as principais figuras políticas da França e o impacto disso na história da Revolução. Ver mais em: TOCQUEVILLE, Alexis de. Como, em meados do século XVIII, os literatos tornaram-se os principais homens políticos do país, e dos efeitos que disso resultaram. In: _____. *O Antigo Regime e a Revolução*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

¹⁹⁴ VOVELLE, Michel. *Jacobinos e Jacobinismo*. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: Edusc, 2000.

como essas figuras ligadas ao Iluminismo se envolveram no cenário político francês durante a Revolução. No mesmo sentido está o trabalho de Jonathan Israel que, mesmo se distanciando de alguns problemas da história cultural, propõe uma reflexão que dá aos jacobinos um protagonismo na “revolução das ideias”¹⁹⁵ da qual fala, pois são esses agentes que vão conduzir as principais mudanças estruturais que caracterizam a Revolução, como a igualdade civil, a liberdade de imprensa, a separação entre Estado e religião, a declaração de direitos, todas elas fundamentadas na filosofia iluminista.

Como podemos ver, esses trabalhos não descartam os jacobinos ou o Clube onde se reuniam com a proposta de debater assuntos da política nacional e levar apontamentos e propostas para a Assembleia Nacional, órgão que podemos considerar como sendo a primeira expressão do governo da Revolução. No entanto, são poucos os detalhes que podemos extrair deles sobre o funcionamento dessas reuniões, ou ainda, qual a importância, de fato, desse espaço para o andamento do curso revolucionário.

Assim, buscando contribuir – ainda que pontualmente – para a história da Revolução Francesa, preparamos o terreno para continuarmos o propósito desta pesquisa: buscamos, a partir de agora, levando em consideração a historiografia e o aporte teórico da noção de *representação* ordenada por Roger Chartier, analisar o fenômeno da Revolução Francesa direcionando nosso olhar para o Clube dos Jacobinos de Paris e, assim, compreender o que levou à sua cisão em julho de 1791. Acreditamos que essa sociedade de exercício político deva ser melhor explorada pela inegável importância que teve nos “bastidores” do processo revolucionário e que, ao lidarmos com uma tipologia de fonte escrita, textual, que são as atas¹⁹⁶ das reuniões do Clube, logo, uma manifestação cultural vinda de uma prática de um determinado grupo, se apresenta como uma metodologia possível para conhecermos melhor essa sociedade a partir dos documentos que ela mesma produziu.

Por fim, o exercício aqui exposto foi o de pensar como um fenômeno histórico pode ser compreendido sob diversos ângulos, o que cotidianamente chamamos de historiografia: toda a produção intelectual, seja ela feita de embates ou diálogos que caminham na mesma direção, sobre um determinado assunto. Assim, buscamos mostrar de forma breve algumas discussões que marcaram as análises sobre a Revolução Francesa de 1789 nos seus mais de duzentos anos de existência. Evidentemente não contemplamos sua totalidade, mas

¹⁹⁵ ISRAEL, Jonathan. *Revolutionary ideas: an Intellectual History of the French Revolution from The Rights of Man to Robespierre*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2014, p. 15.

¹⁹⁶ As atas que constituem as nossas fontes textuais fazem parte de uma coleção de documentos sobre a história dos jacobinos organizada pelo historiador François Aulard no final do século XIX. AULARD, F. -A. *La Société des Jacobins: recueil de documents pour l'histoire du Club des Jacobins de Paris*. Paris: Maison Quantin, v. 2-3, 1891-1892. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja02aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014.

entendemos que estes exemplos nos dão a magnitude da escrita em torno do processo revolucionário que buscou investigar suas causas e seus percursos pelas múltiplas vias do social, político, econômico e cultural, cada qual com suas particularidades e contribuições significantes. Assim, concluimos que, do ponto de vista dos domínios da escrita da história, o embate é sempre proveitoso, pois nos faz avançar. “O estudo de qualquer civilização enriquece o conhecimento que temos de uma outra”¹⁹⁷, por isso, a multiplicidade de interpretações enriquece o conhecimento sobre um determinado fenômeno histórico, mas também sobre nós mesmos. Por isso, do ponto de vista historiográfico e da renovação do conhecimento histórico, reiteramos: a Revolução não está terminada.

¹⁹⁷ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Brasília: UnB, 1998, p. 21.

CAPÍTULO 2

CLUBE DOS JACOBINOS DE PARIS: o novo espaço de sociabilidade política

O clube legou como herança a imagem forte de um grupo de homens decididos a conduzir a Revolução “até o fim”, de uma estrutura em que alguns vêem a experiência ou a antecipação de uma democracia forte e vitoriosa, e que outros consideram como uma “máquina” de moer indivíduos e, até mesmo, a matriz dos totalitarismos futuros.¹⁹⁸

O *Club des Jacobins de Paris* [Clube dos Jacobinos de Paris], embora seja envolto por uma ideia quase mitológica com relação à sua origem, sobretudo, segundo o historiador François Aulard¹⁹⁹, pela falta de documentações que indicam o seu nascimento em condições específicas e, portanto, por demonstrarem informações vagas e contraditórias, é entendido como um novo espaço de sociabilidade que surgiu nos primeiros dias do florescimento da Revolução Francesa. Fundado por deputados bretões em Versalhes, o clube, inicialmente sob a denominação oficial de Sociedade dos Amigos da Constituição, se instala em Paris em outubro de 1789 no convento dos dominicanos jacobinos da rua Saint-Honoré, que, finalmente, passará a dá-lo nome de Clube dos Jacobinos somente a partir de fevereiro de 1792.

Essa nova estrutura de sociabilidade de cunho político funcionava como o local de encontro de homens das camadas mais altas da burguesia francesa aos moldes dos salões ingleses e das sociedades de pensamento²⁰⁰. Apesar de já existirem as lojas maçônicas com características semelhantes antes dos clubes, estes surgem com características muito próprias e específicas, visto que propõem-se a “discutir temas políticos tratados na Assembleia, sobretudo a Constituição, e manter contato com as outras sociedades do reino”²⁰¹. Ou seja, o Clube dos Jacobinos de Paris tem o claro objetivo de debater questões ligadas à política francesa do momento, deliberar e levar à Assembleia Nacional suas aspirações, bem como suas exigências e propostas sólidas, além de objetivar manter uma rede orgânica de diálogo com sociedades semelhantes e afiliadas.

¹⁹⁸ VOVELLE, Michel. *Jacobinos e jacobinismo*. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2000, p. 25.

¹⁹⁹ AULARD, F. -A. Introduction. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l’histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, 1889, p. 11.

²⁰⁰ VOVELLE, Michel. *A Revolução Francesa* (1789-1799). Trad. Mariana Echalar. São Paulo: UNESP, 2012, p. 117.

²⁰¹ Ibid., p. 118.

Uma das características iniciais do Clube dos Jacobinos foi permitir a afiliação somente para os homens que compunham a Assembleia dos Estados Gerais, além de cobrar uma cota de aproximadamente 25 libras aos seus membros, logo, quem poderia fazer parte do Clube era um grupo seletivo e proveniente dos “níveis sociais mais elevados”²⁰² da sociedade francesa. Porém, a partir de 1791 houve uma abertura de suas atividades políticas com a qual passaram a realizar audiências e outros atos públicos visando ampliar e discutir temas pertinentes à Assembleia Nacional e angariar força popular para fortalecer o plano constitucional.

Há um consenso entre os autores trabalhados²⁰³ sobre a importância e a influência política dos jacobinos para com a Revolução e, quando falamos dessas figuras, não podemos dissociá-los da sede de seus encontros políticos em Paris. Dessa forma, o historiador Josemar Machado de Oliveira chama a atenção para “a definição das características sociais e ideológicas dos seus integrantes”²⁰⁴, que seria seu ponto mais polêmico durante toda sua existência. Com todo o decorrer revolucionário, os jacobinos foram marcados por diferentes “fases” de atuação, sendo mais comum aos “trabalhos historiográficos de vulgarização”²⁰⁵ voltar os olhos para a fase do Terror e considerá-la como a mais “espetacular”²⁰⁶ (do ponto de vista da novidade que a política do Terror inaugura por abandonar os princípios igualitários e de liberdade tanto defendidos no início do processo revolucionário).

Destarte, a princípio, os jacobinos eram pejorativamente assim chamados por serem figuras mal quistas pelos políticos moderados, visto que defendiam uma constituição para a França que, conseqüentemente, levaria à limitação do poder real. Apesar disso, eles exerceram rápida influência no território francês e sustentavam um posicionamento político mais radical que os outros grupos, tanto que em diversos momentos sofreram medidas repressivas por parte dos que podemos chamar de conservadores do regime vigente, como a

²⁰² VOVELLE Michel. *A Revolução Francesa* (1789-1799). Trad. Mariana Echalar. São Paulo: UNESP, 2012, p. 118.

²⁰³ A historiografia analisada levanta algumas questões sobre os jacobinos, principalmente quanto à importância de sua organização política da época, que se assemelha à forma partidária que conhecemos atualmente pela relação entre o partido, poder estatal e outras organizações. Ver: BOTO, Carlota. *Política e produção compartilhada de sentidos públicos: rastros e rumos do jacobinismo*. Revista USP, São Paulo, n. 50, p. 289-303, junho/agosto 2001; OLIVEIRA, Josemar Machado de. *Os jacobinismos* (1789-1794). Dimensões, Vitória, ES, n. 19, NPIH/Ufes, 189-205, 2007; VOVELLE, Michel. *Jacobinos e Jacobinismo*. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: Edusc, 2000. Além disso, outros estudos ponderam a influência direta dos jacobinos no curso revolucionário. Ver: VOVELLE, Michel. *A Revolução Francesa* (1789-1799). Trad. Mariana Echalar. São Paulo: UNESP, 2012;; AULARD, F. -A. Introduction. IN: *La Société des Jacobins: recueil de documents pour l’histoire du Club des Jacobins de Paris*. Paris: Maison Quantin, v. 1, p. I-CXXXVI, 1889.

²⁰⁴ OLIVEIRA, Josemar Machado de. *Os jacobinismos* (1789-1794). Dimensões, Vitória, ES, n. 19, NPIH/Ufes, 189-205, 2007, p. 192.

²⁰⁵ Ibid., p. 193.

²⁰⁶ Ibid.

lei Le Chapelier de 1791²⁰⁷ que proibia as corporações, sua organização e atividades, visando dissolver qualquer tentativa de autonomização por parte de um grupo político em relação ao governo real. É nesse sentido também que a historiadora Carlota Boto nos lembra que os jacobinos “iniciavam, portanto, sua inserção na história mediante um ato coletivo e consciente sobre os poderes constituídos, tendo em vista tornarem-se protagonistas no cenário nacional acerca de tudo o que dissesse respeito à esfera pública”²⁰⁸. Sendo assim, consideramos a importância de se olhar internamente para o Clube destacando suas características de funcionamento buscando compreender o que era esse espaço que abrigava grandes nomes da política revolucionária francesa e como ganhou tamanha expressividade.

A expressão “revolução burguesa” é consolidada na historiografia marxista sobre a Revolução Francesa e nos mostra um panorama da estrutura social e da conjuntura política em que a França vivia no século XVIII, e, ainda, nos faz pensar sobre o lugar social desses homens que compunham o Clube. Conforme o historiador Albert Soboul, no contexto da Revolução Francesa, a burguesia, que era a classe proveniente dos deputados, ou o que conhecemos por Terceiro Estado,

[...] estava à testa das finanças, do comércio, da indústria; fornecia à monarquia não só os quadros administrativos como também os recursos necessários à marcha do Estado. A aristocracia, cujo papel não tinha cessado de diminuir, permanecia ainda na primeira escala da hierarquia social; porém se esclerosava em casta, no momento mesmo em que a burguesia aumentava em número, em poder econômico, também em cultura e em consciência. O progresso das Luzes solapava os fundamentos ideológicos da ordem aristocrática, ao mesmo tempo que se afirmava a consciência de classe da burguesia. Sua boa consciência: classe em ascensão, acreditando no progresso, tinha a convicção de representar o interesse geral e de assumir o encargo na nação; classe progressiva, exercia uma triunfante atração sobre as massas populares como sobre os setores dissidentes da aristocracia. Contudo, a ambição burguesa, apoiada pela realidade social e econômica, se chocava com o espírito aristocrático das leis e das instituições.²⁰⁹

Apesar de não podermos falar em uma burguesia uníssona, sem estratificações internas, que, aliás, apresenta diferenças fundamentais para a organização social francesa como um todo, o contexto vivido por esses homens da política à época revolucionária foi propício para a formação de um espaço que buscava articular estratégias variadas a fim de estabelecer uma unidade, ou melhor, uma força política capaz de guiar a França. A própria

²⁰⁷ Ver: <http://www.vie-publique.fr/documents-vp/loiChapelier.pdf>

²⁰⁸ BOTO, Carlota. *Política e produção compartilhada de sentidos públicos*: rastros e rumos do jacobinismo. Revista USP, São Paulo, n. 50, p. 289-303, junho/agosto 2001, p. 300.

²⁰⁹ SOBOUL, Albert. *A Revolução Francesa*. Trad. Rolando Roque da Silva. 6ª edição. São Paulo: DIFEL, 1986, p. 9-10.

consciência de classe da qual fala Soboul é um elemento fundador da Revolução, pois a partir dela observamos um dos impulsos de maior resistência à estrutura do Antigo Regime, como a exigência da equiparação de direitos à aristocracia, mas também a liberdade política e a liberdade econômica²¹⁰ propostas pelos deputados. Em outras palavras, é importante entendermos que o lugar social desses homens da política possibilitou pelo menos dois tipos de representação: de um lado, a compreensão do que seriam os jacobinos por outros grupos políticos e de outro, a própria: o fato de comporem espaços de debates e de tomada de decisões como nas assembleias, os jacobinos se viam como agentes transformadores, seja pelo anseio de uma nova constituição, em um primeiro momento, ou seja pela luta sistemática contra o sistema de Antigo Regime, em um segundo momento.

A partir desse ponto inferimos algumas questões importantes para compreendermos melhor os jacobinos na espacialidade do Clube e o seu papel no processo revolucionário. O historiador Pierre Rosanvallon, em sua obra sobre o *modelo político francês*²¹¹, trata de uma ideia de *unidade* e *igualdade* que circundava o novo “imaginário” político inaugurado pela Revolução. Para o autor, algumas ideias que surgiram com a experiência revolucionária foram essenciais para a formação de uma nova sociedade assentada em novos princípios. Assim,

os imperativos de unidade e de igualdade são para ele [Terceiro Estado] percebidos como indissociáveis desde o desencadeamento do processo revolucionário. O novo imaginário igualitário traduz então uma profunda mutação das sensibilidades, de ordem quase antropológica.²¹²

A rejeição da sociedade de ordens e de corpos procede desta visão. Não se desprende somente de reivindicações econômicas ou jurídicas que se haviam superposto; antes de tudo acompanha o advento de um novo imaginário coletivo, de uma representação inédita da comunidade. O principal acusado é o velho espírito de corpo.²¹³

A crítica ao Antigo Regime pode ser vista a partir da vontade da unidade da qual fala Rosanvallon, e essa unidade é expressa na defesa de uma nação autônoma e autossuficiente, sem as ameaças da divisão, em sua visão. “Para os homens de 1789 a nação não é um

²¹⁰ SOBOUL, Albert. *A Revolução Francesa*. Trad. Rolando Roque da Silva. 6ª edição. São Paulo: DIFEL, 1986, p. 11.

²¹¹ ROSANVALLON, Pierre. *El modelo político francés: la sociedad civil contra el jacobinismo, de 1789 hasta nuestros días*. Trad. Víctor Goldstein. Buenos Aires, Argentina: Siglo Veintiuno, 2007.

²¹² Ibid., p. 25. Tradução livre: “Los imperativos de unidad y de igualdad son por ello [Terceiro Estado] percebidos como indisociables desde el desencadeamento del proceso revolucionario. El nuevo imaginario igualitario traduce entonces una profunda mutación de las sensibilidades, de orden casi antropológico”.

²¹³ Ibid., p. 26. Tradução livre: “El rechazo de la sociedad de órdenes y de cuerpos procede de esta visión. No se desprende solamente de reivindicaciones económicas o jurídicas que se habrían superpuesto; ante todo acompaña el advenimiento de un nuevo imaginario colectivo, de una representación inédita de la comunidad. El principal acusado es el viejo espíritu de cuerpo”.

composto de corpos e ordens, é uma totalidade imediata”²¹⁴, assim, a configuração da nação na forma de um todo é, também, uma maneira de renovação e de distinção em relação ao Antigo Regime. A própria noção de *Ancien Régime*²¹⁵ nasce nesse momento, ela é um marco que a Revolução traz ao inaugurar um “novo mundo”. Concomitante à noção de “Antigo Regime”, podemos entender o período através da perspectiva da metáfora do nascimento de uma nova ordem enterrando uma ordem antiga. Tal é a ideia do mito solar²¹⁶ que envolve a Revolução como sendo a “luz vitoriosa das trevas, da vida renascendo do seio da morte, do mundo reconduzido ao seu começo”²¹⁷. Assim, o termo *revolução*, entendido por Reinhart Koselleck como “uma transformação de longo prazo”²¹⁸ cujos eventos e estruturas “atingem profundamente o nosso cotidiano”²¹⁹ adquire com a Revolução Francesa um caráter mítico de renovação que marca profundamente a tradição política francesa: em verdade, ela exprime “a cesura irreversível entre um antes sem volta e um depois”²²⁰ que os revolucionários vão adotar em seu discurso político. Sobre a experiência que a França presenciou, Darnton aponta:

em 1789, os franceses tiveram de encarar a derrocada de toda uma ordem social – o mundo que, retrospectivamente, definiram como *Ancien Régime* – e encontrar uma nova ordem no caos circundante. Viveram a realidade como algo passível de destruição e reconstrução, e depararam com possibilidades aparentemente ilimitadas, tanto para o bem como para o mal, para edificar uma utopia ou para recair na tirania.

É claro que a sociedade francesa já havia sido convulsionada, anteriormente, por algumas comoções sísmicas – a peste bubônica no século XIV, por exemplo, e as guerras religiosas no século XVI. Mas ninguém estava preparado para uma revolução em 1789. A própria ideia nem sequer existia. Se vocês procurarem a palavra *revolução* nos dicionários correntes do século XVIII, vão encontrar definições derivadas do verbo *revolver*, tal como a volta de um planeta ou uma estrela ao mesmo ponto de partida.²²¹

²¹⁴ ROSANVALLON, Pierre. *El modelo político francés: la sociedad civil contra el jacobinismo*, de 1789 hasta nuestros días. Trad. Víctor Goldstein. Buenos Aires, Argentina: Siglo Veintiuno, 2007, p. 26. Tradução livre: “Para los hombres de 1789 la nación no es un compuesto de cuerpos y órdenes, es una totalidad inmediata”.

²¹⁵ VOVELLE, Michel. *A Revolução Francesa* (1789-1799). Trad. Mariana Echalar. São Paulo: UNESP, 2012, p. 1.

²¹⁶ A ideia do mito solar é trabalhada por Jean Starobinski para classificar a percepção do período revolucionário francês de 1789 e de que forma isso influenciou na produção artística francesa, como esculturas, pinturas, poemas que se utilizavam de metáforas para representar o advento de um novo tempo de transformações, a saber, a Revolução, em oposição a uma ideia de decadência, “trevas”. Ver mais em: STAROBINSKI, Jean. O mito solar da Revolução. In: _____. *1789: os emblemas da razão*. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 38.

²¹⁷ STAROBINSKI, Jean. *1789: os emblemas da razão*. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 38.

²¹⁸ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Ed. PUC-Rio, 2011, p. 61.

²¹⁹ Ibid.

²²⁰ VOVELLE, op cit., p. 1.

²²¹ DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras: Schwarcz, 1990, p. 12.

Com efeito, essa é a configuração do momento em que os jacobinos surgem na história francesa como uma nova força que levará à ruína as querelas do feudalismo, bem como sua estrutura política que concentrava o poder nas mãos de um rei absoluto e pouco cativante. A conjuntura de aparição do Clube é, sem dúvida, um ponto de partida incontornável para entendermos sua importância especialmente com relação à sua organização que reuniu deputados de todo o reino francês e, portanto, apresentava características sem precedentes na história política francesa. Sobre esse ponto, o historiador Robert Darnton faz uma reflexão sobre os efeitos que a Revolução produziu na política francesa:

os franceses não possuíam um grande vocabulário político antes de 1789, pois a política se passava em Versalhes, no mundo distante da corte real. Quando as pessoas do povo começaram a participar da política – nas eleições para os Estados-Gerais, baseadas em algo semelhante ao voto masculino universal, e nas insurreições de rua —, precisaram encontrar palavras para o que tinham visto e feito. Desenvolveram novas categorias básicas, como “esquerda” e “direita”, que derivam da disposição dos lugares na Assembléia Nacional, e a própria —revolução. Primeiro veio a experiência, e depois o conceito.²²²

Darnton destaca que a experiência política vivenciada tanto pelo povo, quanto pelos agentes ativos deste processo mostra como toda a França foi atingida pelas novas estruturas assentadas nos ideais revolucionários, de forma que essa experiência não se limitou aos espaços de debate ou às Assembleias. Mesmo sendo apenas uma pequena minoria que poderia se filiar aos clubes jacobinos, ou mesmo que a representatividade do Terceiro Estado fosse a menor na reunião dos Estados Gerais,

todos foram atingidos pela Revolução, pois a Revolução atingiu todas as coisas. Ela recriou, por exemplo, o tempo e o espaço. Pelo calendário revolucionário adotado em 1793 e utilizado até 1805, o tempo começava na data em que terminava a velha monarquia: 22 de setembro de 1792, primeiro Vendémiaire, Ano I.²²³

Cabe-nos pensar sobre a experiência tão particular que esses homens viveram em sua história, na qual “a própria concepção do ‘político’ expandiu-se e mudou de forma”²²⁴, afirma a historiadora Lynn Hunt. A historiadora acrescenta que o aumento da mobilização popular deu um tom ainda mais inesperado aos acontecimentos, pois agora era preciso inserir todos

²²² DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*: mídia, cultura e revolução. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras: Schwarcz, 1990, p. 12-13.

²²³ Ibid.

²²⁴ HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 22.

esses elementos que surgiram no decorrer da Revolução, inclusive os clubes, como novas estruturas de mobilização política. “Os franceses não inventaram a política, nem o conceito do político, mas, por razões ainda não plenamente compreendidas, conseguiram investi-los de extraordinário significado emocional e simbólico”²²⁵, mas poderíamos pontuar uma série de noções advindas posteriormente da experiência revolucionária francesa, como, por exemplo, a noção de História enquanto o conhecimento de si própria²²⁶, ou seja, uma ciência da reflexão²²⁷, sentido propiciado pela aproximação da Filosofia e da História no século XVIII que teve a Revolução como evento fundador e nos é corrente atualmente.

O pensamento de Lynn Hunt aponta outra compreensão acerca do processo revolucionário: a ideia do nascimento de uma “cultura política” muito particular que podemos observar sobretudo nos primeiros anos da década revolucionária. Ao invés de primar pelos tradicionais objetos de pesquisa da história da política como figuras específicas de um determinado contexto, conflitos partidários, instituições ou organizações formais, a historiadora interessa-se por “padrões básicos na cultura política que possibilitaram o surgimento de diretrizes distintas e o aparecimento de novos tipos de políticos, conflitos e organizações”²²⁸. Entre esses *novos* elementos, a autora destaca o advento de uma linguagem tipicamente *revolucionária* que buscava uma identificação com a nova situação vivida pelos franceses, mas que também significasse um distanciamento em relação à sociedade de Antigo Regime. Dessa forma,

à medida que ruíu a posição sagrada do rei na sociedade, a linguagem política tornou-se cada vez mais investida de significado emocional, até mesmo de vida e morte. Palavras associadas ao Antigo Regime, nomes contaminados com realismo, aristocracia ou privilégio tornaram-se tabu. *Procureurs* e *avocats* (profissionais do ramo jurídico do Antigo Regime) tornavam-se *hommes de loi* (simplesmente “homens da lei”) se quisessem continuar na profissão; *impôts* foram substituídos por *contributions*, que soavam mais voluntárias. Todos os nomes que eram identificados com valores do Antigo Regime foram suplantados por novas designações revolucionárias (muitas vezes gregas ou romanas). Bebês foram batizados com nomes de heróis clássicos, as províncias históricas deram lugar a departamentos geograficamente identificados, e cidades rebeldes tiveram seus nomes mudados ao serem retomadas. No auge da preocupação com nomes, em 1793, uma comissão de uma das seções de Paris sugeriu à Convenção Nacional que sistematicamente trocasse os nomes de ruas e

²²⁵ HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 23.

²²⁶ KOSELLECK, Reinhart. “Historia Magistra Vitae: Sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento”. In: *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Ed. PUC-Rio, 2011, p. 47.

²²⁷ Ibid., p. 59.

²²⁸ HUNT, op. cit., p. 36.

praças para nomes de “todas as virtudes necessárias à República”. Isso daria ao povo “um silencioso curso de ética”.²²⁹

Podemos aqui estabelecer um paralelo com o pensamento de Jonathan Israel sobre a revolução que ocorreu primeiro no campo das ideias, ou seja da maturação política no pensamento dos homens possibilitada pelo contexto da filosofia iluminista. Assim, a reflexão de Hunt sobre uma nova cultura política surgida com a experiência revolucionária é também uma tentativa de compreender os dois campos históricos da *cultura* e da *política* como complementares. Nesse sentido, “a linguagem revolucionária não simplesmente refletiu as realidades das mudanças e conflitos revolucionários; ela própria foi transformada em instrumento de mudança política e social”²³⁰, de forma que os instrumentos políticos utilizados pelos revolucionários eram dotados de uma finalidade: buscava-se modificações estruturais persuasivas e capazes de construir uma nova sociedade, ou seja, havia um caráter eminentemente retórico nessa cultura política que se inaugurava.

É possível identificar uma grande simbologia no discurso revolucionário que se fez presente, por exemplo, como aponta Lynn Hunt, no momento em que, no contexto dos Estados Gerais, “os deputados do Terceiro Estado decidiram intitular-se, e a todos que se juntassem a eles, “Assembleia Nacional”, contestaram a base tradicional da monarquia e trouxeram à baila questões sobre a localização da autoridade”²³¹. Mas essa retórica ainda precisaria ser compartilhada para, então, ser validada e isso só foi possível quando os franceses acreditaram que estavam fundando um novo país²³². É por isso que os anos seguintes a 1789 vão ser cruciais para a formação de um pensamento de unidade: as comemorações do Festival da Federação em 1790, que marca as comemorações da tomada da Bastilha em 14 de julho de 1789, por exemplo, é uma grande manifestação da retórica revolucionária.

²²⁹ HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 42-43.

²³⁰ *Ibid.*, p. 47.

²³¹ *Ibid.*, p. 48.

²³² *Ibid.*, p. 49.

Figura 1 – Preparativos da Festa da Federação em julho de 1790



Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Fonte: Gallica – Bibliothèque Nationale de France²³³

A título de exemplificação, o desenho acima é uma manifestação de como o imaginário coletivo foi tomado pela linguagem da Revolução e revela alguns elementos que não podem passar despercebidos. Em um primeiro momento podemos observar a mobilização social em torno dos preparativos da celebração da Festa da Federação, como se todos os presentes esperassem harmoniosamente pela grande festa e, mais do que isso, participassem ativamente da sua preparação. Em um segundo momento podemos destacar o uso da bandeira tricolor, um marco da história da Revolução que nasce no contexto da tomada da Bastilha no qual o general La Fayette propõe que haja uma reconciliação entre o rei e o povo e, dessa forma, o azul e o vermelho que representariam as cores de Paris “cercando” a cor branca, símbolo da realeza. Essa versão original daria vida à versão atual da bandeira republicana francesa - inclusive prevista da constituição de 1958²³⁴ como emblema nacional com as cores

²³³

Disponível

em:

<<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8411139v.r=f%C3%AAt%20de%20la%20f%C3%A9d%C3%A9ration%201790?rk=42918;4>>. Acesso em 18 set 2016.

²³⁴ “L’emblème national est le drapeau tricolore, bleu, blanc, rouge”. Ver em: FRANÇA. Constituição da República Francesa de 4 de outubro de 1958. Artigo 2. Disponível em: <<http://www.assemblee-nationale.fr/connaissance/constitution.asp>>. Acesso em: 18 set 2016.

azul, branca e vermelha - adotada em 1794 a partir de uma sugestão do pintor Jacques-Louis David de utilizar as faixas verticalmente evitando, assim, confundir com a bandeira holandesa.

A adoção desse símbolo que é a bandeira nacional e sua propagação tem um valor retórico basilar na cultura política revolucionária. Os imperativos de unidade e igualdade dos quais fala Pierre Rosanvallon se fortalecem e ganham uma outra dimensão quando analisamos elementos que funcionam como ligamentos da experiência política vivida pelos grandes nomes nos espaços de decisão política e o povo, distante desses espaços. Evidentemente, o desenho trata-se de uma representação²³⁵, ou seja, uma tentativa de retratar a realidade que pode ser, inclusive, exagerada. No entanto, esses documentos revelam as percepções do período vivido, e ainda que no momento em que a bandeira é adotada não signifique uma ruptura propriamente dita, os anos seguintes vão se encarregar de torná-la símbolo da república que acabará, por fim, rompendo com o Antigo Regime.

Em consonância com Albert Soboul, Lynn Hunt também discorre sobre a classe predominante da política revolucionária: a burguesia que, segundo ela, é assim caracterizada tanto com relação à perspectiva da posição social, quanto da consciência de classe²³⁶. Segundo ela, essa “consciência” burguesa pode ser observada por ter sido “antifeudal, antiaristocrática e antiabsolutista”²³⁷, definição que podemos atribuir aos jacobinos quando os localizamos à frente das contestações às antigas estruturas do Absolutismo que mantinham a França tão desigual, especialmente do ponto de vista dos privilégios políticos, econômicos e sociais da nobreza e do Clero.

Além disso, Jean-Pierre Gross, em uma resenha sobre a obra de Patrice Higonnet²³⁸, traz à tona os debates em torno da figura dos jacobinos, que seriam a *representação* ou a *forma de ver* a atuação dos jacobinos pela historiografia. Dessa forma, o autor destaca a concepção revisionista de François Furet que compreende “jacobinismo” e “Terror” como indissociáveis, exemplificando, assim, a “fatalidade”²³⁹ que recobre sua história. Com efeito,

²³⁵ Por *representação* entendemos, nesse contexto, a possibilidade de se “referir por meio de símbolos a algo que está fora do texto”. Ver em: SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos. *Acerca do conceito de representação*. Revista de Teoria da História. Goiânia: Universidade Federal do Goiás, v. 6, ano 3, dezembro, 2011 (p. 27-53), p. 37.

²³⁶ HUNT, Lynn. Política, cultura e classe na Revolução Francesa. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 207.

²³⁷ Ibid., p. 207.

²³⁸ HIGONNET, Patrice. *Goodness beyond Virtue: Jacobins during the french Revolution*. Cambridge: Harvard University Press, 1998, 397 p.

²³⁹ GROSS, Jean-Pierre. *Goodness beyond Virtue: Jacobins during the french Revolution*. Annales historiques de la Révolution Française, n. 321, jul-set 2000. Disponível em <<http://ahrf.revues.org/981>>. Acesso em: 01 mar 2016, (p. 151-152), p. 151.

essa concepção reforça a citação inicial do historiador Michel Vovelle sobre as diferentes “impressões” que a historiografia teve ao pensar sobre essas figuras. Conforme vimos no capítulo 1, a história da historiografia da Revolução foi marcada por embates que renderam interpretações diversas, sendo muitas delas um resultado de disputas ideológicas significativas do seu tempo, como aquela travada entre Michel Vovelle e François Furet. Nesse sentido, Gross pontua como a história do jacobinismo é notada também por “disputas” que resultam em percepções diferentes sobre quem eram os jacobinos, suas estratégias políticas e sua importância no curso revolucionário.

A obra de Higonnet em questão examina, portanto, o “dualismo” dos jacobinos e suas aspirações confusas, que segundo ele, conforme discorre Gross, pode ser percebida:

de uma parte, seu amor da liberdade e sua defesa das liberdades individuais; de outra, seu engajamento social face às urgentes solicitações comunitárias. Demonstra, a exemplo de apoio, como em 1793-1794 o liberalismo individualista foi eclipsado pelo universalismo autoritário, o internacionalismo pelo nacionalismo, o pluralismo pela intolerância. Aos seus olhos, o advento do Terror não é atribuível nem à ideologia, nem às circunstâncias, nem ao rigor lógico do discurso, mas à instabilidade que resulta do equilíbrio precário entre duas aspirações nobres mas contrárias. Contradição inconciliável que leva o jacobinismo para a catástrofe.²⁴⁰

Higonnet parece, portanto, evitar o fatalismo da concepção revisionista da história dos jacobinos que os vê como a matriz dos totalitarismos futuros do século XX, da mesma forma que parece aceitar com ponderação a visão marxista, pois “ele vê a emergência de uma consciência de classe e reconhece que lá, onde a confrontação social é mais marcada (em Paris, em Lyon), a luta até morte faz com que se pareça com a luta de classes”²⁴¹, no entanto, ele recusa qualquer relação entre jacobinismo e bolchevismo. Para o autor, o destino trágico do jacobinismo, que o levou à política autoritária do Terror, não pode ser equiparada à ideia de um totalitarismo sistêmico, de forma que “o último fracasso do jacobinismo resultou, assim, não da fatalidade do mal, mas da fragilidade de uma sensibilidade liberal associada ao

²⁴⁰ GROSS, Jean-Pierre. *Goodness beyond Virtue: Jacobins during the french Revolution*. Annales historiques de la Révolution Française, n. 321, jul-set 2000. Disponível em <<http://ahrf.revues.org/981>>. Acesso em: 01 mar 2016, (p. 151-152), p. 151. Tradução livre: “D’une part, leur amour de la liberté et leur défense des libertés individuelles; de l’autre, leur engagement social face aux pressantes sollicitations communautaires. Il démontre, exemples à l’appui, comment, en 1793-1794, le libéralisme individualiste a été éclipsé par l’universalisme autoritaire, l’internationalisme par le nationalisme, le pluralisme par l’intolérance. À ses yeux, l’avènement de la Terreur n’est attribuable ni à l’idéologie, ni aux circonstances, ni à la rigueur logique du discours, mais à l’instabilité qui résulte de l’équilibre précaire entre deux aspirations nobles mais contraires. Contradiction inconciliable qui entraîne le jacobinisme vers la catastrophe”.

²⁴¹ Ibid., p. 152. Tradução livre: “il y voit l’émergence d’une conscience de classe et reconnaît que là où la confrontation sociale est la plus marquée (à Paris, à Lyon), la lutte à mort qu’elle entraîne ressemble déjà à la lutte des classes”.

inconsciente intolerante”²⁴². Esse inconsciente intolerante do qual fala Higonnet, discorre Gross em sua resenha, é uma marca da “ascendência absolutista do Antigo Regime que legou seu autoritarismo e rejeição, quase religioso e moralizador, da menor disputa”²⁴³. A essa ideia soma-se também o passado da intolerância religiosa, noção que complementa a primeira por aproximar a política do Terror à visão absoluta da herança do passado clérigo-monarquista²⁴⁴.

Cientes de que as interpretações são múltiplas e enriquecedoras para o exercício de buscar compreender melhor as figuras dos jacobinos, devemos nos reportar às fontes e questioná-las sobre o que podem nos dizer sobre esses homens, ensejando perceber as suas motivações, os seus objetivos, quais as posturas adotadas para dar continuidade à marcha revolucionária e, como fim deste trabalho, entender as razões que levaram à ruptura interna entre os membros em julho de 1791. Assim, nosso trabalho a partir de agora será entender como se deu a organização interna do Clube de forma que, assim, conhecendo o contexto social em que estão inseridos, possamos visualizá-los em uma conjuntura mais ampla da Revolução.

1.1 O FUNCIONAMENTO DO CLUBE

A coleção de documentos que compõe nossas fontes textuais é uma tentativa de resgatar a memória interna do Clube dos Jacobinos de Paris que, ao longo do tempo, perdeu sua documentação oficial, sobretudo a parte burocrática (as atas e deliberações das reuniões) e ficou à margem da interpretação lendária que reveste sua imagem: seja na forma de uma lenda de amor, do erro ou da mentira²⁴⁵. Destarte, entre 1889 e 1897, o historiador francês François Aulard, autor da presente coleção, mobilizou esforços ao procurar em jornais da época (como o *Journal des Jacobins* e o *Annales patriotiques et littéraires de la France*) que divulgavam informações das reuniões que aconteciam no Clube, porém, ciente de que o retratado era apenas uma pequena parte da história dos jacobinos e que entre 1791 e 1793 as informações

²⁴² GROSS, Jean-Pierre. *Goodness beyond Virtue*: Jacobins during the french Revolution. *Annales historiques de la Révolution Française*, n. 321, jul-set 2000. Disponível em <<http://ahrf.revues.org/981>>. Acesso em: 01 mar 2016, (p. 151-152)p. 151. Tradução livre: “L’échec ultime du jacobinisme résulterait ainsi, non de la fatalité du mal, mais de la fragilité d’une sensibilité libérale associée à l’inconscient intolérant”.

²⁴³ Ibid., p. 151. Tradução livre: “C’est l’ascendance absolutiste de l’Ancien Régime qui lui lègue son autoritarisme et son rejet, quasi religieux et moralisateur, de la moindre contestation.”

²⁴⁴ Ibid., p. 152.

²⁴⁵ AULARD, F. -A. Introduction. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l’histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 1, p. I, 1889. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja01aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014.

ficaram ainda mais escassas nos periódicos, assim, seu desafio foi organizar cronologicamente os documentos disponíveis a fim de que as lendas em torno do jacobinos fossem, então, desmistificadas com informações mais precisas sobre essas figuras. Desse trabalho nasceram seis volumes que abordam documentos produzidos pelos membros e das sessões do Clube dos Jacobinos de Paris, além de conter comentários explicativos do autor-organizador que auxiliam na compreensão das atividades desses homens.

Invariavelmente, a história dos jacobinos e da formação do seu clube está ligada à abertura do Estados Gerais, a reunião convocada pelo rei, após mais de um século sem que fossem reunidos, que buscava discutir os problemas enfrentados pela França no fim do século XVIII e engajar as mudanças necessárias ao país. Na introdução do primeiro volume da coleção de Aulard, podemos analisar alguns relatos sobre a aparição dessa sociedade nos primeiros dias da reunião dos Estados Gerais, além disso, a figura de número 2, abaixo, mostra a grande movimentação da procissão dos deputados a caminho de Versalhes, onde aconteceu a reunião e, portanto, onde está localizada a primeira formação do Clube dos Jacobinos: o *Clube bretão*²⁴⁶.

²⁴⁶ O historiador Aulard ressalva que “parece quase certo”, em suas palavras, que a sociedade foi designada nos seus primeiros dias como *Société de la Révolution* [Sociedade da Revolução], mas esse nome durou, de fato, muito pouco, pois na sequência já seria denominada *Société des Amis de la Constitution* [Sociedade dos Amigos da Constituição]. Ver: AULARD, F. -A. Introduction. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l’histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 1, p. XXI, 1889. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja01aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014.

Figura 2 – Procissão dos Estados Gerais para Versalhes em 4 de maio de 1789



Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Fonte: Gallica – Bibliothèque Nationale de France²⁴⁷

Como mencionamos, as informações que circularam na época mostram que o novo espaço de discussão política surgiu nos primeiros dias da abertura dos Estados Gerais em maio de 1789 e, através do relato do professor Thénard, habitante de Versalhes, somado às memórias de outras figuras contemporâneas, Aulard se convence de que o local tratava-se, ainda que não possamos afirmar com precisão, da “última casa na Rue de la Pompe, nº 44, que tem uma fachada com vista para a Avenue de Saint-Cloud, [e que] foi durante muitos anos, quase um século, conhecido sob o nome de Café Amaury”²⁴⁸. Este foi possivelmente o primeiro ponto de encontro do Clube bretão formado por deputados da Bretanha²⁴⁹ (ver lista anexo A, p. 150) que se reuniam antes das sessões dos Estados Gerais.

Conforme observamos na lista (anexo A, p. 150), os deputados bretões do Terceiro Estado eram, em sua maioria, advogados, médicos, comerciantes, prefeitos, além dos

²⁴⁷

Disponível

em:

<<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8410624t.r=%C3%A9tats%20g%C3%A9n%C3%A9raux?rk=21459;2>>. Acesso em: 18 set 2016.

²⁴⁸ AULARD, F. -A. Introduction. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l’histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 1, p. I, 1889. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja01aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. III.

²⁴⁹ Ibid., p. IV.

membros do Clero que, em sua maior parte, eram reitores²⁵⁰ ou *prieurs*²⁵¹, ou seja, cidadãos das estratificações mais altas da sociedade de privilégios de Antigo Regime. Essa é a primeira característica quando falamos em sociedades de pensamento: a distinção social é um elemento constituidor desses locais voltados à discussão de cunho político, ou filosófico. Além disso, o fato de que membros da Igreja compunham com frequência esses espaços confirma como a sociedade de Antigo Regime esteve sempre sustentada pelo apoio dos religiosos.

A instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte no contexto dos Estados Gerais após o juramento do Jogo da Pela²⁵², no qual os deputados do Terceiro Estado decidem, então, por sua abertura a fim de elaborar uma constituição para a França é o primeiro grande impulso de resistência ao sistema do Antigo Regime e vai trazer consequências fundamentais para a política francesa no contexto revolucionário. Vemos, a partir de então, que o cenário político vai aos poucos delineando as “opiniões” e, consequentemente, as divergências entre os grupos políticos. Nesse momento há também a transferência do Clube bretão para Paris, onde se instala – antes de ser denominado como Clube dos Jacobinos de Paris – como *Société des Amis de la Constitution* [Sociedade dos Amigos da Constituição], cujos objetivos eram, segundo Michel Vovelle: “discutir previamente as questões que deveriam ser debatidas na Assembleia Nacional; trabalhar para o estabelecimento e a consolidação da Constituição; corresponder-se com as outras sociedades do mesmo tipo que viessem a se formar no reino”²⁵³.

Para o historiador Michel Vovelle, o termo “jacobino” expressa um “registro excepcional em que uma palavra, escapando de seu limite geográfico e do contexto histórico de seu nascimento, reveste-se de um significado mais geral, que designa, para o bem ou para o mal, uma atitude, um comportamento e até uma visão de mundo.”²⁵⁴ Não por acaso, nos primeiros anos de funcionamento do Clube, que havia se realocado para Paris, houve as primeiras delineações das opiniões que se dividiam para manter sua hegemonia e conduzir a opinião pública, o que resultou, segundo Vovelle, no nascimento de sociedades rivais:

em maio de 1790, a Sociedade de 1789 atraiu uma boa parte da clientela mais moderada dos jacobinos – Mirabeau, La Fayette e até Condorcet –, mas ela ficaria confinada nos quadros de uma reunião seleta, sem irradiação

²⁵⁰ Pároco ou eclesiástico à frente da administração de uma universidade católica.

²⁵¹ No caso francês, *prieur* é o segundo na hierarquia de uma igreja, abaixo do padre e por ele escolhido para representá-lo em caso de ausência.

²⁵² VOVELLE, Michel. *A Revolução Francesa* (1789-1799). Trad. Mariana Echalar. São Paulo: UNESP, 2012, p. 280.

²⁵³ Idem. *Jacobinos e jacobinismo*. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2000, p. 37.

²⁵⁴ VOVELLE, op. cit., p. 25.

importante. Ao contrário, também a partir da primavera de 1790, o nascimento das Sociedades fraternais dos dois sexos e, sobretudo, em junho, do Clube dos *Cordeliers*, que se abre aos cidadãos passivos, para tornar-se o lugar em que os democratas avançados se exprimiam, representava para os jacobinos, tanto uma concorrência quanto um estímulo para o seu engajamento.

A transferência da já denominada Sociedade dos Amigos da Constituição, a sociedade que ganharia o nome de Clube dos Jacobinos apenas em fevereiro de 1792, para a capital parisiense no final de 1789 foi marcada pela criação de outras sociedades espalhadas pelo reino que funcionavam como filiadas à primeira e dependiam do seu aval para serem aceitas. O ritmo de crescimento dessas sociedades pela província, destaca Vovelle, foi “de dezenas em fevereiro de 1790 a 140 em agosto do mesmo ano e a 426 em março de 1791, das quais 228 afiliados aos jacobinos parisienses”²⁵⁵. Essa informação marca também a diferença que havia entre Paris e as províncias, ou seja, Paris vai estabelecer desde o início uma postura de liderança e hierarquia em relação às demais sociedades, mesmo que em diversos momentos tenha procurado estabelecer estreitos laços de cooperação entre elas.

²⁵⁵ VOVELLE, Michel. *Jacobinos e jacobinismo*. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2000, p. 39.

Figura 3 – Sociedade dos Amigos da Constituição



Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Fonte: Gallica – Bibliothèque Nationale de France²⁵⁶

O Clube dos Jacobinos, ilustrado na imagem acima, teve um momento capital em sua formação quando seu *Règlement de la Société des amis de la Constitution*, redigido por Barnave, foi aprovado em 8 de fevereiro de 1790. No regulamento constam os princípios sob os quais o Clube se assenta e direciona seu funcionamento reunindo “aqueles que se creem animados de um zelo mais ardente pelos direitos dos homens, e formando entre eles uma Sociedade fundada sobre a estima e a confiança”²⁵⁷. Os imperativos de unidade e igualdade de

²⁵⁶ A imagem retrata os membros da Sociedade dos Amigos da Constituição em reunião no convento dos dominicanos, em Paris. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b6950707j.r=Societe%20des%20amis%20de%20la%20Constitution?rk=21459;2>>. Acesso em: 24 set 2016.

²⁵⁷ AULARD, F. -A. Introdução. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l’histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 1, 1889. 642 p. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja01aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. XXVIII. Tradução livre: “ceux qui se crurent animés d’un zèle plus ardent pour les droits des hommes, et formèrent entre eux une Société fondée sur l’estime et la confiance”.

Pierre Rosanvallon também se aplicam quando pensamos na importância de um regulamento como esse: há, portanto, a necessidade de que os membros que compõem esse espaço “professem o mesmo sentimento”²⁵⁸ e lhe sejam atribuídos os mesmos deveres para que, no momento em que se reunissem na Assembleia Nacional e a nova constituição estivesse prestes a ser executada, eles estivessem preparados e bem articulados entre si, ou seja, todos falando “a mesma linguagem”²⁵⁹.

E, se chegasse ainda um pequeno número de homens, que tiraram deles mesmos as forças necessárias para lutar com sucesso contra a massa das vontades, quisessem reestabelecer seu império dividindo a nação, suscitando as rivalidades, irritando as paixões, o amor-próprio, os preconceitos e todos os interesses privados contra o interesse geral, é necessário que os amigos do bem se oponham a seus gritos sediciosos as palavras calmas e restauradoras; e conforma informado exatamente, prevenidos eles mesmos contra a mentira, eles não parem de iluminar o povo, e o preservem dos erros que se tornam a única esperança dos seus inimigos.²⁶⁰

Com efeito, como descreve parte do regulamento acima, podemos observar como algumas representações compartilhadas pelos revolucionários vão sendo formuladas no seio do Clube. Representações como “homens bons” ao se referirem aos seus pares que “iluminam” o povo e também a distinção pungente entre os interesses privados e o “bem público”²⁶¹ pelo qual devem lutar os revolucionários são os fundamentos que orientam os membros. Além disso, a fidelidade à constituição e sua defesa, o respeito e a submissão aos poderes que ela estabelecer funcionam como critério para ser admitido à Sociedade, por isso ressaltamos a importância incontornável que o plano constitucional terá para esses homens. O papel dos membros do Clube devem estar alinhados à defesa da constituição e dos seus princípios. Segundo o regimento interno, os membros estão, portanto,

destinados à difundir a verdade, a defender a liberdade, a constituição, seus meios serão tão puros quanto o objeto que eles oferecem; a publicidade será a garantia de todas as suas marchas. Escrever e falar abertamente, professar seus princípios diretamente, confessar seus trabalhos, seus pontos de vista,

AULARD, F. -A. Introdução. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l’histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 1, 1889. 642 p. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja01aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. XXVIII.

²⁵⁹ Ibid., p. XXIX.

²⁶⁰ Ibid., p. XXIX. Tradução livre: “Et, s’il arrivait encore qu’un petit nombre d’hommes, dénués par eux-mêmes des forces nécessaires pour lutter avec succès contre la masse des volontés, voulussent rétablir leur empire en divisant la nation, en suscitant les rivalités, en irritant les passions, l’amour-propre, les préjugés et tous les intérêts privés contre l’intérêt général, il faut que les amis du bien puissent opposer à leurs cris séditieux des paroles calmes et rassurantes; et qu’informés exactement, prémunis eux-mêmes contre le mensonge, ils ne cessent d’éclairer le peuple, et le préservent des erreurs qui sont devenues le seul espoir de ses ennemis”.

²⁶¹ Ibid., p. XXIX.

suas esperanças, essa será a marcha franca pela qual eles trabalharão para obter a estima pública, que por si só pode fazer a sua força e utilidade.²⁶²

O regulamento, dividido em 15 artigos, traz uma lista de orientações aos membros e às sociedades que desejam filiar-se. No artigo primeiro está estabelecido que o objeto da Sociedade é 1º - discutir antecipadamente questões a serem decididas na Assembleia Nacional, 2º - firmar o compromisso em levar adiante o projeto da nova constituição segundo os princípios que regem o Clube e 3º - corresponder com outras sociedades do reino que vierem a se formar²⁶³. O segundo artigo prevê que novos membros não passarão por votação, eles só serão aceitos se indicados por alguém que já seja membro e apoiados por outros: um deputado ou suplente da Assembleia Nacional, deverá ser apoiado por dois membros e os demais, por cinco membros. O nome do novo indicado ficará sobre uma mesa durante duas sessões juntamente com os nomes dos que o indicaram e dos que o apoiam, de forma que cada um poderá fazer objeções a eles e, assim, sua admissão será julgada por maioria de votos. Ademais, a admissão de membros estrangeiros que vivem fora de Paris também é possível desde que sigam a formalidade e as condições que se aplicam aos membros residentes.

Com a intenção de manter vigorosos seus princípios, o regimento disserta sobre algumas ações que levam ao desligamento dos membros em alguns casos. O artigo IV discorre sobre o membro que estiver convencido de ter manifestado verbalmente, ou por escrito, os princípios contrários à constituição e aos direitos do homem, em uma palavra, o espírito da Sociedade, ele será, segundo a gravidade das circunstâncias, reprimido pelo presidente, ou excluído do Clube, após uma decisão por maioria de votos²⁶⁴. E, ainda, prevê o artigo V que a mesma exclusão se aplica àquele que se ausentar por um mês do Clube sem uma justificativa legítima.

No artigo VIII encontramos a composição dos membros do Clube: um presidente, quatro secretários e um tesoureiro²⁶⁵. Além disso, serão nomeados, caso haja a necessidade,

²⁶² AULARD, F. -A. Introdução. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l'histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 1, 1889. 642 p. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja01aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. XXIX. Tradução livre: “Destinées à répandre la vérité, à défendre la liberté, la constitution, leurs moyens seront aussi purs que l'objet qu'elles se proposent; la publicité sera le garant de toutes leurs démarches. Écrire et parler ouvertement, professer leurs principes sans détour, avouer leurs travaux, leurs vues, leurs espérances, ce sera la marche franche par laquelle elles travailleront à obtenir l'estime publique, qui seule peut faire leur force et leur utilité”.

²⁶³ Ibid., p. XXX.

²⁶⁴ Ibid., p. XXX.

²⁶⁵ O autor da coleção, François Aulard, faz uma ressalva em nota dizendo que posteriormente tornou-se comum a presença de um presidente, um vice-presidente, quatro secretários, doze inspetores, quatro censores, oito comissários-introductores, um tesoureiro e um arquivista. Ver: AULARD, F. -A. Introdução. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l'histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 1, 1889. 642 p. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja01aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. XXXII.

comissários encarregados seja da preparação de diversos trabalhos na Sociedade, seja para a correspondência²⁶⁶. No caso do presidente e dos secretários são cargos que mudam todo mês e são nomeados por votação de maioria simples; já o tesoureiro deverá ser revogável à vontade. Caso o presidente esteja ausente na sessão, ocupará o seu lugar o último dos seus predecessores que estiver presente na reunião.

Os secretários são encarregados, por assim dizer, da “papelada” do Clube. O artigo XI estabelece que eles tenham em mãos uma lista dos membros da Sociedade, dos associados estrangeiros e das sociedades afiliadas e que cópias sejam fixadas nas salas onde ocorrerem as reuniões. O tesoureiro é responsável por todas as questões econômicas, tais quais o pagamento de alojamento, luz e incêndio, além de estar incumbido de receber a contribuição de cada membro para as despesas da Sociedade contando, assim, com a ajuda de um membro adjunto, ele pagará essas despesas com os fundos coletados, sem ter que fazer adiantamentos, e prestará conta dessa movimentação²⁶⁷.

Conforme o regimento, as reuniões do Clube acontecerão às seis horas da tarde todos os dias que não houver sessão da Assembleia Nacional, exceto aos domingos e dias de festa, além de prever reuniões extraordinárias dependendo da necessidade. Os assuntos a serem discutidos nas reuniões devem estar relacionados aos interesses da liberdade, da ordem pública e da constituição, segundo o espírito e os princípios previstos no início do regimento. Além disso, o último artigo ressalta que, quanto à ordem da palavra e ao modo de discussão o Clube seguirá o regulamento da Assembleia Nacional.

Apesar do estatuto prever o recolhimento de fundos entre os membros para o pagamento de despesas não fica claro qual o valor a ser pago. O historiador Aulard ressalta que ao longo do trabalho de levantar e organizar as fontes não encontrou informações precisas além do relato de Louis Blanc que pode ter sido “emprestado” pela tradição oral sobre a cota exigida dos integrantes do Clube. Dessa forma,

independentemente dos honorários de recepção fixados em 12 libras, cada membro deveria pagar anualmente 24 libras, nos tempos de 1º de janeiro, 1º de abril, 1º de julho e 1º de outubro, para lidar não somente com as despesas interiores, mas ainda com a impressão dos circulares ou com a publicação de panfletos que as circunstâncias pudessem necessitar. Quem não pagasse, seria excluído.²⁶⁸

²⁶⁶ AULARD, F. -A. Introdução. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l’histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 1, 1889. 642 p. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja01aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. XXXI-XXXII.

²⁶⁷ Ibid., p. XXXII.

²⁶⁸ BLANC apud AULARD, F. -A. Introdução. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l’histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 1, 1889. 642 p. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja01aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. XXXIII. Tradução livre:

Sobre a publicidade das reuniões, inicialmente a Sociedade era fechada aos membros componentes que eram deputados da Assembleia Nacional, mas a partir de outubro de 1791, destaca Aulard, a tribuna do coro do convento foi provisoriamente reservado às senhoras²⁶⁹ e a dos órgãos foi aumentada em alguns bancos para, finalmente, as sessões serem abertas ao público. Nesse ponto estamos tratando de um espaço de sociabilidade mais complexo, que conta com um regimento e uma burocracia funcional, assim, do ponto de vista de sua estrutura humana, ou seja, os membros, é evidente que a primeira lista (anexo A, p. 150) composta por deputados bretões tenha se ampliado pela transformação do clube bretão em Sociedade dos Amigos da Constituição em Paris que evidentemente estava aberto a deputados de outras regiões, o que podemos observar na segunda lista publicada em 21 de dezembro de 1790 conforme a lista²⁷⁰ contida na introdução da coleção que reúne nossas fontes e traz 1102 nomes organizados por sobrenome e informações adicionais como endereço e profissão. A ampliação da lista revela, por exemplo, que os jacobinos viram a necessidade de organizar a sociedade em comitês, tais quais o de *correspondência*, o de *apresentação e verificação* e o de *administração*²⁷¹, compostos por presidente, vice-presidente e secretários que se reuniam em dia e horário determinados para discutir assuntos pertinentes a cada comitê.

O Clube dos Jacobinos de Paris, logo após a sua fundação, assistiu à criação de outras sociedades afiliadas ao redor do reino que rapidamente chegaram ao número de 152 em 16 de agosto de 1790²⁷². Ou seja, em um curto espaço de tempo desde o surgimento da primeira sociedade observamos a formação de uma intensa rede de sociabilidade política compartilhada pela sede em Paris e os demais clubes políticos e, nesse sentido, o comitê de correspondência ficaria responsável, como o próprio nome sugere, pela comunicação com as sociedades análogas. Essa organização dos membros do Clube dos Jacobinos como uma sociedade política que funcionava paralelamente à Constituinte passaria, então, a despertar a atenção de outros deputados da Assembleia Nacional, que passariam, com frequência, a reagir com uma certa hostilidade ao tipo de organização que se formava e se espalhava pelo reino, denotando, portanto, uma eminente ameaça.

“Indépendamment des frais de réception fixés à -12 livres, chaque membre avait à payer annuellement 24 livres, aux époques des 1^o janvier, 1^o avril, 1^o juillet et 1^o octobre, le tout pour faire face non seulement aux dépenses intérieures, mais encore à l'impression des circulaires ou à la publication des pamphlets que les circonstances pouvaient rendre nécessaires. Qui ne payait pas se voyait exclus”.

²⁶⁹ Ibid., p. XXXIII.

²⁷⁰ AULARD, F. -A. Introdução. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l'histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 1, 1889. 642 p. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja01aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. XXXIV-LXXVI.

²⁷¹ Ibid., p. LXXVII-LXXVIII.

²⁷² Ibid., p. LXXXI.

1.2 O CLUBE DOS JACOBINOS E A ASSEMBLEIA NACIONAL: UMA REPRESENTAÇÃO

A *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*²⁷³ aprovada pela Assembleia Nacional em 20 de agosto de 1789 manifesta em seu segundo artigo que: “o objetivo de toda associação é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do Homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança, e a resistência à opressão”²⁷⁴. Dessa forma, percebemos que os objetivos do Clube dos Jacobinos encontram-se alinhados àqueles da Declaração que passa a reger a França, mas é importante mencionarmos que a sociedade sofreu tentativas de limitar sua organização, tal qual o fez o *comitê de constituição* – criado pela Assembleia Nacional – com um artigo que propunha que os cidadãos politicamente ativos, após eleições realizadas, não poderiam se reunir sem autorização da administração do departamento, exceto se reunissem-se pacificamente até 30 pessoas em assembleias particulares “para escrever e enviar endereços e petições, seja ao órgão municipal, seja às administrações de departamento ou de distrito, seja ao corpo legislativo, ou ao rei”²⁷⁵. Em outras palavras, essa é uma providência que impõe algumas travas ao funcionamento das sociedades políticas que certamente contavam com um número maior de 30 membros em atividade e ganhavam expressividade no território nacional francês.

Dessa forma, percebemos que a postura da Assembleia muda ao propor determinadas medidas restritivas às organizações conhecidas como sociedades populares ou clubes, como, por exemplo, evitar a formação de tais organizações entre a Marinha e o Exército²⁷⁶ e, conseqüentemente, o envolvimento dessas instituições em organizações paralelas que debatiam assuntos da política nacional. Aulard escreve:

desde o fim do ano de 1790, manifesta-se na Assembleia constituinte uma espécie de reação contra os Clubes.
Os jacobinos da província se preocuparam, e, no dia 9 de novembro de 1790, leu-se na Assembleia nacional uma carta da Sociedade dos amigos da constituição estabelecida em Dunkerque, que solicitava um decreto que

²⁷³ Ver Anexo B, p. 158.

²⁷⁴ Tradução livre: “Le but de toute association politique est la conservation des droits naturels et imprescriptibles de l'Homme. Ces droits sont la liberté, la propriété, la sûreté, et la résistance à l'oppression”.

²⁷⁵ AULARD, F. -A. Introdução. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l'histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 1, 1889. 642 p. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja01aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. XC.

²⁷⁶ Ibid., p. XCII.

colocasse sobre a proteção e salvaguarda da lei os cidadãos reunidos em sociedade.²⁷⁷

A reação por parte dos membros da Assembleia Nacional demonstra que os jacobinos aos poucos aumentavam sua influência política, sobretudo pela capacidade de organização e articulação, o que passou a ser visto como uma ameaça. Le Chapelier, deputado nos Estados Gerais e posteriormente presidente da Assembleia Nacional é um dos claros exemplos que tentaram barrar as atividades das sociedades políticas posicionando-se contra a tolerância da Assembleia em relação ao decreto de 10 de maio de 1790 que proibia as sociedades populares e patrióticas (como o Clube dos Jacobinos) de fazerem petições em seu nome coletivo. Em um segundo momento, a criação da lei que leva o seu nome, a Lei Le Chapelier de 14 de junho de 1791, intentava pôr fim a todas as corporações de cidadãos do mesmo estado ou profissão²⁷⁸ e, somada ao grande número de acusações contra sociedades ao redor do reino, bem como contra determinadas figuradas não raro acusadas de “pregar a república nos Clubes”²⁷⁹, como o caso do deputado Fauchet da região de Calvados, nos mostram que as medidas restritivas se fortaleciam.

Aulard destaca que próximo à separação da Assembleia Constituinte em 29 de setembro de 1791, Le Chapelier faz um relatório em nome do comitê de constituição sobre as sociedades populares e propõe um “projeto de instrução em forma de decreto”²⁸⁰ aprovado em 9 de outubro de 1791:

a Assembleia nacional, considerando que nenhuma Sociedade, Clube, Associação de cidadãos podem ter, sob nenhuma forma, uma existência política, nem exercer nenhuma ação sobre os atos de poderes constituídos e das autoridades legais; que, sob nenhum pretexto, não podem aparecer sob um nome coletivo, seja para formar petições ou deputações para assistir às cerimônias públicas, seja para outro objeto, decreta que segue:

Art. 1º - Caso alguma Sociedade, Clube ou Associação se permita convocar alguns funcionários públicos ou simples cidadãos, ou de pôr obstáculo à execução de um ato de qualquer autoridade legal, aqueles que terão presidido as deliberações, ou fez algum outro ato para a sua execução, serão, sob a denúncia do procurador geral administrador do departamento, e sob a

²⁷⁷ AULARD, F. -A. Introdução. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l’histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 1, 1889. 642 p. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja01aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. XCIII. Tradução livre: “Dès la fin de l’année 1790, il se manifesta dans l’Assemblée constituante une sorte de réaction contre les Clubs.

Les Jacobins de province s’inquiétèrent, et, le 9 novembre 1790, on lut à l’Assemblée nationale une adresse de la Société des amis de la constitution établie à Dunkerque, qui sollicitait un décret qui mît sous la protection et sauvegarde de la loi des citoyens réunis en société”.

²⁷⁸ Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/hist_discip_grad/LeiChapelier.pdf>. Acesso em: 18 mai 2015. Tradução: Luiz Arnault.

²⁷⁹ Ibid., p. XCIV.

²⁸⁰ Ibid., p. XCIV.

acusação do comissário do rei, condenados pelos tribunais a serem riscados por dois anos do quadro cívico, e declarados inábeis à exercer durante esse tempo qualquer função pública.

2º - Caso as ditas Sociedades, Clubes ou Associações façam algumas petições em nome coletivo, algumas deputações em nome da Sociedade, e em geral todos os atos onde elas aparecem sob as formas de existência política, aqueles que presidiram as deliberações, portaram as petições, compuseram as deputações, ou foram parcialmente ativos na execução desses atos, serão condenados pela mesma via a serem riscados por seis meses do quadro cívico, suspensos de todas as funções políticas, e declarados inábeis a serem eleitos a qualquer cargo durante o mesmo tempo.

3º - No caso dos membros que, não estando inscritos no quadro de cidadãos ativos, cometerem os delitos mencionados nos artigos precedentes, serão condenados pelo corpo a uma multa de 12 libras se eles forem franceses, e 3000 libras se forem estrangeiros.

4º - A Assembleia nacional decreta que o relatório de seu antigo Comitê de constituição será impresso com a presente lei.²⁸¹

Com efeito, o peso de um decreto contra as organizações de caráter político colocaria à prova a continuidade das mesmas, ou seja, o órgão máximo deliberativo desse momento na França tenta barrar atividades básicas previstas pela Declaração de Direitos de 1789, considerada um marco no avanço e garantia das liberdades individuais e, consequentemente, coletivas e, ainda, propõe penalidades às atividades cívicas substanciais aos homens ligados à política, ou dos cidadãos ativos, como, por exemplo, a incapacidade de ser eleito a qualquer cargo público. Essa conjuntura nos faz refletir sobre uma representação possível: a forma como a Assembleia Nacional interpretava a atividade das sociedades políticas e a reação de parte do corpo de deputados constituintes frente aos jacobinos, também deputados. Em outras palavras, nesse ponto entendemos que havia, portanto, um jogo de forças composto, de um

²⁸¹ AULARD, F. -A. Introdução. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l'histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 1, 1889. 642 p. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja01aulauof>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. XCIV-XCV. Tradução livre: “L'Assemblée nationale, considérant que nulle Société, Club, Association de citoyens ne peuvent avoir, sous aucune forme, une existence politique, ni exercer aucune action sur les actes des pouvoirs constitués et des autorités légales; que, sous aucun prétexte, ils ne peuvent paraître sous un nom collectif, soit pour former des pétitions ou des députations pour assister à des cérémonies publiques, soit pour tout autre objet, décrète ce qui suit: Art. 1^{er} - S'il arrivait qu'une Société, Club ou Association se permît de mander quelques fonctionnaires publics ou de simples citoyens, ou d'apporter obstacle à l'exécution d'un acte de quelque autorité légale, ceux qui auront présidé aux délibérations, ou fait quelque acte tendant à leur exécution, seront, sur la dénonciation du procureur général syndic du département, et sur la poursuite du commissaire du roi, condamnés par les tribunaux à être rayés pendant deux ans du tableau civique, et déclarés inhabiles à exercer pendant ce temps aucune fonction publique. 2. - En cas que lesdites Sociétés, Clubs ou Associations fissent quelques pétitions en nom collectif, quelques deputations au nom de la Société, et généralement tous actes où elles paraîtraient sous les formes de l'existence politique, ceux qui auront présidé aux délibérations, porté les pétitions, composé ces députations, ou pris une part active à l'exécution de ces actes, seront condamnés par la même voie à être rayés pendant six mois du tableau civique, suspendus de toutes fonctions publiques, et déclarés inhabiles à être élus à aucune place pendant le même temps. 3. - A l'égard des membres qui, n'étant point inscrits sur le tableau des citoyens actifs, commettraient les délits mentionnés aux articles précédents, ils seront condamnés par corps à une amende de 12 livres s'ils sont Français, et 3,000 livres s'ils sont étrangers. 4. - L'Assemblée nationale décrète que le rapport de son ancien Comité de constitution sera imprimé avec la présente loi”.

lado, pelos apoiadores de decretos como o de 9 de outubro de 1791 que buscavam interromper a reunião de homens que pudessem se autodenominar um corpo deliberativo – como o fez a Assembleia Nacional na reunião dos Estados Gerais – e, de outro, a continuidade e expansão dos Clubes.

O relatório elaborado por Le Chapelier fala que o entusiasmo pela liberdade formou instituições espontâneas que, “por uma grande mudança nas circunstâncias, e por diversas outras causas, essas sociedades populares tomaram um espaço de existência política que elas não deviam ter”²⁸². É interessante notar que a palavra “revolução” aparece no texto do deputado para designar esse processo de elaboração da constituição do Império e que tem um prazo para terminar assim que a constituição for fixada e ela delegar todos os poderes públicos, de forma que torna-se “necessário, para a salvação da presente constituição, que tudo volte à mais perfeita ordem”²⁸³. Assim, o aparecimento e fortalecimento das sociedades políticas, ao decorrer dos dois anos de Revolução, tornaram-se nocivas aos olhos de Le Chapelier, que escreve:

muitos serviços foram prestados ao bem-estar público pelas Sociedades dos amigos da constituição, muito patriotismo as anima, por isso, é necessário fazer outra coisa a elas que advertir os cidadãos que as compõem dos perigos que elas podem fazer à coisa pública e as contravenções às quais elas são forçadas pelos homens que as cultivam apenas por agitação, que só recebem para adquirir uma espécie de existência, que só falam para preparar suas intrigas e para usurpar uma celebridade escandalosa que promova seus projetos.²⁸⁴

Le Chapelier estrutura seus argumentos dizendo que “é permitido a todos os cidadãos de se reunirem pacificamente”²⁸⁵ em um país livre fundado sob os direitos do homem, mas que “ao lado deste interesse geral [...] se colocam as máximas da ordem pública e os princípios do governo representativo”²⁸⁶ e, por isso, “para conservar esse princípio em toda

²⁸² RAPPORT SUR LES SOCIÉTÉS POPULAIRES: fait au nom du comité de constitution. In: AULARD, F. - A. Introdução. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l’histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 1, 1889. 642 p. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja01aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. XCV.

²⁸³ Ibid., p. XCVI.

²⁸⁴ Ibid., p. XCVI. Tradução livre: “Trop de services ont été rendus à la chose publique par les Sociétés des amis de la constitution, trop de patriotisme les anime, pour qu’il soit, en général, nécessaire de faire autre chose envers elles que d’avertir les citoyens qui les composent des dangers qu’elles peuvent faire courir à la chose publique et des contraventions auxquelles elles sont entraînées par des hommes qui ne les cultivent que pour les agiter, qui ne s’y font recevoir que pour acquérir une sorte d’existence, qui n’y parlent que pour préparer leurs intrigues et pour usurper une célébrité scandaleuse qui favorise leurs projets”.

²⁸⁵ Ibid., p. XCVI.

²⁸⁶ RAPPORT SUR LES SOCIÉTÉS POPULAIRES: fait au nom du comité de constitution. In: AULARD, F. - A. Introdução. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l’histoire du Club des Jacobins de Paris.

sua pureza, [...] a constituição fez desaparecer todas as corporações que não ela reconheceu além do corpo social e dos indivíduos”²⁸⁷ e, ainda, que

é como consequência necessária desse princípio que ela interditou toda petição, todo cartaz em um nome coletivo: decreto assim caluniado por aqueles que queriam reforçar sua voz facciosa da autoridade de uma Sociedade; mas decreto cuja sabedoria foi reconhecida por todos os homens que quiseram meditar um pouco sobre a natureza do governo que nós adotamos.

As Sociedades, as reuniões pacíficas de cidadãos, os clubes, são despercebidas no Estado. Eles saem da situação privada ou tomam o lugar da constituição? Eles se elevam contra ela, eles a destroem ao invés de defenderem-na, e essa palavra preciosa de reunião: *Amigos da constituição* parece mais um grito de agitação destinada a atrapalhar o exercício das autoridades legítimas.²⁸⁸

Como podemos observar, as sociedades políticas estão, nesse momento, sob um alvo que tenta deslegitimar o seu funcionamento e que acusa-as de inimigas do plano constitucional. Le Chapelier parece dividir em duas categorias os homens da política ao evocar entre os membros dos clubes os “estimados cidadãos, [...] verdadeiros amigos da pátria”²⁸⁹, de forma a chamá-los a atenção para o que a constituição não reconhece e se posicionarem contra isso. Uma dessas proibições seria contra a existência de uma rede de sociabilidade que liga as diversas sociedades análogas ao Clube dos Jacobinos de Paris espalhadas pelo reino, que no texto é destacado por sua proeminência e citado como uma espécie de “metrópole”²⁹⁰ que conta com a “ajuda de afiliações bizarras e corporativas”²⁹¹ e, ainda, que “estabelece uma espécie de privilégio exclusivo de patriotismo, que produz acusações contra os indivíduos não sectários e os ódios contra as Sociedades não afiliadas”²⁹²

Paris: Maison Quantin, v. 1, 1889. 642 p. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja01aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. XCVI.

²⁸⁷ AULARD, F. -A. Introdução. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l’histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 1, 1889. 642 p. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja01aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. XCVI.

²⁸⁸ Ibid., p. XCVI-XCVII. Tradução livre: “C’est comme conséquence nécessaire de ce principe qu’elle a interdit toute pétition, toute affiche sous un nom collectif: décret bien calomnié par ceux qui voulaient renforcer leur factieuse voix de l’aulorité d’une Société; mais décret dont la sagesse a été reconnue par tous les hommes qui ont voulu méditer un peu sur la nature du gouvernement que nous avons adopté. Les Sociétés, les réunions paisibles de citoyens, les clubs, sont inaperçus dans l’État. Sortent-ils de la situation privée où les place la constitution? Ils s’élèvent contre elle, ils la détruisent au lieu de la défendre, et ce mot précieux de ralliement: *Amis de la constitution* ne paraît plus qu’un cri d’agitation destiné à troubler l’exercice des autorités légitimes”.

²⁸⁹ Ibid., p. XCVII.

²⁹⁰ Ibid., p. XCVII.

²⁹¹ Ibid., p. XCVII.

²⁹² Ibid., p. XCVII.

O deputado alerta, ainda, que existe o risco “funesto”²⁹³ dessas sociedades tomarem uma existência pública. Assim, as ações coletivas em nome de uma instituição como os clubes, seja através da publicação de cartas, jornais com seus debates, ou cerimônias públicas são consideradas contrárias à constituição e elas cometem um “delito muito grave quando procuram ter qualquer influência sobre os atos administrativos e judiciários”²⁹⁴. Novamente percebemos a representação “negativa” com o receio de parte do corpo da Assembleia quanto à expansão dos clubes que, poderiam, além disso, formar um aparelho autônomo suficientemente forte de oposição ao órgão supremo, por isso o apelo para a força da lei que traria à tona a ilegalidade de tais sociedades.

Vemos que a preocupação vigente é em torno dos atos que tenham visibilidade pública e não necessariamente contra a reunião desses homens que, aliás, “podem se instruir, dissertar, comunicar suas luzes”²⁹⁵, como consta no decreto. Assim, com frequência, o discurso contra as atividades com esse caráter “público” trazem referências pejorativas que tratam os seus membros como “inimigos” da nova ordem:

todos juraram a constituição, todos chamam a ordem pública e a paz, todos querem que a Revolução esteja completa: aqui estão os sinais inequívocos do patriotismo. O tempo das destruições passou; só resta anular o abuso, combater os preconceitos; é necessário embelezar esse edifício cuja liberdade e igualdade são as pedras angulares; é necessário valorizar a nova ordem mesmo para aqueles que são mostrados os inimigos, e ver como os homens adversários mais temíveis que procuram caluniar ou degradar as autoridades estabelecidas, se assumem como determinadas Sociedades para tomar um papel ativo na administração pública, para fazer censuras arbitrárias e turbulentos detratores, e talvez os déspotas subjugadores dos agentes públicos.²⁹⁶

Contudo, ao propor leis contendo um natureza repressiva, Le Chapelier reconhece que existe o risco delas mancharem a liberdade, tão sagrada para a legislatura da Assembleia que, aliás, deve assegurar e não dificultar seu exercício. Mas, para o deputado, o próprio contexto

²⁹³ AULARD, F. -A. Introdução. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l’histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 1, 1889. 642 p. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja01aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. XCVII.

²⁹⁴ Ibid., p. XCVII.

²⁹⁵ Ibid., p. XCVIII.

²⁹⁶ Ibid., p. XCVIII. Tradução livre: “Tout le monde a juré la constitution, tout le monde appelle l’ordre et la paix publique, tout le monde veut que la Révolution soit terminée: voilà désormais les signes non équivoques du patriotisme. Le temps des destructions est passé; il ne reste plus d’abus à renverser, de préjugés à combattre; il faut désormais embellir cet édifice dont la liberté et l’égalité sont les pierres angulaires; il faut faire chérir l’ordre nouveau à ceux mêmes qui s’en sont montrés les ennemis, et regarder comme les plus redoutables adversaires les hommes qui chercheraient à calomnier ou à dégrader les autorités établies, à s’emparer de quelques Sociétés pour leur faire prendre un rôle actif dans l’administration publique, pour les rendre censeurs arbitraires et turbulents détracteurs, et peut-être les subjugants despotes des fonctionnaires publics”.

de abertura da assembleia pelos deputados, ou seja, pelos representantes do povo deu força e consistência²⁹⁷ para as sociedades políticas, tendo em vista que o Clube dos Jacobinos inicialmente foi fundado pelos deputados bretões. Existe, portanto, uma representação muito peculiar traduzida no discurso de Le Chapelier como uma nova “missão” a ser realizada contra esses homens que agiram em causa própria aproveitando-se da confiança pública quando a Assembleia “teve a necessidade de *se reunir*, de preparar *suas* armas, de *se cercar* de todos os cidadãos que prezavam pelos direitos do povo dos quais *foi encarregada* de tirar das mãos do usurpador”²⁹⁸ e, assim, “*combateu* uma minoria ardente, *atacou* os preconceitos mais antigos, os hábitos mais poderosos, os abusos mais lucrativos, e por consequência os mais protegidos”²⁹⁹.

Com efeito, o jogo de forças que se configura nesse momento coloca, de um lado, o corpo da Assembleia, detentor do poder legítimo de fazer avançar a constituição da França, cuja nação “espera *dela* [nesse caso, da Assembleia] a paz e o fortalecimento da ordem pública *e* sua honrável tarefa é de fazer desfrutar a França da constituição que ela recebeu e jurou”³⁰⁰ e, do outro lado, os membros das sociedades políticas vistos por parte Assembleia como “perversos ou ambiciosos” que intentam atingir a publicidade nas suas ações coletivas trazendo ameaças à ordem instituída, publicidade essa prevista no próprio regulamento do Clube dos Jacobinos como “garantia de todas as suas marchas”³⁰¹. Assim:

é na natureza das coisas que as Sociedades deliberantes procuram adquirir alguma influência exterior, que os homens perversos ou ambiciosos tentam se aproveitar ou se fazer de instrumentos úteis à sua ambição ou à sua vingança. Se os atos dessas Sociedades se tornam públicos, se as afiliações os transmitem, se os jornais os tornam conhecidos, pode-se rapidamente aviltar e depreciar uma autoridade constituída, difamar um cidadão, e não há um homem que possa resistir a essa calúnia. Ele foi acusado, isto é por seu inimigo; deu-se, coisa muito fácil, deu-se à acusação um ar de civismo; ela foi aplaudida na Sociedade, por vezes recebida. Todas as Sociedades afiliadas são instruídas, e o homem o mais honesto, o agente público mais íntegro pode ser vítima da mão de obra hábil de um mau, sob o aspecto da moral e dos costumes, como sob o da constituição. Não é necessário nem afiliações de Sociedades, nem jornais de suas discussões.

²⁹⁷ AULARD, F. -A. Introdução. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l’histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 1, 1889. 642 p. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja01aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. XCVIII.

²⁹⁸ Ibid., p. XCVIII. Tradução livre: “nous avons besoin de nous réunir, de préparer nos armes, de nous environner de tous les citoyens qui chérissaient les droits du peuple que nous étions chargés d’arracher des mains de l’usurpateur”.

²⁹⁹ Ibid., p. XCVIII. Tradução livre: “nous combattons une minorité ardente, nous attaquons des préjugés bien vieux, des habitudes bien puissantes, des abus bien lucratifs, et par conséquent bien protégés”.

³⁰⁰ Ibid., p. XCIX. Tradução livre: “La nation attend d’eux la paix et raffermissement de l’ordre public; leur honorable tâche est de faire jouir la France de la constitution qu’elle a reçue et jurée”.

³⁰¹ Ibid., p. XXIX.

Acredite que é muito manter a ordem pública, a confiança e a segurança de uma multidão de cidadãos. Ninguém quer dominar a lei; se as Sociedades puderem ter qualquer império, se elas puderem ter a reputação de um homem, se, corporativamente formadas, elas tiverem de uma ponta à outra da França as ramificações e os agentes de seu poder, as Sociedades serão os únicos homens livres, ou melhor, a licença de algumas filiais destruiria a liberdade pública. Não é necessário nem afiliações de Sociedades, nem jornais de suas discussões.

Nós vos propomos apenas três artigos de lei; eles incluem apenas os atos que usurpam uma parte do poder público ou que fariam parar sua ação; todo o resto é deixado à influência da razão e à solicitude do patriotismo.³⁰²

Os trechos finais do relatório de 1791 endereçado à Assembleia Nacional deixam claras as impressões sobre os caminhos tomados pela rede de sociabilidade estabelecida entre os clubes do reino francês e o receio de que essas sociedades políticas se aproveitassem de um discurso patriótico para, então, ganhar espaço no cenário público. É uma espécie de luta simbólica que se trava entre o poder instituído e a possibilidade dos clubes – fortificados na figura do Clube dos Jacobinos com sede em Paris – se tornarem uma força de oposição. O ano de 1791 é, portanto, crucial para entendermos as transformações na representação em torno dos jacobinos, ou seja, na forma como outros agentes viam essas figuras. Nesse caso, observando a relação do Clube com a Assembleia Nacional, podemos inferir que o relatório é um reflexo da preocupação sobre a expansão das sociedades políticas que têm um caráter deliberativo no seu interior e, como consequência, torna-se evidente a constante depreciação desses homens acusados de quererem promover uma vingança ou usurpar o poder público, ações que só poderiam ser barradas por uma lei.

³⁰² AULARD, F. -A. Introdução. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l'histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 1, 1889. 642 p. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja01aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. XCIX. Tradução livre: “Il est dans la nature des choses que les Sociétés délibérantes cherchent à acquérir quelque influence extérieure, que des hommes pervers ou ambitieux tentent de s'en emparer et d'en faire des instruments utiles à leur ambition ou à leur vengeance. Si les actes de ces Sociétés deviennent publics, si des affiliations les transmettent, si des journaux les font connaître, on peut rapidement avilir et discréditer une autorité constituée, diffamer un citoyen, et il n'y a pas d'homme qui puisse résister à cette calomnie. Il a été accusé, c'est par son ennemi; on a donné, chose trop facile, on a donné à l'accusation un air de civisme; elle a été applaudie dans la Société, quelquefois accueillie. Toutes les Sociétés affiliées en sont instruites, et l'homme le plus honnête, le fonctionnaire public le plus intègre peut être la victime de la manoeuvre habile d'un méchant, sous l'aspect de la morale et des mœurs, comme sous celui de la constitution. Il ne faut donc ni affiliations de Sociétés, ni journaux de leurs débats. / Croyez que c'est beaucoup à cela que tiennent l'ordre public, la confiance et la sécurité d'une foule de citoyens. Nul ne veut avoir d'autre maître que la loi: si les Sociétés pouvaient avoir quelque empire, si elles pouvaient disposer de la réputation d'un homme, si, corporativement formées, elles avaient d'un bout à l'autre de la France des ramifications et des agents de leur puissance, les Sociétés seraient les seuls hommes libres, ou plutôt la licence de quelques affiliés détruirait la liberté publique. Il ne faut donc ni affiliations de Sociétés, ni journaux de leurs débats. / Nous ne vous proposons que trois articles de loi; ils ne portent que sur ces actes qui usurperaient une partie de la puissance publique ou qui arrêteraient son action; tout le reste est abandonné à l'influence de la raison et à la sollicitude du patriotisme”.

O termo usado pela historiadora Lynn Hunt³⁰³ sobre uma *cultura política* – do qual falamos no início do capítulo – que surge com o contexto da Revolução nos leva a pensar também na forma como os jacobinos se inseriram no cenário político. Não cabe especularmos as razões da expansão em número dos clubes, mas o fato é que, com a fundação da primeira sociedade houve o desenvolvimento de um modelo a ser seguido com regras internas, objetivos, um regulamento propriamente dito que serviu de base para que outras sociedades afiliadas fossem criadas e, portanto, a preocupação por parte do corpo da Assembleia concentrou-se justamente nesse modelo vitorioso de sociedade política.

Por outro lado, Aulard, historiador que organizou a presente coleção de documentos, aponta que durante a Convenção que inicia-se em 1792, momento em que os jacobinos estão à frente do poder revolucionário, os clubes funcionavam como parte direta do Estado e tinham um papel, de fato, oficial: “em algumas circunstâncias críticas, eles reuniam provisoriamente, em vista de uma ação combinada, o departamento, o distrito, a cidade e a sociedade popular”³⁰⁴. Além disso, passaram a ter a seu favor a legitimidade sustentada pelo poder instituído de forma que seu funcionamento também passou a ser garantido por lei, como descreve o decreto de 25 de julho de 1793:

qualquer autoridade, qualquer indivíduo que se permita, sob qualquer pretexto que seja, de pôr obstáculo à reunião ou de usar quaisquer meios para dissolver as sociedades populares, serão processados como culpados de atentado contra a liberdade e punidos como tais³⁰⁵.

Com efeito, a representação sobre os jacobinos, ou como eram vistos por outros grupos, variou muito ao longo de sua existência. Apesar das constantes ameaças que tentaram barrar suas atividades, é importante notar que os clubes exerceram grande influência política durante toda a revolução, sobretudo por contarem com uma estrutura devidamente organizada e por terem se constituído como um grupo político de expressividade no cenário nacional ao longo do processo revolucionário francês.

³⁰³ HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 22.

³⁰⁴ AULARD, F. -A. Introdução. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l’histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 1, 1889. 642 p. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja01aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. C. Tradução livre: “Dans certaines circonstances critiques, ils réunirent provisoirement, en vue d’une action combinée, le département, le district, la commune et la Société populaire”.

³⁰⁵ Ibid., p. C. Tradução livre: “Toute autorité, tout individu qui se permettrait, sous quelque prétexte que ce soit, de porter obstacle à la réunion ou d’employer quelques moyens pour dissoudre les Sociétés populaires, seront poursuivis comme coupables d’attentat contre la liberté et punis comme tels”.

1.3 L'ORDRE DU JOUR – OS ASSUNTOS DEBATIDOS NAS REUNIÕES DO CLUBE

Considerando algumas características internas do seu funcionamento e seus princípios nos tópicos anteriores, é importante nos voltarmos para os assuntos que ocuparam a tribuna do Clube dos Jacobinos de Paris. Para esse exercício, estabelecemos um recorte temporal conciso: os primeiros meses de 1791, pois, como já dissemos ao longo do texto, é um ano marcado por grandes transformações internas, mas também, do ponto de vista mais amplo da Revolução, neste ano houve uma mudança com relação à recepção da imagem dos clubes - entendidos como ameaçadores da ordem pública -, além do término da Constituição (sancionada em 13 de setembro), que assinala a transição da Assembleia Constituinte para a Legislativa em 1º de outubro de 1791, acontecimentos que vão influenciar diretamente na configuração política dos jacobinos.

Mapear os assuntos discutidos na espacialidade do Clube não é uma tarefa simples. Por isso, ao longo da análise dos documentos das sessões da Sociedade, destacamos os principais pontos que, de fato, levaram a um debate, ou seja, que tenham ocupado a atenção dos membros, mas, sobretudo, o que é o foco metodológico desta pesquisa: observar as *representações* possíveis de ser detectadas nos discursos registrados durante as sessões. As representações, como dissemos, são as “visões de mundo”, ou a forma como um grupo reconhece o outro e também a si mesmo, podendo ser elas depreciativas e/ou positivas.

Além da diversidade de temas que são postos como *l'ordre du jour* [ordem do dia], que devem ser deliberados, obras individuais de alguns membros, discursos e panfletos contendo opiniões individuais dos deputados ou de grupos, há também outros documentos elaborados internamente, como as cartas trocadas entre a sede de Paris e as sociedades afiliadas que têm por objetivo esclarecer, propor e, sobretudo, unificar o posicionamento da Sociedade. Observamos que o *patriotismo* é um assunto de muita relevância para os jacobinos sendo evocado com frequência nos documentos trocados entre os membros, como, por exemplo, a carta do dia 9 de janeiro de 1791³⁰⁶ que o trata como uma importante ferramenta de luta contra “um novo complô [que] ameaça esta constituição que nós juramos defender”³⁰⁷.

O assunto que se segue nesse mesmo documento destaca um embate com a aristocracia religiosa (Clero) descontente com os rumos da política nacional e que acusa a

³⁰⁶ Carta do Clube dos Jacobinos de Paris assinada por: Victor Broglie (presidente), Alexandre Beauharnais, G. Bonnacarrère e Voidel (secretários).

³⁰⁷ AULARD, F. -A. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l'histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 2, 1891. 662 p. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja02aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. 3.

Assembleia Constituinte de “querer destruir o cultos dos nossos padres”³⁰⁸, no entanto, é destacado que o decreto do dia 13 de abril de 1790 declara formalmente que a Assembleia “não tem nenhum poder sobre as consciências e sobre as opiniões religiosas, e que a majestade da religião e o respeito que lhe é dado não permitem que ela se torne um objeto de deliberação”³⁰⁹. Dessa forma, os deputados tratam essa aristocracia religiosa como inimiga da constituição por promoverem uma calúnia e, ainda, se recusarem a fazer o sermão de acordo com a lei³¹⁰. A carta tem por objetivo, portanto, pedir que as Sociedades dos amigos da constituição “se armem de prudência e coragem para prevenir os males que podem ameaçar [...], para fazer reinar a calma nos vossos países e obter a obediência aos decretos da Assembleia nacional”³¹¹ e que o povo seja convencido de que a perseguição alimenta o fanatismo, mas a tolerância o destrói.

As cartas trocadas entre as sociedades jacobinas também têm por objetivo informar umas às outras sobre a situação da ordem pública de cada região, ou, ainda, como determinados assuntos envolvendo a matriz parisiense repercutem entre as demais. O apelo de Papion, nobre de Touraine e proprietário de uma antiga manufatura de ornamentos em tecido de seda, para que a assembleia tenha em vista a situação econômica dos manufatores que estavam, naquele momento, sendo sufocados pelo surgimento das indústrias e, além disso, que o Estado considere agir efetivamente em prol da coletividade, fazendo avançar o comércio mesmo em um momento de crise econômica, evitando que a concorrência desfavorável prejudique as demais classes comerciais e os inúmeros desempregados que a França já assiste em todo o seu território é um dos assuntos pertinentes ao comércio³¹² que preocupam os deputados naquele momento. A carta de Papion é um relato interessante pelo tom em que se refere aos seus companheiros pontuando algumas medidas práticas, mas também porque seu discurso é uma reflexão acerca dos princípios³¹³ sobre os quais esses homens estão fundando um novo momento político enquanto uma sociedade que deve repensar, entre outras questões, a falida situação econômica francesa.

³⁰⁸ AULARD, F. -A. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l’histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 2, 1891. 662 p. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja02aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. 4.

³⁰⁹ Ibid., p. 4.

³¹⁰ Esse discurso diz respeito à constituição civil do Clero assinada pelo rei Luís XVI em 26 de dezembro de 1790, uma medida que separa a Igreja do Estado, tornando os eclesiásticos funcionários públicos – bispos e padres passam a ser eleitos pelo povo e pagos pelo Estado –, além de outras providências que reestruturam a instituição religiosa. Evidentemente, essa postura adotada pelo governo revolucionário vai gerar um descontentamento por parte da classe clerical que sempre obteve privilégios políticos e fiscais no sistema de Antigo Regime.

³¹¹ Ibid., p. 4.

³¹² Ibid., p. 9.

³¹³ Ibid., p.10.

Notamos que os jacobinos, que se autodenominavam patriotas, ganharam alguns opositores ao longo de sua trajetória. Um desses exemplos foi o surgimento dos *Amis de la constitution monarchique* [Amigos da constituição monárquica], conhecidos como o *Club des Impartiaux* [Clube dos Imparciais], que se opunham aos patriotas de esquerda³¹⁴ pelas ideias, por serem bicameristas³¹⁵ e apoiadores do veto absoluto. Segundo o historiador Aulard, autor da coleção das fontes analisadas, o jornal *l'Orateur du peuple* publica sobre esses monarquistas dizendo que

o Clube monárquico faz o que pode para irritar o povo. Seus projetos não são mais um mistério: ele compra o pão entre os padeiros, para distribuir na capital, e paga em selos onde são gravados três flores de lis. É o aristocrata Clermont-Tonnerre que está à frente desse clube, no qual está fundido o dos Federados e o de 89. Um farmacêutico e um padeiro, que, sem ser da Sociedade, denunciaram antes de ontem esse fato aos Jacobinos, foram instantaneamente, preço pelo seu caráter de cidadania, admitidos unanimemente entre os membros deste clube.

Apesar do Clube monárquico ter claras oposições ao Clube dos Jacobinos, este não parece desejar um enfrentamento direto. O embate de ideias é uma realidade latente durante todo o período da Revolução, no entanto, era mais importante somar forças com os membros aliados do que o desgaste de atacar politicamente os grupos díspares. Esse posicionamento fica claro com o episódio na Capela Saint-Denis, nos arredores de Paris, em 24 de janeiro de 1791, onde alguns *chasseurs* [um destacamento específico de soldados caçadores], sob o pretexto de uma ação contra o contrabando de tabaco, disparam tiros entre a população³¹⁶, que responde à ação, e o caso termina com a Morte de Julien, sargento-major, e Auvry, voluntário da guarda nacional, mortos “aos pés do prefeito”³¹⁷, além de mais dois mortos e outros três gravemente feridos.

³¹⁴ Termo utilizado pelo historiador Aulard na descrição das fontes. Ver: AULARD, F. -A. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l'histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 2, 1891. 662 p. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja02aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. 28.

³¹⁵ Em linhas gerais, a proposta das duas câmaras no poder legislativo francês é dividi-lo em câmara alta e câmara baixa, com atribuições legisladoras diferentes. No período em que estamos analisando, a França é composta por uma câmara única, o corpo legislativo representado pela Assembleia Nacional, formada por deputados de todas as regiões francesas e que, por sua vez, apresentam aspirações políticas diferentes reunidas em grupos parlamentares que podemos chamá-los, a título de elucidação, de “partidos”.

³¹⁶ AULARD, F. -A. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l'histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 2, 1891. 662 p. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja02aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. 29-30.

³¹⁷ Ibid., p. 30.

Figura 4 – Massacre na Capela pelos soldados caçadores



Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Fonte: Gallica – Bibliothèque Nationale de France³¹⁸

O acontecimento, registrado na figura acima, gera uma profunda instabilidade na ordem pública e desperta a necessidade da Sociedade se reunir todos os dias a partir de então. Em verdade, é esse o discurso levantado por alguns jacobinos que tratam o episódio como uma crise³¹⁹ e, portanto, a Sociedade deve se preocupar com os “sintomas da guerra civil que os ameaça”³²⁰, de forma que as fronteiras e o interior da França estejam assegurados contra levantes. Mas há também outras questões que inquietam os jacobinos retratadas em uma carta endereçada a Victor de Broglie³²¹, Guillaume Bonnacarrère³²², Alexandre de Beauharnais³²³,

³¹⁸ Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b69447100>>. Acesso em 25 mai 2017.

³¹⁹ AULARD, F. -A. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l’histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 2, 1891. 662 p. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja02aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. 31.

³²⁰ Ibid., p. 31.

³²¹ Duque de Broglie, militar (marechal), jacobino e posteriormente eleito presidente da Assembleia Constituinte em 13 de agosto de 1791.

³²² Membro do Clube dos Jacobinos de Paris.

Villars³²⁴ e Voidel³²⁵, estes deputados da Assembleia Nacional e signatários de um ataque público ao Clube monárquico, acusando-os de pagarem os soldados para cometerem o crime³²⁶ na Capela Saint-Denis. Os demais jacobinos, portanto, se opõem ao ataque dos chamados “denunciadores imprudentes”³²⁷, exigindo provas, além da retratação formal dos insultos, calúnias e ameaças proferidos, o que nos evidencia que havia naquele grupo de *jacobinos* uma discrepância de posicionamentos que ficava ainda mais evidente nos momentos críticos da Revolução.

A possibilidade de que a família real se distancie das discussões políticas do momento parece ser uma preocupação para os jacobinos e serve de alerta muito antes do episódio da fuga em junho de 1791. A sessão do dia 29 de janeiro de 1791 traz a declaração de um membro que diz ter obtido informações que confirmam a suspeita de uma viagem das tias do rei para um país estrangeiro, mas é rebatida pela fala de Armand, duque de Aiguillon, um dos primeiros deputados da nobreza a se juntar com o Terceiro Estado durante os Estados Gerais, tornando-se membro do Clube dos Jacobinos desde sua fundação. Este, por sua vez, diz que a liberdade deve deixar a “todos os indivíduos, grandes ou pequenos, o direito de ir e vir, quando eles o quiserem, e onde eles quiserem, e onde lhes agradam”³²⁸ e, ainda, que “no império apenas o rei e seu herdeiro devem permanecer para ocupar o trono; eles são as únicas duas pessoas que podem ser impedidos de se mudar”³²⁹.

Com a suspeita de que o rei poderia deixar o país, dois membros da Sociedade de Paris se mudaram para Versalhes, onde a Sociedade de Versalhes, afiliada à de Paris, se reuniu em assembleia extraordinária com a missão de averiguar as denúncias que o deputado Edmond Dubois-Crancé fez aos jacobinos sobre os preparativos de um plano de fuga favorecido pelo combate ocorrido na Capela. Assim, conforme constam nas atas, os dizeres de Camille Desmoulins parecem confirmar a desconfiança levantada por Crancé:

enquanto um dos nossos deputados manteve-se para reunir uma multidão de denúncias confirmatórias daqueles do Sr. Dubois de Crancé, o outro, acompanhado de alguns Amigos da constituição de Versalhes, visitou os estábulos [do castelo], onde encontrou por volta de 600 cavalos ao invés de

³²³ Visconde de Beauharnais, jacobino e vai ocupar a cadeira da presidência da Assembleia Constituinte em 18 de junho de 1791.

³²⁴ Charles-Jacques-Étienne Girard-Villars: advogado e deputado da Vendeia, departamento da França.

³²⁵ Jean-George-Charles Voidel: membro do Clube dos Jacobinos de Paris.

³²⁶ AULARD, F. -A. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l’histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 2, 1891. 662 p. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja02aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. 32.

³²⁷ Ibid., p. 33.

³²⁸ Ibid., p. 42.

³²⁹ Ibid., p. 42.

60 que foram contados um mês atrás, e está seguro, pelo seus olhos, da realidade dos preparativos, tais como vacas grandes, assentos alemães para executar o correio, etc.³³⁰

Esse “clima” de instabilidade deixado após o ocorrido na Capela Saint-Denis, além da preocupação de que o rei e sua família possam deixar o solo francês, somados à oposição daquele grupo monarquista contrário ao caminho constitucional defendido pela Assembleia de uma forma geral, põem em alerta os jacobinos, que, então, se manifestam em uma carta aos demais membros com uma eloquência bastante significativa, dizendo que “tal será sempre o resultado das crises da Revolução. Cada novo esforço daqueles que a atacam é para os cidadãos de Paris uma ocasião de manifestar sua corajosa perseverança”³³¹.

Os ideais sustentados pelos jacobinos também vão orientar o surgimento de outras sociedades, como a *Société des Jeunes amis de la liberté* [Sociedade dos jovens amigos da liberdade], que procura aliar os objetivos àquela carregando o seguinte espírito: “nossos inimigos comuns, o amor da pátria. O dever, a razão, o interesse, tudo nos liga”³³². Existe, portanto, uma certa confluência de objetivos políticos compartilhados pelas sociedades de pensamento durante o período da Revolução, ainda que essas mesmas sociedades sejam marcadas de tempos em tempos por situações de divergência interna decorrente das resoluções tomadas por seus pares. Não obstante, é importante notar que há um propósito comum, como é ressaltado com firmeza nos dizeres da carta enviada aos jacobinos:

nós desmascaremos esses falsos patriotas que, profanando com uma perfídia culpada o grito de guerra dos Amigos da constituição, combatem pelo despotismo, sob a égide da liberdade; nós atacaremos sempre os princípios impolíticos tanto quanto imorais desses insidiosos conspiradores que, professando altamente uma doutrina desastrosa, têm a imprudência de reunir seus bandos hipócritas em nome da verdadeira monarquia.³³³

³³⁰ AULARD, F. -A. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l’histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 2, 1891. 662 p. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja02aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. 46. Tradução livre: “Tandis que l’un de nos deux députés restait à recueillir une foule de dénonciations confirmatives de celles de M. Dubois de Crancé, l’autre, accompagné de quelques Amis de la constitution de Versailles, visitait les écuries, où il a trouvé environ 600 chevaux au lieu de 60 qu’on y comptait il y a un mois, et il s’est assuré, par ses yeux, de la réalité de ces préparatifs, tels que vaches énormes, sièges à l’allemande pour courir la poste, etc”.

³³¹ Ibid., p. 50.

³³² Ibid., p. 66.

³³³ Ibid., p. 67. Tradução livre: “Nous démasquerons ces faux patriotes qui, profanant avec une perfidie coupable le cri de ralliement des Amis de la constitution, combattent pour le despotisme, sous l’égide de la liberté; nous attaquerons sans cesse les principes impolitiques autant qu’immoraux de ces insidieux conspirateurs qui, professant hautement une doctrine désastreuse, ont l’impudence de rallier leurs bandes hypocrites au nom de la vraie monarchie”.

Apontar os inimigos da Revolução é um dever indissociável que os jacobinos praticam na espacialidade do Clube. A reunião do dia 9 de fevereiro traz para o centro das discussões a figura de Bailly, deputado na Assembleia Nacional, acusado de “dar ordens contrárias ao bem da comunidade”³³⁴ e de estar envolvido no que eles tratam por contrarrevolução, inclusive mencionando o papel das sociedades ditas monarquistas que são contrárias à constituição e, por isso, devem estar no seu “radar” para que os *verdadeiros* Amigos da Constituição possam realizar os seus objetivos.

Nesse ponto da pesquisa conseguimos destacar uma leitura importante das fontes que muito dizem sobre a ideia de *representação* que sustentamos. É evidente que os jacobinos vão construir ao longo dos anos com precisão o seu lugar no processo político-revolucionário francês, e assim se autodenominam os defensores da pátria e os verdadeiros e incorruptíveis amigos da constituição, definição que intrinsecamente lhes confere autonomia e a responsabilidade de finalizar com êxito as mudanças já em andamento. Essa visão também os distancia e, além disso, lhes dá um posicionamento de destaque em relação àqueles que de alguma forma fazem objeções, se omitem ou atravancam o processo de elaboração de uma constituição para a França.

O que percebemos nas atas das reuniões que seguem é, portanto, uma repetição desse hábito de apontar nomes como uma forma de denúncia³³⁵ das figuras que estariam fomentando a contrarrevolução, ou seja, ficam claros quais são os dois lados do jogo de forças existente no cenário político naquele momento. A ordem do dia das sessões concentra-se, então, em uma postura patriótica – pois é o que se espera dessa “irmandade” advinda dos

³³⁴ AULARD, F. -A. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l’histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 2, 1891. 662 p. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja02aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. 99.

³³⁵ Entre os inúmeros casos de denúncias de conspirações diversas, que, notemos, nem sempre são, aos olhos dos jacobinos, dignos de atenção por não haver provas concretas, a sessão do dia 3 de abril traz a seguinte denúncia de um oficial da guarda nacional: “Ele anuncia que o Clube monárquico formou uma terrível conspiração, e que ele teve que executar no dia 28 do mês anterior. Seu projeto era vir, e este foi seu pior crime, e assaltar os jacobinos, abater a guarda nacional e fazer partir no mesmo instante os correios por todas as cidades onde há os Clubes correspondentes, que chegariam imediatamente, visto que este Clube é ligeiro, para que ao mesmo tempo, no mesmo dia, 28 de março, a operação de Paris fosse feita em todas as cidades do império”. Ver: AULARD, F. -A. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l’histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 2, 1891. 662 p. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja02aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. 286.

Outro caso de denúncia é o do dia 8 de abril quando um membro denuncia o ministro da guerra como contrarrevolucionário porque estaria sugerindo que as tropas assistissem às reuniões: “um crime imperdoável aos olhos jacobinos” diz a ata. No entanto, o ministro se defende com o argumento de que, para acabar com as reclamações, ele instruiu às tropas que elas podem assistir a qualquer reunião legal. Ver: AULARD, F. -A. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l’histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 2, 1891. 662 p. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja02aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. 302-303.

clubes – de identificar aqueles que são “perigosos”³³⁶ e se opõem à Revolução em curso e mesmo se tratando de casos de outras regiões³³⁷, a “arte denunciativa”³³⁸ era levada para a sede parisiense, em uma espécie de prestação de contas, dando a dimensão da influência que os jacobinos de Paris exerciam em todo o território.

Muito teria a se dizer sobre os discursos inflamados dos jacobinos durante as sessões evocando o combate aos *factieux*³³⁹ [facciosos] e as hostilidades contra os membros tanto nas publicações (correspondências, jornais, libelos), mas, dada a quantidade de informações que a análise desses discursos apresenta, este seria um trabalho à parte. Entretanto, o que nos cabe é entender que as definições pejorativas mencionadas nos documentos são a representação que os jacobinos têm em relação a outros grupos, ao mesmo tempo em que há uma representação própria, ou seja, a forma como os jacobinos se entendem, que se concretiza, em um primeiro momento, na autodenominação de defensores da pátria e, em um segundo momento, na forma como vão tentar impor o seu protagonismo aos demais grupos.

Em 11 de março de 1791 é apresentado ao Clube dos Jacobinos um relatório dos comissários³⁴⁰ nomeados para examinar o plano do deputado Léonard Bourdon – que já havia sido apresentado à Assembleia Constituinte em 31 de maio de 1790 – sobre a educação nacional, assunto incontornável, segundo os membros, para o sucesso da Revolução³⁴¹. É posto como ordem do dia a necessidade de “uma escola de experiência que possa se ocupar da pesquisa e do aperfeiçoamento dos métodos próprios a tornar aplicáveis e práticos à juventude os princípios da constituição francesa”³⁴². Segundo a reflexão de Bourdon, considerando a moralidade que envolve os princípios da constituição e as obrigações cívicas que essa juventude-alvo tem para com o Estado, a lei, sendo a expressão da vontade geral, deve, portanto, garantir que todos os cidadãos tenham o direito igual à instrução, pois, é a educação

³³⁶ AULARD, F. -A. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l’histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 2, 1891. 662 p. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja02aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. 107.

³³⁷ Na reunião do dia 11 de fevereiro, por exemplo, um deputado de Mande ou Vande (não foi possível distinguir durante a reunião pelo barulho na sala), sobe à tribuna para denunciar os sacerdotes do seu departamento que estariam realizando uma pregação moral contrarrevolucionária. Ver: AULARD, F. -A. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l’histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 2, 1891. 662 p. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja02aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. 101.

³³⁸ Ibid., p. 220.

³³⁹ Ibid., p. 103.

³⁴⁰ Os senhores Menou, Aiguillon, Alex. Beauharnais, Massieu, bispo de Beauvais, Alex. Lameth, Huot-Goncourt, Pieyre, Chartres, Danjou, Duvernet.

³⁴¹ Ibid., p. 168.

³⁴² Ibid., p. 168.

que, “melhorando sucessivamente a espécie humana, fará com que cada geração esteja a mais um passo da felicidade”³⁴³.

Assuntos como o aumento do número de mendigos³⁴⁴ nas ruas parisienses e a preocupação em torno da ociosidade ocupam as discussões no Clube, reforçando a ideia de que a preservação do bem público deve se manter como frequente ordem do dia. Outros assuntos mais laboriosos do ponto de vista do consenso entre os membros também aparecem com uma certa regularidade, pois exigem uma resolução prática, como, por exemplo, a proposta de organização de um ministério que alguns membros defendem deixar nas mãos do rei a definição dos ministros, escolha que estaria sob a vigilância de comitês como o da *verificação nacional* e o de *fiscalização*³⁴⁵. O fato é que a centralidade do rei, nesse momento, nas tomadas de decisão dos assuntos públicos começa a ser questionada por parte dos jacobinos³⁴⁶, como o sr. Lacroix, que defende a eleição dos ministros pelo sufrágio popular e finaliza seu discurso na tribuna dizendo: “estremeci, senhores, na Assembleia nacional, quando não hesitamos de chamar os Franceses de súditos do rei. Os súditos são escravos, e os homens livres não são súditos de ninguém”³⁴⁷. Eis, portanto, um posicionamento que começa a ganhar força colocando o rei de um lado e os representantes do povo, o Terceiro Estado, de outro.

A contabilidade de presentes se torna frequente a partir de abril de 1791 e a reunião do dia 3 nos apresenta uma dimensão da expansão das atividades dos jacobinos e, arriscamos dizer, da politização de uma forma geral que mobiliza grandes grupos com um objetivo em comum: “aberta às seis horas por 600 membros, que se multiplicaram em 850. Um poucos antes das denúncias, os honestos se retiraram, próximo das dez horas, restavam apenas 400 membros. A sessão termina às onze horas, com menos de 300 membros”³⁴⁸. Essa mesma sessão marca a morte de Mirabeau no dia anterior e alguns discursos em memória do falecido membro, assim como o faz Danton, que lembrou o “engajamento desse grande homem de

³⁴³ AULARD, F. -A. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l’histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 2, 1891. 662 p. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja02aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. 169.

³⁴⁴ Ibid., p. 202.

³⁴⁵ Ibid., p. 217.

³⁴⁶ “O senhor Lacroix o sucede [o deputado Tournon que faz a proposta do rei escolher os ministros], e vomita uma enorme quantidade de bile contra o rei. O senhor Barnave discorre com menos furor sobre o mesmo assunto, mas diz a mesma coisa”. Ver: AULARD, F. -A. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l’histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 2, 1891. 662 p. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja02aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. 217.

³⁴⁷ Ibid., p. 218.

³⁴⁸ Ibid., p. 284.

perseguir todos os facciosos”³⁴⁹ em um discurso inflamado cobrando a necessidade da Assembleia Nacional “convocar a segunda legislatura antes do dia 15 de maio”³⁵⁰. Nessa mesma reunião ficou decidido que seria declarado luto por oito dias e em todo aniversário de morte de Mirabeau, além da construção de um busto de mármore em memória do deputado que será fixado na sala de sessões do Clube dos Jacobinos³⁵¹.

Em 18 de abril os jacobinos se reúnem em torno da discussão sobre a organização da Guarda Nacional, definida pelo deputado Chordelos de Laclos como

a universalidade dos cidadãos do império, armados pela defesa da liberdade contra os ataques do interior, quais eles fossem, e organizados de maneira que cada cidadão não estivesse preso por obediência servil aos seus atendentes para comandar.³⁵²

Discutir sua organização gera, portanto, uma certa instabilidade no Clube, o que nos permite dimensionar a importância dessa instituição que é parte intrínseca da segurança interna do reino francês. O mesmo deputado Laclos defende que a Guarda Nacional não foi feita para obedecer a lei, pois, em suas palavras, “se eu, guarda nacional, não quero obedecer [alguma lei proclamada], a lei não pode me forçar”³⁵³. Esse posicionamento vai ser criticado principalmente porque coloca a vontade individual em primeiro plano e a Sociedade não deve aplaudir tais princípios³⁵⁴. Dada a complexidade do assunto, ele se estabelece como ordem do dia por algumas sessões, nas quais foram apresentados reflexões e projetos diversos sobre o funcionamento da Guarda Nacional e como ela deveria ser orientada em termos de lei.

Sr. Ribe, por exemplo, diz que a Guarda Nacional e a tropa da linha de frente devem ter uma constituição completamente diferente. Barnave, por sua vez, discorre sobre pensar a Guarda fora e dentro da constituição: no primeiro caso, deve-se ter em mente que ela serviu de apoio fundamental para o povo na luta por reconquistar seus direitos no episódio de 14 de julho (Queda da Bastilha) e, no segundo caso, ela deve estar necessariamente

subordinada às leis e obedecer, não apenas ao poder executivo e aos corpos administrativos, mas às ordens que têm por objeto de execução essas

³⁴⁹ Ver: AULARD, F. -A. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l’histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 2, 1891. 662 p. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja02aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. 285.

³⁵⁰ Ibid., p. 285.

³⁵¹ Ibid., p. 288.

³⁵² Ibid., p. 338.

³⁵³ Ibid., p. 339.

³⁵⁴ Ibid., p. 339.

próprias leis, ou seja, quanto mais unidade no nosso governo, mais liberdade.³⁵⁵

Ainda sobre a reflexão de Barnave, a ata diz:

de qualquer forma, ele [Barnave] não queria que as guardas nacionais estivessem na mão dos departamentos, pois o rei teria muita facilidade de ter os diretórios. Ele quer que, em caso da guarda nacional de um distrito não ser suficiente para parar uma desordem, o distrito não poderia requerer as guardas nacionais de outros distritos, sem ter consultado anteriormente o departamento, que ele mesmo será forçado de consultar o Corpo legislativo.³⁵⁶

Observamos, contudo, que, apesar da importância de alguns assuntos serem debatidos e encontrar uma resolução, há uma certa ineficiência do ponto de vista de manter um cronograma, pois existem temas variados e em cada sessão surgem outros novos que acabam ocupando o que seria a ordem do dia. O debate em torno da Guarda Nacional é um desses exemplos que percebemos o esforço de alguns membros em direcionar a atenção para tal, mas que acaba sendo desviado por outras questões ao longo das reuniões: sejam elas novas correspondências, alguns anúncios sem interesse³⁵⁷, novas denúncias³⁵⁸, ou pela falta de consenso entre os membros.

A liberdade de imprensa, um assunto tão intrínseco quanto o próprio Iluminismo ao processo revolucionário, vai ser trazido à tona no Clube na sessão do dia 9 de maio revelando o discurso inflamado de Robespierre, advogado da província de Artois, “honrável membro do lado esquerdo da Assembleia nacional e um dos fundadores do Clube dos Jacobinos”³⁵⁹ sobre as vantagens da liberdade indefinida e “os inconvenientes que necessariamente implicam um

³⁵⁵ AULARD, F. -A. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l’histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 2, 1891. 662 p. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja02aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. 340.

³⁵⁶ Ibid., p. 341. Tradução livre: “Quoi qu’il en soit, il ne veut point que les gardes nationales soient dans la main des départements, parce que le roi aurait trop de facilité à disposer des directoires. Il veut que, dans le cas où la garde nationale d’un district ne serait pas suffisante pour arrêter un désordre, le district ne puisse pas requérir les gardes nationales des autres districts, sans en avoir référé préalablement au département, qui lui même sera forcé de consulter le Corps législatif”.

³⁵⁷ Ibid., p. 316. Algumas sessões também trazem, no final da ata, alguma impressão geral do que ocorreu durante a reunião, como, por exemplo, a do dia 20 de maio: “esta sessão, presidida pelo sr. Bonnacarrère, na qual o número de membros não passou dos 300, não oferece nada de interessante; muita tagarelice e nenhuma denúncia”. Ver: AULARD, F. -A. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l’histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 2, 1891. 662 p. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja02aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. 449.

³⁵⁸ Cabe mencionarmos que nem todas as denúncias eram aceitas. Algumas, dada a gravidade que podiam apresentar, eram levadas ao Comitê de pesquisa para averiguação das informações. Outras, no entanto, eram dispersadas pelos próprios membros durante as reuniões.

³⁵⁹ Ibid., p. 177.

código penal ou qualquer outra lei que tendem a restringi-la³⁶⁰. Robespierre não poupa palavras para defender que “dizer e comunicar seu pensamento e suas opiniões é um direito da natureza e uma necessidade da alma”³⁶¹ e que uma lei seria uma censura perpétua, afinal, “como determinar se um escrito é ou não incendiário, se ele tem ou não produzido tais motins?”, indaga o deputado conhecido por seus longos e acalorados discursos na tribuna.

Além das palavras de Robespierre, outros membros também farão uso do espaço para mostrarem a insatisfação em torno da supressão da liberdade de imprensa que representa, em verdade, a supressão da liberdade em uma concepção mais ampla, como aponta o sr. Choderlos dizendo que “da liberdade de opiniões reconhecida pela Declaração dos direitos nasce, como consequência necessária, a liberdade indefinida da imprensa, o direito de venda, dar, publicar, mercadejar, mostrar seu pensamento, seus projetos, suas especulações”³⁶². Assim, “esse direito, essa liberdade indefinida, mantém a soberania do povo, que não pode ser alienada, e que existe em cada indivíduo”³⁶³, por isso, os mandatários do povo, completa Choderlos, que “provocaram uma lei penal e inquisitória contra a imprensa, foram infiéis aos seus direitos e traidores dos direitos dos seus constituintes”³⁶⁴.

O mês de junho de 1791 parece anunciar muitas novidades envolvendo o clube jacobino desde o seu início. A partir do dia 1º começa a publicação do *Journal des débats de la Société des amis de la constitution*, que muda de nome junto com a Sociedade, e que, pelo uso, passa a ser designado como o *Journal des Jacobins*³⁶⁵. Curiosamente, no mesmo mês, as reuniões do Clube acontecem praticamente todos os dias – mais precisamente 22 reuniões –, o que até então fora observado um intervalo maior de dias entre uma sessão e outra. As reuniões que seguem são marcadas por alguns embates menores que mais se configuram como ajustes internos sobre como organizar a sessão, a prioridade dos assuntos, quem tomaria a palavra, além de alguns ataques diretos entre os membros e discussões sobre as despesas da Sociedade³⁶⁶.

No dia 3 de junho, porém, é posto como ordem do dia uma questão importante surgida na Assembleia Nacional que diz respeito ao poder de perdão do rei, questionado por alguns deputados, como o faz o sr. Dubois de Crancé que diz que “se acordamos ao rei o direito de

³⁶⁰ AULARD, F. -A. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l’histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 2, 1891. 662 p. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja02aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. 392.

³⁶¹ Ibid., p. 392.

³⁶² Ibid., p. 393.

³⁶³ Ibid., p. 393.

³⁶⁴ Ibid., p. 393.

³⁶⁵ Ibid., p. V.

³⁶⁶ Ibid., p. 474.

perdoar, não teremos constituição”³⁶⁷, pois, assim, “o rei *estaria* acima da lei, e a responsabilidade dos ministros *seria* anistiada”³⁶⁸ e, ainda, esse direito de perdão dada ao rei seria uma forma de considerá-lo o legislador, aponta outro membro. Na visão de Crancé, “quem deve perdoar? O soberano. Quem é o soberano? A nação, representada pela legislatura”³⁶⁹. Seu discurso é ampla e vivamente aplaudido pelos presentes, evidenciando que estavam de acordo com o seu posicionamento. Há, contudo, outros membros que fazem alguns contrapontos ao posicionamento de Crancé, que parece um tanto quanto “apaixonado”, mas não considera outros pontos levantados durante a reunião, como a fala do sr. Grouvelle que aponta que a lei, sendo “doce e justa”³⁷⁰, não admitiria, por consequência, a exceção que é a anistia.

Outro assunto de relevância que ocupa os ânimos do Clube nas reuniões seguintes é o debate em torno da demissão do exército que surge com o questionamento de que este deve servir à lei e não ao soberano, nesse caso, o rei, como usualmente funciona no sistema de Antigo Regime, e que os soldados não devem ter uma obediência passiva³⁷¹, ao contrário, deve-se conseguir meios de perpetuar entre o exército “o espírito nacional que há hoje”³⁷². Alguns membros como Robespierre, Røerderer, Anthoine, Couedic defendem que a organização militar não deve ter a mesma estrutura de antes, formada, em grande parte pela nobreza e sancionada pelo rei. Aqui, percebemos que, além da importância do que é discutido, visto que o exército é um dos pilares de sustentação de uma nação, existe um ponto ainda mais curioso quando pensamos na relação simbólica entre *rei e povo*, ou melhor, entre *rei e os demais homens da política* – sobretudo os jacobinos –: há um processo de ruptura em curso que questiona os poderes concentrados na figura do monarca que, revela, portanto, o poder de organização e deliberação que se fortalece a cada dia no núcleo dessas sociedades políticas.

Nesse ponto da pesquisa de análise das atas voltemo-nos para a ideia anterior trazida por Pierre Rosanvallon em torno dos imperativos de *unidade e igualdade* quando pensamos na estrutura de funcionamento do Clube dos Jacobinos e na *cultura política*³⁷³ formalizada nessa espacialidade. Indubitavelmente, a representação do que é ser um jacobino – e são os

³⁶⁷ AULARD, F. -A. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l’histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 2, 1891. 662 p. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja02aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. 476.

³⁶⁸ Ibid., p. 476.

³⁶⁹ Ibid., p. 476.

³⁷⁰ Ibid., p. 478.

³⁷¹ Ibid., p. 493.

³⁷² Ibid., p. 499.

³⁷³ HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

documentos que nos mostram essa imagem política que consolida sua participação nos espaços públicos –, tem um peso muito grande no imaginário geral da Revolução: a unidade que emana da irmandade “jacobina” vem do interior da espacialidade do Clube, mas também deve-se, e dela não pode se dissociar, à imagem compartilhada por outros grupos, como ressalta Rosanvallon:

‘tem que apoderar-se da imaginação dos homens e governá-la’: a formulação de tal imperativo por Fabre d’Églantine sugere claramente que a constituição do grande todo não se efetua somente transtornando as instituições e as leis. Também se joga nas cabeças e nos corações.³⁷⁴

Nesse caso, o “jogo” mental é uma exteriorização da proeminência exercida pelos jacobinos de Paris em relação às demais sociedades políticas do reino francês, inclusive às afiliadas de outras regiões, ou mesmo de outros países³⁷⁵. Essa projeção do clube parisiense muito se deve por fatores mais amplos, pois era onde estavam as principais figuras, ou seja, os deputados mais visados da história da Revolução, também porque era de onde saíam grandes resoluções que direcionavam os trabalhos da Assembleia Nacional – que também estava localizada em Paris –, mas todas essas razões não teriam a mesma relevância se não circulasse no “imaginário”, isto é, se não fosse compartilhada pelos grupos envolvidos³⁷⁶ e pelos próprios jacobinos a ideia de que estes, de fato, tinham um protagonismo no cenário político francês durante a Revolução.

Os conceitos defendidos por Rosanvallon vão, portanto, ao encontro da noção de *representação* trabalhada na análise das fontes e funcionam como um aporte metodológico complementar para a proposta de entender a organização do clube dando um passo além do aspecto institucional: a “visão de mundo” compartilhada pelo grupo político que se fez reconhecer como os *jacobinos*. Ser jacobino, como ficou claro nas atas, era estar alinhado à Revolução: viver em defesa e ser um *verdadeiro amigo* da constituição, estar em sintonia com os direitos do homem e do cidadão, proteger a liberdade enquanto direito intrínseco à própria

³⁷⁴ ROSANVALLON, Pierre. *El modelo político francés*: la sociedad civil contra el jacobinismo, de 1789 hasta nuestros días. Trad. Víctor Goldstein. Buenos Aires, Argentina: Siglo Veintiuno, 2007, p. 35.

³⁷⁵ Pelas atas vimos que era comum a presença e a participação de outros clubes análogos vindos de outros países, como a Holanda, Inglaterra, Espanha, entre outros, durante as sessões. Em geral, essas sociedades demonstravam solidariedade, se diziam alinhadas às atividades do clube parisiense e também faziam denúncias – uma prática patriótica que se tornou habitual e exigida – de situações envolvendo figuras do seu país naquele contexto de revolução.

³⁷⁶ O que entendemos por “grupos envolvidos” são os grupos sociais que de alguma forma se relacionam à história dos jacobinos: sejam os acusados de traição, os aristocratas, as sociedades “inimigas”, os contrarrevolucionários, etc.

condição humana e denunciar, sejam eles quem forem, os inimigos, os facciosos, aqueles que de alguma forma pudessem interromper o fluxo da Revolução.

Essa reflexão nos leva a outro ponto da pesquisa: como se deu internamente a ruptura do Clube dos Jacobinos nesse momento em que a Sociedade se estabelecia enquanto uma força política que impulsionava a Revolução a andar solicitando a união dos membros e amigos da constituição. O episódio da fuga da família real, que obstaculiza o ritmo das sessões de junho de 1791 dando um outro tom às que viriam na sequência, é a resposta para a qual nos voltaremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

A FUGA DA REALEZA E O ECO ENTRE OS JACOBINOS DE PARIS

*En général, la vertu suppose ou donne assez souvent le talent qui convient aux représentants du peuple. L'énergie d'une âme élevée et pure est la principale source des saines idées politiques. Quand on aime profondément la justice et l'humanité, on sent vivement les droits des hommes et des citoyens; on les défend avec courage.*³⁷⁷

A historiografia, bem como as atas do Clube dos Jacobinos de Paris, nos evidenciam que o episódio da fuga da família real para Varennes em 20 de junho de 1791, conhecido como um golpe arquitetado para retirar o rei do centro das movimentações, gera uma instabilidade na política francesa e marca profundamente as discussões internas do Clube. Embora tenhamos percebido nas sessões uma grande insatisfação em torno do poder do soberano e a busca por leis que limitassem esse poder, o historiador Roger Chartier aponta que a instabilidade ocasionada deve-se ao fato de que até aquele momento da Revolução a instituição monárquica não havia sido contestada de forma tão contundente e o “amor do povo francês pelo seu rei parecia incólume”³⁷⁸, já que, sob uma Monarquia Constitucional, o rei reina “pela graça de Deus e pela lei constitucional do Estado”³⁷⁹. Esse posicionamento defendido por Chartier parece um tanto quanto exagerado, mas se pensarmos no que a fuga representou, veremos que as críticas quanto à governabilidade do rei surgiram como uma postura combativa, afinal, a fuga representou o abandono da pátria francesa.

Como mostra o historiador Munro Price em sua obra *A queda da monarquia francesa: Luís XVI, Maria Antonieta e o barão de Broteuil*³⁸⁰, mesmo havendo um notável esforço contrarrevolucionário em apoio à monarquia francesa, “a cena européia em 1791 não era de modo algum propícia a um esforço internacional para ajudar a salvar o rei da França”³⁸¹, isso

³⁷⁷ Trecho da carta dos Amigos da constituição (de Paris) às sociedades filiadas, intitulada: “La raison, la justice et l'intérêt public, sollicitent pour vous”. In: AULARD, F. -A. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l'histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 2, 1891. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja02aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. 520. Tradução livre: “Em geral, a virtude supõe ou fornece muito frequentemente o talento que convém aos representantes do povo. A energia de uma alma elevada é pura e a principal fonte de ideias políticas sólidas. Quando se ama profundamente a justiça e a humanidade, sente-se vivamente os direitos dos homens e dos cidadãos; defende-os com coragem”.

³⁷⁸ CHARTIER, Roger. *Origens culturais da Revolução Francesa*. Trad. George Schlesinger. São Paulo: Editora UNESP, 2009, 320p, p. 171.

³⁷⁹ VOVELLE, Michel. *A Revolução Francesa (1789-1799)*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Editora UNESP, 2012, p. 81.

³⁸⁰ PRICE, Munro. *A queda da monarquia francesa: Luís XVI, Maria Antonieta e o barão de Broteuil*. Trad. Julio Castañon. Rio de Janeiro: Record, 2007.

³⁸¹ Ibid., p. 155.

devido a problemas internos dos outros países e disputas territoriais envolvendo os vizinhos da França, gerando um cenário diplomático instável que impossibilitava uma preocupação extra com as questões francesas. Price traz a figura de um nobre, que ele vai defender o seu protagonismo no contexto revolucionário, o barão de Broteuil, “um firme conservador”³⁸² e primeiro-ministro secreto do rei e da rainha incumbido de auxiliar no término da Revolução, que logo no início de 1791 vai chegar à conclusão de que “nossa revolução é diferente de qualquer outra de que a história nos fala; e acima de tudo que nenhuma outra teve tão fraca oposição”³⁸³. Para tanto, o barão será um dos primeiros a defender um plano de fuga na esperança de que “tão logo o rei seja capaz de se mostrar, os soldados que irão se reunir a ele serão incalculáveis. Podemos contar com a lealdade de vários regimentos e o arrependimento de outros mais”³⁸⁴.

As tentativas de manter a monarquia intacta, evitando que ela fosse atingida pelos conhecidos rumos da Assembleia que trabalhava ativamente em uma constituição que acabaria “encurralando” o poder do rei fortaleceram o movimento contrarrevolucionário e a preocupação de que a família real pudesse sair de cena, assim, como diz Mona Ozouf, “os rumores de fuga eram velhos como a própria Revolução”³⁸⁵. O plano de fuga articulado no início de 1791 pelo barão de Broteuil, aponta Price, foi rejeitado pelo rei e a rainha, pois estes levaram em consideração que o esboço final da constituição ficaria pronto em julho do mesmo ano e “a comissão constitucional encarregada de redigi-la parecera estar se aproximando da idéia de fortalecer o poder real”³⁸⁶. No entanto, o rei não contava com a radicalização que se impunha com maior frequência e era encabeçada pelos jacobinos, que acabou levando a uma série de limitações à sua figura soberana:

o rei não teria permissão para residir a mais de 20 léguas da Assembléia, ele perderia sua prerrogativa de perdão e os deputados então com mandato seriam inelegíveis na próxima legislatura. Se fosse fugir de Paris, teria de fazê-lo logo, antes que suas mãos fossem atadas por uma constituição que o reduzia a nada.³⁸⁷

³⁸² PRICE, Munro. *A queda da monarquia francesa*: Luís XVI, Maria Antonieta e o barão de Broteuil. Trad. Julio Castañón. Rio de Janeiro: Record, 2007, p. 12.

³⁸³ Ibid., p. 157.

³⁸⁴ Ibid., p. 157.

³⁸⁵ OZOUF, Mona. *Varennes*: a morte da realeza, 21 de junho de 1791. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 67.

³⁸⁶ Ibid., p. 172.

³⁸⁷ Ibid., p. 172.

3.1 A TRAMA DA FUGA

Se analisada de perto, a intenção de ir para Montmédy, praça-forte nas fronteiras do leste³⁸⁸ contou com o apoio, ainda que não explicitado, de nobres temerosos com os desdobramentos da Assembleia, como parte, já mencionamos, de um movimento contrarrevolucionário já em curso desde os primeiros acontecimentos de 1789. A contrarrevolução, segundo Vovelle,

nasce com a revolução: já está em germe na atitude dos privilegiados em episódios de oposição aristocrática às últimas tentativas de reforma monárquica; define-se durante os Estados-gerais. A tomada da Bastilha provoca a fuga da França dos príncipes (Condé, Artois) e dos nobres mais hostis, determinando a primeira onda daquilo que será a emigração. [...] Uma ideologia contrarrevolucionária é elaborada desde muito cedo para denunciar o novo rumo das coisas e propor uma interpretação dos acontecimentos, mas a contrarrevolução é, antes de tudo, ação. Entre os nobres e os plebeus que congregam suas posições, ela extrapola o quadro das lutas parlamentares [...] e dos debates de opinião na imprensa e investe numa atividade conspiratória que se estenderá a todo período. Também assume a forma de tentativas de ação militar nos exércitos dos príncipes, recrutados fora da França, entre os emigrados. Mas a contrarrevolução encontrou também uma base popular em meios e regiões que se uniram a ela [...].³⁸⁹

O fato é que, nesse momento, com a Monarquia Constitucional instituída em Assembleia Nacional Constituinte, havia uma força contrarrevolucionária expressiva organizada ao longo do reino francês. De um lado estava o Clero, que foi provocado pela Assembleia ao determinar que este se tornasse nacional, ou seja, que os párocos se tornassem funcionários públicos assalariados e, portanto, deveriam prestar um juramento de fidelidade ao Estado, o que gerou uma divisão entre os 51% dos padres, estes constitucionalistas, que fizeram o juramento, e os 49% que se recusaram³⁹⁰. Por outro lado, o reino francês, que já se encontrava “dividido”, é marcado por redes de conspirações contrarrevolucionárias armadas, como nas cidades do Midi, de Lyon a Marselha e em outras regiões onde se misturam conflitos religiosos, políticos e sociais entre as forças simpáticas à Revolução e as contrárias. Como destaca o historiador Michel Vovelle,

³⁸⁸ OZOUF, Mona. *Varennes: a morte da realeza*, 21 de junho de 1791. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 9.

³⁸⁹ VOVELLE, Michel. *A Revolução Francesa* (1789-1799). Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Editora UNESP, 2012, p. 129-130.

³⁹⁰ Idem. *A Revolução Francesa explicada à minha neta*. São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 54.

nesse contexto, a atitude do rei não deixa de ser coerente. Já disseram que ela foi hesitante e inábil, mas o certo é que Luís XVI é pego no fogo cruzado das sugestões de seus conselheiros (Mirabeau, La Fayette, Lameth ou Bernave), além de seus contatos familiares com o estrangeiro ou com os emigrados, que são essenciais para ele. O resultado de toda uma série de negociações realizadas em segredo é conhecido: em 20 de junho de 1791, a família real em peso abandona o palácio das Tulherias. Reconhecida no caminho, é presa e levada de volta para Paris. O anúncio da fuga causa estupor nos parisienses e em toda a França.³⁹¹

O cenário que se observa é que, conforme Vovelle, embora seja latente a resistência contrarrevolucionária, percebe-se, em contrapartida, a crescente politização das massas urbanas e o seu engajamento no cenário político. Não é diferente o que acontece com as populações rurais em suas reivindicações e, além disso, está o fato de que o Clube dos Jacobinos “construiu uma reputação considerável desde 1789, tanto como lugar de encontro e análise, em que as grandes decisões da Assembleia são preparadas, quanto pelo número de sociedades filiadas a ele”³⁹², endossando a continuidade do plano revolucionário. Destarte, em 20 de junho de 1791, amparada por uma rede de aristocratas (nobreza e alto clero) contrarrevolucionários, a família real francesa decide alcançar a fronteira nordeste do reino para que, com a ajuda de outros soberanos europeus, possa “organizar a reconquista da França” e desfazer a Assembleia³⁹³. Com o plano frustrado, a família real foi reconhecida em Varennes e reconduzida a Paris, como mostra a figura abaixo. “Trata-se de uma crise importante que, de certo ponto de vista, marca uma virada na história da revolução”³⁹⁴, conclui Vovelle.

Os detalhes exatos da fuga foram minuciosamente organizados em uma correspondência secreta entre Bouillé, que estava em Metz, e Fersen, que nas Tulherias agia pelo rei e pela rainha. Luís XVI, Maria Antonieta, a filha de 12 anos – Maria Teresa –, o delfim Luís Carlos e a governanta das crianças, a marquesa de Tourzel, fugiriam das Tulherias em grupos separados, encobertos pela noite. Já fora do Palácio se encontrariam com Fersen, que, fazendo-se passar por cocheiro, os levaria em seu coche de aluguel até a Barrière Saint-Martin, uma das portas a leste de Paris. Aí passariam para outro coche, do tipo conhecido como *berline* [berlinda]. Partiriam então o mais rápido possível pela estrada de Châlons, passando por Meaux e Montmirail. Em Pont-de-Sommevesle, primeira parada depois de Châlons e início da jurisdição militar de Bouillé, um destacamento de quarenta hussardos sob o comando de um de seus coronéis, o duque de Choiseul, encontraria a carruagem e atuaria como escolta. O trajeto passaria a seguir

³⁹¹ VOVELLE, Michel. *A Revolução Francesa* (1789-1799). Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Editora UNESP, 2012, p. 31.

³⁹² Ibid., p. 31-32.

³⁹³ Idem. *A Revolução Francesa explicada à minha neta*. São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 58.

³⁹⁴ Ibid., p. 58.

pelas pequenas localidades de Saint-Ménechould, Clermont-em-Argonne, Varennes, Dun e Stenay, em direção a Montmédy. Em cada localidade haveria substituição dos cavalos e outro destacamento de cavalaria, que ficaria a certa distância atrás da *berline* quando esta passasse. Entre Dun e Stenay, o próprio Bouillé estaria à espera com cinquenta soldados do regimento Real Alemão (o mesmo que ataca a multidão de Paris em 12 de julho de 1789), para acompanhar o rei a Montmédy.³⁹⁵

A descrição fornecida pelo historiador Munro Price nos mostra que o plano de fuga parecia consistente e levava em consideração alguns cuidados necessários, como a troca dos coches, por exemplo, e até mesmo o percurso escolhido que seria guiado por homens de confiança do rei. A engenhosa odisseia da família real francesa, que naquele dia 20 de junho de 1791 partira com a promessa de liberdade do Palácio das Tulherias³⁹⁶, onde Luís XVI se considerava prisioneiro, foi pensada para levar os seis viajantes³⁹⁷ com o máximo de discrição, sobretudo no que diz respeito às suas vestes – usualmente muito luxuosas – evitando, assim, o seu reconhecimento ao longo do trajeto. Esse trajeto contou com a ajuda de outros nobres e alguns representantes da cavalaria que calculariam os passos da comitiva real de forma que ela passasse sem atrair a atenção indesejada e pudesse realizar a troca dos cavalos para prosseguir a viagem.

É compreensível que no percurso pairasse um clima de tensão e preocupação por parte dos viajantes, afinal, mesmo com todos os cuidados, a confiança plena só poderia ser conquistada com o sucesso do seu destino final. Apesar de todos os detalhes planejados, alguns contratempos marcaram o percurso até a chegada da família real em Varennes, onde não havia posta para os cavalos fazendo com que a viagem seguisse até o Auberge du Grand Monarque para verificarem se a muda de cavalos havia sido deixada lá. Nesse ínterim, porém, a carruagem foi alcançada por Drouet, que era encarregado da posta em Sainte-Ménechoud por onde já haviam passado e “estava de mau humor desde a noite anterior, quando os dragões reais tinham chegado e, em vez de alugar seus estábulos para os cavalos deles, usaram o

³⁹⁵ PRICE, Munro. *A queda da monarquia francesa*: Luís XVI, Maria Antonieta e o barão de Broteuil. Trad. Julio Castañón. Rio de Janeiro: Record, 2007, p. 189-190.

³⁹⁶ O Palácio das Tulherias foi edificado sobre uma antiga fábrica de telhas no século XVI ordenado por Catarina de Médici, rainha consorte de Henrique II, rei da França, e funcionou como residência de monarcas franceses até 1871, quando foi destruído por um incêndio. Em 6 de outubro de 1789, após a Marcha sobre Versalhes, episódio conhecido pelo protesto de mulheres contra o aumento do preço dos pães, que marcharam com armas improvisadas rumo ao Palácio de Versalhes, onde residia a família de Luís XVI, para pressionar o rei a tomar medidas a favor da população que vivia a escassez de pães, os revolucionários conduziram a família de Luís XVI para Paris, para se instalar no Palácio das Tulherias, onde viveriam sob forte vigilância.

³⁹⁷ “A governanta dos infantes da França com seus dois pupilos reais; a irmã do rei, sra. Élisabeth; o próprio rei, tranquilo como sempre; e a rainha”. Ver: OZOUF, Mona. *Varennes*: a morte da realeza, 21 de junho de 1791. Tradução: Rosa Freire d’Águar. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 17.

estábulo do Auberge du Soleil”³⁹⁸ e, desde então, havia saído a toda velocidade para alcançá-los. Drouet conseguiu reunir um grupo de busca em Varennes que se posicionou no arco que cruzava a rua principal à espera da *berline* que, quando se aproximou, uma interpelação veio do escuro: ‘Pare ou atiramos!’³⁹⁹.

Esse episódio levou-os ao encontro do procurador da comuna, sr. Sauce, merceeiro de profissão e *procureur* [procurador], que, na ausência do prefeito, foi solicitado após o grupo de homens – ainda sem reconhecê-los – pararem a carruagem onde se encontrava a família real, solicitarem os passaportes, mas não encontrarem neles a assinatura da Assembleia Nacional, o que despertou a dúvida do sr. Drouet de que aquele passageiro poderia ser o rei. Sauce, acredita que são representantes da nobreza mas, na incerteza e pelo adiantado das horas, oferece pouso aos viajantes. Nas palavras de Mona Ozouf:

eis a família real, primeiro parada nos fundos da mercearia de Sauce, depois convidada a subir a escada estreita, e por fim instalada no quarto dos fundos que dá para o jardimzinho e, mais adiante, para o velho caminho de ronda das muralhas. Um quarto pobre, algumas cadeiras, uma mesa ordinária, mas, afinal, uma cama, onde as crianças reais dormem exaustas. Um cenário miserável para uma cena em que se resolverá a questão capital de se há na França autoridade superior à do rei.⁴⁰⁰

Indo abaixo todo o plano meticuloso de fuga, Price descreve a cena que se segue e coloca a família real em uma situação cada vez mais sem saída:

uma hora depois, Choiseul por fim apareceu e formou seus hussardos do lado de fora. No mesmo momento, Destez, um juiz local que foi buscado porque certa vez vira a família real em Versalhes, estava subindo as escadas da mercearia de Sauce. Quando entrou no cômodo do andar superior, viu Luís XVI, exclamou: “Ah, Majestade!” e se ajoelhou. “Sim”, respondeu, Luís, “sou de fato seu rei”.

Toda a simulação chegava então ao fim. Com lágrimas nos olhos, Luís abraçou cada um dos representantes municipais que se amontoavam no cômodo, dizendo que sua família estivera em perigo de morte em Paris e que ele viera buscar refúgio entre seus fiéis súditos.⁴⁰¹

³⁹⁸ PRICE, Munro. *A queda da monarquia francesa*: Luís XVI, Maria Antonieta e o barão de Broteuil. Trad. Julio Castañon. Rio de Janeiro: Record, 2007, p. 199.

³⁹⁹ Ibid., p. 201.

⁴⁰⁰ Ver: OZOUF, Mona. *Varennes*: a morte da realeza, 21 de junho de 1791. Tradução: Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 33.

⁴⁰¹ PRICE, op. cit., p. 201.

Figura 5 – A prisão de Luís XVI e sua família na casa de registro de passaportes, em Varennes, em junho de 1791



Fonte: Wikipedia Commons, the free media repository⁴⁰²

A imagem acima ilustra os momentos seguintes à descoberta da família real como os viajantes perseguidos por Drouet. Como previsto, a notícia se espalhou e ao longo da madrugada uma multidão começou a se formar do lado de fora da mercearia de Sauce. Às 5:00 da manhã, Radet, o comandante da artilharia local, saiu e disse ao povo que o rei ainda desejava seguir para o destino previsto, Montmédy, no entanto, logo passaram a gritar: “Para Paris!”, ou ainda, “Para Paris, ou vamos atirar contra ele em sua carruagem!”⁴⁰³. A situação continuou até às 6:30, quando chegaram de Paris dois oficiais da Guarda Nacional portando um decreto da Assembleia que ordenava que a família real fosse detida onde estivesse e acatasse às instruções descritas. “Luís XVI pegou-o e o leu rapidamente. A seguir disse

⁴⁰²

Disponível

em:

<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Arrest_of_Louis_XVI_and_his_Family,_Varennes,_1791.jpg>.

Acesso em: 08 mai 2017.

⁴⁰³ PRICE, Munro. *A queda da monarquia francesa*: Luís XVI, Maria Antonieta e o barão de Broteuil. Trad. Julio Castañon. Rio de Janeiro: Record, 2007, p. 203.

simplesmente: “Não há mais rei na França”⁴⁰⁴. Embora o decreto não especificasse que o rei e a rainha fossem enviados de volta, a situação insustentável decorrente da pressão de parte da população local e, agora, com a ação da Assembleia Nacional, vai fazer com que a família, sem escolhas, seja reconduzida a Paris como mostram Price e a imagem abaixo:

às 7:30 da manhã, o rei e a rainha finalmente desceram a escada de Sauce e subiram na *berline*. Estavam claramente angustiados; Maria Antonieta parecia esmagada, enquanto Luís parecia “em profunda dor”. A carruagem partiu, cercada por uma grande aglomeração. Às 9:00 da manhã, a cavalaria de Bouillé podia ser vista de Varennes.⁴⁰⁵

Figura 6 – Retorno da família real para Paris após a fuga para Varennes



Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Fonte: Gallica – Bibliothèque Nationale de France⁴⁰⁶

⁴⁰⁴ PRICE, Munro. *A queda da monarquia francesa*: Luís XVI, Maria Antonieta e o barão de Broteuil. Trad. Julio Castañon. Rio de Janeiro: Record, 2007, p. 203.

⁴⁰⁵ Ibid., p. 204.

⁴⁰⁶ Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b84113881>>. Acesso em: 04 nov 2015.

A descoberta do plano da família real francesa para se distanciar das movimentações revolucionárias e sua consequente recondução para a capital parisiense não seria o suficiente para que o rei fosse devidamente acusado de abandono da pátria, ou até mesmo de traição, questão que os jacobinos já haviam suscitado com a suspeita de que as tias do rei poderiam fugir? A historiografia mostra que não. Entender o episódio da fuga e sua repercussão é entender quão complexa é a dinâmica de um processo revolucionário envolvendo uma efervescência de debates políticos e grande movimentação popular. Assim, a historiadora Mona Ozouf, em sua obra sobre *Varennes: a morte da realeza*⁴⁰⁷, discorre sobre a diversidade de interpretações historiográficas em torno do episódio e ressalta, ainda, que os próprios contemporâneos se depararam com diferentes versões e justificativas sobre o que teria acontecido com a família real francesa naquele fatídico 21 de junho de 1791.

Um dos pontos centrais da obra de Ozouf é também questionar a representação do 21 de junho de 1791 como um *dia revolucionário*, pois, em sua visão, a data em si não é revestida pelo que tradicionalmente se percebe em datas “marcantes” da Revolução, com um grande teatro urbano,

parisiense de preferência, subitamente convulsionado, turbulento, ruidoso, irreconhecível. Massas anônimas que derrubem grades e muralhas, invadem os espaços mais bem guardados e os locais proibidos (Bastilha, Tulherias, Convenção), se apropriem deles em meio à subversão, meio brincalhona meio brutal, de seus usos consagrados. Invasões feitas com forquilhas e fuzis, saques, boatos alucinantes, cabeças espetadas em estacas, sangue, pavor. [...] Nenhum desses ingredientes canônicos do “dia” parece estar presente em Varennes. Trata-se de uma partida clandestina, acobertada pelo segredo, abrigada pela noite; depois de uma viagem feita por uma estrada quase deserta, o mais furtivamente possível; de uma parada inopinada num vilarejo pobre, tão afastado das estradas principais que nem sequer tem uma estalagem de posta.⁴⁰⁸

O plano falho parece ter tido, a princípio, repercussões e impactos silenciosos, pois,

o dia e a noite de Varennes parecem nada fundar, nada destruir. O rei volta a Paris para ser, mais que inocentado, confirmado em poderes que se toma o cuidado de aumentar e que são objeto de um diligente remendo constitucional. Tudo continua como antes, a Assembleia Constituinte se empenha até em negar que houve ali um acontecimento, teimando, contra todas as evidências em minimizar a iniciativa de seus principais atores. Na verdade, a versão oficial quer estabelecer que a família real foi criminosamente, e contra sua vontade, sequestrada do amor de seus súditos.

⁴⁰⁷ OZOUF, Mona. *Varennes: a morte da realeza*, 21 de junho de 1791. Tradução: Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

⁴⁰⁸ Ibid., p. 10.

Depois, quando essa piedosa ficção desmorona, garante-se que ela não fugiu, mas simplesmente fez uma viagem de informação pelas províncias, para testar os sentimentos e as esperanças dos franceses. O próprio Luís XVI dá seu aval a esse romance pedagógico, destinado a amortecer o choque do que de fato aconteceu.⁴⁰⁹

O romancista Alexandre Dumas, por sua vez, acredita que compreender este episódio envolvendo a família real é reconhecer o que engendrou as maiores transformações na França, pois, “sem a detenção do rei, não haveria guerra civil nem terror; nem Napoleão nem Santa Helena. Dumas vê aí a fonte de todos esses fatos políticos que se seguiram. Para ele, sem a menor dúvida, Varennes foi um dia que fez a França”⁴¹⁰. Nas palavras de Dumas,

em efeito, quando pensamos, somos forçados a concordar que a fuga para Varennes é o fato mais considerável da revolução francesa, e mesmo da história da França. É o ponto culminante da realeza: ela levou setecentos e quatro anos para subir até Varennes, ela não levou nem dezenove meses para descer de Varennes até a praça da Revolução; colocando o pé sobre a primeira escada do merceeiro Sauce, o infeliz Luís XVI colocou o pé sobre o primeiro degrau da sua pena de morte.⁴¹¹

3.2 A RESPOSTA DO CLUBE DOS JACOBINOS AO PLANO DE FUGA FRUSTRADO

A primeira pessoa em Paris a perceber que o rei tinha fugido foi seu camareiro Lemoine, que às 7:00 da manhã de 21 de junho abriu as cortinas do leito real, encontrando-o vazio. Às 8:00 da manhã, a capital estava em comoção; La Fayette, erroneamente suspeito de cumplicidade na fuga, quase fora linchado, e uma enorme multidão se agrupava fora das Tulherias. Uma hora depois, no início da sessão da manhã da Assembléia, seu presidente, Alexandre de Beauharnais, anunciou a fuga. A Assembléia se declarou em sessão permanente e os deputados passaram um dia extremamente ansioso. A tensão foi quebrada à tarde por La Porte, intendente da lista civil, que trazia, como o rei tinha instruído, uma *Declaração ao povo francês* que ele tinha deixado com a justificativa da fuga. Alguns dos deputados se opuseram a sua leitura, temendo que esta legitimasse a ação de Luís XVI, mas a

⁴⁰⁹ OZOUF, Mona. *Varennes*: a morte da realeza, 21 de junho de 1791. Tradução: Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 10-11.

⁴¹⁰ Ibid., p. 14.

⁴¹¹ DUMAS, Alexandre. *La route de Varennes*. Montréal: Éditions Le Joyeux Roger, 2010, p. 8. Tradução livre: “Et, en effet, lorsqu’on y songe, on est forcé de convenir que la fuite à Varennes est le fait le plus considérable de la révolution française, et même de l’histoire de France. C’est le point culminant de la royauté: elle a mis sept cent quatre ans à monter jusqu’à Varennes, elle ne met que dix-neuf mois à descendre de Varennes à la place de la Révolution; en mettant le pied sur la première marche de l’escalier de l’épicier Sauce, l’infortuné Louis XVI mettait le pied sur le premier degré de son échafaud*”. *Échafaud: é o tipo de pena de morte, na qual o acusado é suspenso em um andaime e enfocado, ou decapitado.

maioria, liderada por Charles de Lameth, derrotou-os. O secretário da Assembléia leu então o documento em meio a um silêncio sobressaltado. Enquanto a Assembléia discutia, La Fayette agia. Por iniciativa própria, ditou uma ordem afirmando que o rei tinha sido levado por inimigos da Revolução e ordenando todos os bons cidadãos a salvá-lo e garantir sua volta a Paris. Guardas nacionais a cavalo portando cópias dessa ordem foram então enviados ao longo de todas as estradas que saíam de Paris na pista da família real. Um deles, capitão Bayon, dirigiu-se para leste, no sentido de Châlons.⁴¹²

A recondução da família real para Paris mudou completamente o tom dos debates políticos da Assembleia Nacional e as consequências foram sentidas logo nos primeiros dias: o rei foi suspenso de suas funções soberanas, o Palácio das Tulherias foi transformado, de fato, em uma prisão com seus pátios cheios de soldados fazendo a guarda, levando o sentido de vigilância em seu estágio mais sério: o rei não poderia ter outra chance de fugir. “Entre as nove horas da manhã de 21 de junho de 1791 e as dez da noite de 22 de junho, estende-se um período muito confuso, aberto e fechado na Assembleia por dois gritos simétricos: “O rei fugiu”, ‘o rei foi pego’”⁴¹³, e, assim, a resposta à fuga veio de todos os lados: da Assembleia, das sociedades políticas, da defesa do rei e seus aliados.

Curiosamente, no dia 20 de junho de 1791, Luís XVI fez um manifesto no qual dizia:

foram estabelecidas associações conhecidas pelo nome dos Amigos da constituição, que oferecem as corporações infinitamente mais perigosas do que as antigas; elas deliberam sobre todas as partes do governo, exercem um poder totalmente preponderante de forma que todos os corpos, sem contar a própria Assembleia nacional, fazem tudo de acordo com sua ordem.⁴¹⁴

O rei talvez tivesse consciência do peso das palavras que proferia, mas uma das respostas mais contundentes veio do Clube dos Cordeliers, ou *Société des Amis des droits de l’homme et du citoyen* [Sociedade dos Amigos dos direitos do homem e do cidadão], fundado em abril de 1790 no extinto distrito dos Cordeliers, onde se localizava o convento de ordem franciscana de mesmo nome, como uma tentativa de defender os interesses locais do distrito e acabou se tornando uma alternativa às sociedades políticas do período Revolucionário, mas que não se opunha diretamente aos princípios sustentados pelos jacobinos, por exemplo, exceto por algumas características de funcionamento como o fato de que a sociedade não

⁴¹² PRICE, Munro. *A queda da monarquia francesa*: Luís XVI, Maria Antonieta e o barão de Broteuil. Trad. Julio Castañon. Rio de Janeiro: Record, 2007, p. 197.

⁴¹³ OZOUF, Mona. *Varennes*: a morte da realeza, 21 de junho de 1791. Tradução: Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 113.

⁴¹⁴ AULARD, F. -A. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l’histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 2, 1891. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja02aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. 577.

estabelecia taxas tão altas para a associação, permitindo, portanto, uma abertura maior para que outros grupos sociais pudessem fazer parte. Embora este Clube tenha surgido com uma proposta um pouco mais “radical” em relação ao que se observava nos primeiros anos do Clube dos Jacobinos, alguns membros fundadores, ou que tenham ocupado o cargo de presidência, como Camille Desmoulins e Danton, frequentarão muito menos o dos Cordeliers e militarão com mais ênfase junto aos jacobinos, o que se observa nas atas das reuniões dos Clube dos Jacobinos quando deputados cordeliers sobem à tribuna para fazer declarações e sugerir proposições naquela espacialidade⁴¹⁵.

Nesse momento, portanto, os cordeliers apresentam uma postura bastante radical: na onda peticionária que se observa logo após o ocorrido, no dia 24 de junho levam à Assembleia uma petição pedindo a deposição do rei. Esse pedido é um dos pontos mais emblemáticos que abre precedentes para que o discurso do republicanismo entre em cena e ganhe espaço, de forma que a divisão entre moderados e esquerda fica realmente clara e a frente revolucionária mais dividida do que nunca⁴¹⁶. Mona Ozouf descreve:

começam então para todos as três semanas de efervescência: enquanto na Assembleia a esquerda se contenta em exigir o julgamento do rei e evita pronunciar a palavra república, termo espantoso usado essencialmente para bloquear qualquer debate, vê-se que ele surge, fora do Manège [sala onde acontecia a Assembleia Nacional], associado à pergunta agora decisiva: é necessário um rei? Essa interrogação brutal ressoa por todo lado. Nos antigos jornais patriotas, como *Mercure National* e *L'Orateur du peuple*, que, liberais, abrem suas colunas aos republicanos de todos os horizontes. Nas folhas surgidas recentemente, como a de Condorcet e de Paine, *Le Républicain, ou Défenseur du Gouvernement Répresentatif*, que, apesar de seus quatro números, deseja ser, segundo a expressão de Brissot, um “curso completo de republicanismo”. [...] Nas manifestações de rua: a de 24 de junho, por iniciativa das sociedades populares e das seções, faz convergir para a praça Vendôme cerca de 30 mil participantes que vão pedir à Assembleia que se empenhe em procurar os “conspiradores”. E nesses dias febris ainda se deve mencionar a intensa correspondência com as sociedades populares da província.⁴¹⁷

A Assembleia se propôs a ouvir o rei e a rainha sobre o que teria motivado a partida. Assim,

⁴¹⁵ AULARD, F. -A. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l'histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 2, 1891. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja02aulaouft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. 286.

⁴¹⁶ PRICE, Munro. *A queda da monarquia francesa*: Luís XVI, Maria Antonieta e o barão de Broteuil. Trad. Julio Castañón. Rio de Janeiro: Record, 2007, p. 227.

⁴¹⁷ OZOUF, Mona. *Varennes*: a morte da realeza, 21 de junho de 1791. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 183.

recolhem-se as declarações do casal real: dia 26 de junho para ele, 27 para ela, pois Maria Antonieta se deu ao luxo da pequena satisfação de mandar dizer aos comissários, no dia 26, que estava no banho. São declarações sem surpresa e sem emoção aparente. Os libelos florem dramaticamente sobre esse encontro, imaginam uma rainha humilhada, um rei arrependido que faz o mea-culpa, comissários soberbos, encantados de lembrar a Luís XVI que numa época em que “eles destruíram tudo o que foi criado pelo acaso” tiveram, porém, a generosidade de “afirmar sua coroa”. A realidade foi muito mais sóbria. A rainha abrigou-se atrás da autoridade conjugal e tocou a corda sensível: como o rei desejava partir com seus filhos, “nada no mundo poderia me impedir de segui-lo”. Quanto a Luís XVI, limitou-se a enfraquecer o alcance de sua memória. Os motivos da viagem? Ameaças ultrajantes recebidas durante a falsa partida para Saint-Cloud. O objetivo? Montmédy, mais uma vez e sempre, em razão de suas fortificações, e a fim de poder “opor-se a qualquer invasão”, declaração que será recebida por risos numa Assembleia sarcástica. Suas objeções essenciais? Não contra a própria Constituição, mas contra as dificuldades da administração e da execução. Enfim, a garantia de que está voltando mais esclarecido de uma viagem sujas lições ouviu. Mas ele enfeita esse discurso dissimulado com uma reivindicação firme a respeito da parte que tomou no episódio: é o organizador da viagem, foi ele que “desejou” sair de Paris, “escolheu” Montmédy, mandou dar as ordens consequentes.⁴¹⁸

A declaração do casal deixou parte corpo da Assembleia “balançado”, não porque acreditavam que o rei havia sido sequestrado, como foi dito em algum momento logo que a fuga foi descoberta, mas porque alguns acreditavam que o rei havia sido enganado, como defendeu o general Bouillé⁴¹⁹, e foi levado a tomar tal atitude. No entanto, essa visão complacente não convenceu a todos, sobretudo os jacobinos. A resposta do Clube dos Jacobinos após a fuga repercute, em primeiro lugar, como uma necessidade de se pensar sobre o futuro do rei, o que é bastante significativo para os próximos passos do reino nesse contexto. O próprio caráter da reunião do dia 21 de junho revela o seu tom: trata-se de uma sessão extraordinária sequente de outras que trataram de assuntos diversos, não tão urgentes como aquele que se apresentou no momento. Entre alguns membros reunidos, um deles propõe que seja escrita uma carta ao presidente de cada seção do reino e às sociedades patriotas da capital parisiense para “os convidar a fazer parte dos Amigos da constituição que se encontravam no seio de sua Sociedade [e que] tinham aberto sua reunião”.⁴²⁰

Entre as propostas que foram suscitadas imediatamente, está a de uma delegação afiliada da cidade de Saint-Roch, que convida o Clube de Paris para formar um comitê

⁴¹⁸ OZOUF, Mona. *Varennes*: a morte da realeza, 21 de junho de 1791. Tradução: Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 159.

⁴¹⁹ Ibid., p. 159.

⁴²⁰ AULARD, F. -A. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l’histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 2, 1891. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja02aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. 531. Tradução livre.

permanente a fim de manter uma correspondência com todas as sociedades da capital, levando até elas, de duas em duas horas⁴²¹, as deliberações da Sociedade. Observamos com essa postura que existe uma preocupação para que sejam tomadas medidas eficazes tais quais as circunstâncias exigiam, em uma luta que se pretende nacional, levando em consideração o propósito da unidade já percebido anteriormente. Em contrapartida, espera-se que nessa nova conjuntura a paz reine, já que é dever de todo bom cidadão fazer reinar a paz em todos os lugares públicos, especialmente entre aqueles que fazem parte da Sociedade e que, por isso, devem “portar o espírito de paz, de fraternidade e de respeito pelas leis”⁴²².

Como dissemos, as atividades do Clube dos Jacobinos se encontram sempre em diálogo com as da Assembleia Nacional. Seus membros que fazem parte tanto de uma quanto de outra, trazem as deliberações das duas instâncias para o centro das discussões, e nesse momento de crise, em uma projeção nacional, o Clube vai mostrar que suas atividades internas são de extrema importância para as decisões futuras. Por sua vez, na reunião do dia 21 de junho, Maximilien de Robespierre traz para o Clube as impressões acerca do ódio⁴²³ sentido na sessão da Assembleia Nacional e diz à tribuna:

talvez, vos falando com franqueza, vou atirar sobre mim os ódios de todas as partes. Eles sentem que jamais chegarão ao fim dos seus projetos enquanto restar entre eles um só homem justo e corajoso que continuamente *frustrará* seus projetos e que, desprezando sua vida, não temendo nem o ferro nem o veneno, e seria muito feliz se sua morte pudesse ser útil à liberdade da pátria.⁴²⁴

Trata-se de um discurso patriótico⁴²⁵ que evoca um sentimento de dever em defesa da pátria. Durante a sessão, os membros presentes juram em nome da liberdade seu apoio à Robespierre, mesmo que, pra isso, seja necessário passar pela ameaça à vida. Danton discursa na sequência evocando para o cerne a questão em torno dos “traidores”, que, caso estivessem presentes na reunião, ele tomaria o engajamento pessoal de pôr sua cabeça à prêmio ou de

⁴²¹ AULARD, F. -A. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l’histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 2, 1891. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja02aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. 532.

⁴²² Ibid., p. 532.

⁴²³ Ibid., p. 533.

⁴²⁴ Ibid., p. 533. Tradução livre.

⁴²⁵ Era comum a denominação de *patriotas* àqueles que, genericamente, defendiam as mudanças tidas como necessárias para a França nesse contexto. Por essa razão, tomamos esse termo para nos referirmos aos momentos em que estão presentes discursos com esse caráter.

provar que é a deles que devem cair aos pés da nação, que eles traíram⁴²⁶. Este é um ponto importante, pois nesse momento em que se instala uma grande instabilidade política, torna-se ainda mais urgente apontar os agentes que possam, de alguma forma, ir contra os objetivos e as deliberações da Assembleia Nacional e, conseqüentemente, da pátria mãe.

Danton após o seu discurso nota a presença de alguns membros da Assembleia Nacional e, entre eles, o general La Fayette da guarda nacional⁴²⁷, que imediatamente é acusado de proteger a família real na fuga e ser simpático ao sistema de duas câmaras⁴²⁸, assunto frequentemente suscitado entre os membros e que causava discordâncias. Retomando a palavra, Danton espera que as decisões tomadas naquele espaço decidam sobre a sorte reino⁴²⁹, considerando, inclusive, que, aqueles que votam contra a Constituição, deixem de ser os representantes do povo e, assim, discursa para a assembleia com eloquência:

não tenhamos ilusões, senhores. A fuga do rei é apenas o resultado de um vasto complô. As inteligências e os primeiros funcionários públicos só foram capazes de conduzir a execução. E você, senhor La Fayette, você que ainda nos respondia recentemente como pessoa do rei, aparecer nesta assembleia [significa] que pagou a sua dívida? Você jurou que o rei não partiria. Ou você entregou a sua pátria, ou você é estúpido de ter obedecido a uma pessoa que você não podia ter obedecido. No caso mais favorável você se declarou incapaz de nos comandar. Mas eu quero acreditar que nós podemos apenas te reprovar dos erros. Se fosse verdade que a liberdade da nação francesa dependesse de um só homem, ela mereceria a escravidão e a abjeção. A França pode ser livre sem você. Seu poder pesa sobre oitenta e três departamentos. Sua reputação roubou de um polo a outro. Quer ser verdadeiramente grande? Mais uma vez se torne um simples cidadão, e não mais alimente a confiança de uma grande parte das pessoas.⁴³⁰

Ao final dessa reunião foi dado um importante passo para resolver os pedidos dos ânimos exaltados, o Clube elabora uma carta endereçada aos clubes afiliados, como uma resposta à fuga do rei e para fazer avançar a Revolução:

Irmãos e amigos,

O rei perdeu por sugestões criminais, afastou-se da Assembleia Nacional.

⁴²⁶ AULARD, F. -A. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l'histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 2, 1891. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja02aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. 533.

⁴²⁷ A Guarda Nacional é uma criação da Revolução. Nasceu do governo provisório instituído pela burguesia, conhecido como Comuna, com o intuito de conter as possíveis manifestações mais violentas da população, mas também tinha o objetivo de impedir quaisquer ações de Luís XVI contra a Assembleia Nacional Constituinte. Em outras palavras, a Guarda estava a serviço da Revolução.

⁴²⁸ Ver nota 315.

⁴²⁹ Ibid., p. 534.

⁴³⁰ Ibid., p. 535. Tradução livre.

Longe de serem abatidas por este evento, nossa coragem e a de nosso povo foram elevadas ao nível das circunstâncias.

Nenhum problema, nenhum movimento aleatório, somente acompanharam a impressão que nós sentimos. Uma firmeza calma e determinada nos deixa disponível para todas as nossas forças. Eles são consagradas à defesa de uma causa justa: elas serão vitoriosas.

Todas as divisões são esquecidas; todos os patriotas estão reunidos.

A *Assemblée nacional* é o nosso guia; a *Constituição* é o nosso grito de guerra.⁴³¹

A circulação de discursos inflamados nos jornais se tornou uma preocupação para os representantes da Guarda Nacional, que foi acusada por um membro do Clube dos jacobinos na reunião do dia 22 de junho de ter tido o seu exemplar do *L'Orateur du Peuple* retirado pelos guardas e ser levado ao comitê da seção, onde lhe disseram que aquele jornal

vomita horrores contra o sr. La Fayette; ele engaja os cidadãos a massacrarem a guarda nacional – Se assim for, eu disse, é muito violento; ele está errado. – Bem, Senhor, assine o repúdio de tudo o que contém o *L'Orateur du Peuple*. Eu lhes disse que não podia assinar tal repúdio, e que ao exigir-me tal coisa eles desonravam o sr. La Fayette. Eles me exigiram que eu declarasse que eu não acreditava que o sr. La Fayette traiu a nação. Eu lhes respondi que, não havendo nenhuma prova que o sr. Lafayette traiu a nação, eu não podia aceitar tal ideia, que ela seria muito terrível.⁴³²

Percebemos que havia um incômodo geral em torno da Guarda Nacional que, aos olhos dos jacobinos, teria facilitado, sob o comando de La Fayette, a fuga do rei e isso significava uma forma de traição. No entanto, logo foi levantada a possibilidade de que La Fayette tivesse o seu direito de resposta e justificativa sobre o ocorrido, mostrando que nem todos estavam convencidos de que os fatos decorreram daquela forma. Por outro lado, a ofensiva contra as publicações incendiárias por parte da Guarda Nacional é uma das tentativas de abafar os ânimos e evitar a sua evolução contra o rei, no entanto, era tarde: a discussão sobre a “destruição da monarquia”⁴³³, iniciada com o cordeliers, já circulava entre os membros do Clube, mas foi um tema que desde o momento em que foi incitada dividiu opiniões. Alguns membros como Botidoux acreditavam que era uma questão fora de cogitação, pois a monarquia estava na constituição⁴³⁴, ou como Gorguereau, que via tal

⁴³¹ AULARD, F. -A. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l'histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 2, 1891. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja02aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. 538. Tradução livre.

⁴³² Ibid., p. 541.

⁴³³ Ibid., p. 541.

⁴³⁴ Ibid., p. 541.

proposta como uma vilania, uma perfídia⁴³⁵. A mesma divisão de opiniões sobre o caso de La Fayette estar envolvido, já que ele tinha os seus partidários e os seus detratores⁴³⁶, dividia os deputados quanto aos rumos a serem tomados naquele momento.

A grande questão que persiste é: qual será a conduta da Assembleia Nacional sobre o retorno do rei? Deveria derrubar a monarquia? Ou se a França continuar tendo um rei, é preciso que se diga em quais condições ele deve continuar governando, postura que dirá a todas as nações qual é a ordem desejada pelos franceses. Na espacialidade do Clube, por sua vez, o passar dos dias anunciava um calor ainda maior quanto à defesa de que a presença do rei era nociva para a liberdade do reino. O rei da França, diz Danton na tribuna, “depois de ter jurado manter a constituição, fugiu, e ouço dizer que ele não foi privado de sua coroa”⁴³⁷ e propõe:

a Assembleia Nacional deve implantar todas as suas forças para sustentar sua segurança. É necessário, então, que ela lhe apresente seu escrito. Se se admite, é claro, é que ele [o rei] é um criminoso, a menos que se considere um tolo. Seria uma visão terrível de apresentar a todos se, tendo a capacidade de encontrar ou um rei criminoso ou um rei imbecil, nós não escolhemos essa última solução. O indivíduo real não pode ser rei, posto que ele é imbecil, e não é necessário um regente, e sim um conselho para a interdição; esse conselho não pode vir do corpo legislativo. É necessário que os departamentos se reúnam e cada um escolha um eleitor, que em seguida nomeia dez ou doze membros que deverão compor esse conselho, e que serão trocados, como os membros da legislatura, a cada dois anos.⁴³⁸

Nenhuma decisão é tomada acerca da proposição de Danton, mas ela nos revela que há uma abertura para outras propostas de governo como alternativa à monarquia, embora essas propostas que partem de certos membros estejam mais no plano das considerações ideais, já que a adesão entre os jacobinos ainda é, nesse momento, pontual. A reunião extraordinária do dia 25 de junho, que tem como ordem do dia a prisão do rei, traz, ao final da ata o registro de que diversos oradores ocuparam a tribuna e “todos [os oradores daquele dia] concluem que o rei é culpado”⁴³⁹.

Percebemos também o movimento de alguns membros que pedem pela condecoração de Bouillé e Guillaume, entre outros guardas que participaram da prisão do rei em Varennes

⁴³⁵ AULARD, F. -A. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l’histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 2, 1891. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja02aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. 541.

⁴³⁶ Ibid., p. 543.

⁴³⁷ Ibid., p. 546.

⁴³⁸ Ibid., p. 546.

⁴³⁹ Ibid., p. 550.

como um ato patriótico, essa condecoração passa por algumas sessões, nas quais é discutido sobre qual será a forma de homenageá-los. Embora seja um ato simbólico e não tão urgente para o momento, o reconhecimento dos nomes que fizeram a recondução do rei é uma forma de agradecimento pelo serviço prestado a favor da nação e de mostrar publicamente, como um exemplo, a ação honrável de tais homens.

A fuga terá uma repercussão emotiva: o sentimento que percebemos através das atas das reuniões jacobinas é de uma França órfã e a seguinte dúvida: qual partido ela vai tomar? A reverberação da fuga do rei é por todo o reino, as sociedades políticas de diversos departamentos afiliadas à de Paris fazem questão de manifestar sua inquietação quanto aos rumos da política nacional, apesar disso, a falta de uma atitude prática imediata quanto ao que fazer com o rei é uma demonstração de que as forças estavam divididas a ponto de não haver uma resolução. Há, portanto, algumas questões desencadeadas desse momento reflexivo no decorrer das reuniões, como a discussão sobre inviolabilidade da figura do rei, uma pauta importante levantada pelo sr. Girey-Dupré da seguinte maneira:

pode-se punir um rei por perjúrio, e deve-se fazê-lo. Declarando esse rei inviolável, a Assembleia nacional apenas “disse que ele não era responsável dos atos do governo”. Mas ele não é inviolável no caso de suas ações individuais, nem de suas ações privadas. Inviolabilidade não quer dizer “impunibilidade”. Podemos punir o rei. Nós devemos também, se queremos conservar a constituição, o que ele não quer.⁴⁴⁰

Este assunto suscitado nas tribunas do clube jacobino vai instigar muitas opiniões favoráveis à de Dupré, como o sr. Anthoine que diz que Luís XVI se mostrou “perjuro, pérfido, cruel e covarde”⁴⁴¹, por isso, a destituição do trono é “a pena mais doce para todo funcionário que abandona seu posto”⁴⁴². Ao partir, o rei “declarou guerra à constituição. Ele perdeu todo o direito à nossa confiança”⁴⁴³. Seria necessário, acrescenta Anthoine “para ter controle sobre ele, lhe guardar sempre como prisioneiro, e ‘um prisioneiro, não pode ser chefe de poder executivo de uma grande império’”⁴⁴⁴. Anthoine também fala sobre uma coalisão “muito evidente”⁴⁴⁵ entre os nobres e os militares, assunto que provoca Charles Lameth, soldado, que responde na tribuna contra as acusações de Anthoine. Esses jogos provocativos

⁴⁴⁰ AULARD, F. -A. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l’histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 2, 1891. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja02aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. 565.

⁴⁴¹ Ibid., p. 566.

⁴⁴² Ibid., p. 566.

⁴⁴³ Ibid., p. 566.

⁴⁴⁴ Ibid., p. 566.

⁴⁴⁵ Ibid., p. 567.

nos quais algum deputado acusa o outro é bastante comum, sobretudo porque trata-se de um momento bastante delicado, e os ânimos estão exaltados. Se a busca por qualquer indício de conspiração era um hábito recorrente na espacialidade do Clube antes do episódio de Varennes, nesse momento, essa postura ganha uma dimensão ainda mais intensa.

Sobre o futuro do reino os deputados são guiados pela constituição, que prevê para a França um Estado monárquico, e por isso não têm certeza se outra forma de governo é melhor, além disso, a outra questão que permanece é: de que maneira o crime que o rei cometeu deve ser tratado? São duas questões distintas que ainda permanecem obscuras suas soluções. Alguns membros sugerem que o filho do rei assuma o trono por sucessão natural da monarquia, no entanto, pelo fato da minoridade do delfim para fins de execução das leis, seria necessário ou um regente, ou um comitê de regência⁴⁴⁶. Em 28 de junho a Assembleia decide confeccionar uma lista de indicações de nomes de figuras que pareciam apropriadas para cumprir a função de governadores do filho de Luís XVI no caso da sucessão do trono. Tal lista foi lida no dia 2 de julho e contava com 91 nomes e, assim, foi fixada a data de 30 de julho para ser, finalmente, votada⁴⁴⁷.

3.3 A CISÃO

Por mais que a fuga tenha sido prevista, seja pela esperança, seja pelo temor, tenha acontecido de acordo com as profecias, a Assembleia está longe de conseguir reconstituí-la: a incerteza em que estão os deputados sobre a estrada seguida, sobre as bifurcações que podem a qualquer momento interrompê-la, sobre o objetivo dos fugitivos e mais ainda sobre o resultado da fuga não permite ligar a fuga a seus preparativos nem reduzir sua inquietante estranheza. O episódio ilumina o passado em retrospecto, mas não se pode deduzi-lo do passado.⁴⁴⁸

A historiadora Mona Ozouf aponta duas maneiras de considerar o impulso republicano na época da descoberta da fuga: de um lado há a compreensão que destaca os sinais percebidos ao longo do tempo, sobretudo ao longo do século XVIII com o Iluminismo e a experiência da Revolução Americana, e a outra que põe “em plena luz a violenta e irredutível

⁴⁴⁶ AULARD, F. -A. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l’histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 2, 1891. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja02aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. 570.

⁴⁴⁷ Ibid., p. 576.

⁴⁴⁸ OZOUF, Mona. *Varennes*: a morte da realeza, 21 de junho de 1791. Tradução: Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 113-114.

distância criada pela fuga do rei: haverá um antes e um depois”⁴⁴⁹. O fato é que Varennes “estoura uma corrente afetiva, intelectual, política e permite que a palavra e a ideia de república, muito tempo enterradas, façam no palco francês uma aparição inesperada e fulgurante, embora breve”⁴⁵⁰. Percebemos, portanto, que o episódio de junho vai gerar um campo propício para que as ideias republicanas, que “até o verão de 1791, não se notavam republicanos na França, apenas em alguns salões”⁴⁵¹ – exceto alguns nomes conhecidamente mais radicais como Camille Desmoulins – ganhe mais adeptos e passe a circular entre os homens da política.

Na sessão do dia 6 de julho é lida uma correspondência vinda da Sociedade afiliada de Perpignan que diz o seguinte:

passamos de rei, e nós teremos que temer um perigo a menos da parte de um homem inimigo, no seu lugar, de nossa constituição, e a quem demos para a combatê-la trinta milhões de renda por ano. Pois, convenhamos, vocês tiveram uma ideia um pouco filosófica dando-nos um rei rico. Como surge a oportunidade, vamos nos livrar deste fardo, façamos da França um república...⁴⁵²

Essa carta tem um efeito imediato na reunião: inúmeras vozes pedem a palavra para discursar e, percebemos, a mensagem de Perpignan não é bem aceita. Pelo contrário, alguns a chamam de um “escrito inconstitucional”⁴⁵³, e outros pedem que a Sociedade seja afastada. O sentido de “república” levantado nos discursos tanto dos membros que são favoráveis, quanto dos que se opõem e ela é muito menos prático – ou seja, não se sabe quais os caminhos ou como será dada, de fato, a República – do que uma vaga ideia que nesse momento passa a ser cogitada no cotidiano político. Ainda assim, mesmo que no campo das ideias, a República para alguns é vista como uma anarquia e uma farsa⁴⁵⁴. Brissot, por sua vez, faz um discurso longo e emocionado na tribuna jacobina em defesa do impulso republicano tentando esclarecer o que essa palavra tão abominada realmente significava ao seus olhos:

o que querem aqueles que se elevam aqui contra os republicanos?

⁴⁴⁹ OZOUF, Mona. *Varennes*: a morte da realeza, 21 de junho de 1791. Tradução: Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 174.

⁴⁵⁰ Ibid., p. 174.

⁴⁵¹ Ibid., p. 180.

⁴⁵² AULARD, F. -A. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l’histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 2, 1891. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja02aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. 587.

⁴⁵³ Ibid., p. 588.

⁴⁵⁴ Ibid., p. 598.

Temendo a anarquia, vendo as assembleias tumultuosas, eles temem, eles detestam os democratas de Atenas e de Roma; eles temem a divisão da França em repúblicas federadas; eles só querem a constituição francesa, a constituição representativa: eles estão certos.

O que querem, de sua parte, aqueles que chamamos de republicanos? Eles temem, eles rejeitam igualmente os democratas tumultuosos de Atenas e de Roma; eles temem igualmente as oitenta e três repúblicas federadas; eles querem apenas a constituição representativa homogênea da França inteira... Nós estamos todos de acordo, nós queremos todos a constituição francesa.

A única questão que nos divide aparentemente se resume a isto: o chefe do poder executivo traiu seus juramentos, perdeu a confiança da nação; não devemos, se o reestabelecemos ou se o substituímos por uma criança, lhes investir de um conselho executivo que inspira a confiança, se necessário nesses momentos de conflitos?

Os patriotas dizem sim; aqueles que querem ter ou um rei desprezado ou seu fraco sucessor dizem não e gritam ao republicanismo, a fim de não clamarmos contra eles a lista civil⁴⁵⁵. Vejam, Senhores, todo o mistério, vejam a chave desta acusação ridícula de republicanismo. Então está aqui um combate entre os princípios e uma ambição escondida, entre os amigos da constituição e os amigos da lista civil.

Mas, antes de discutir qual modo de substituição é melhor, é indispensável examinar se o rei será julgado, pois, se ele não for, a segunda discussão se torna inútil.⁴⁵⁶

Os dizeres de Brissot são bastante elucidativos e mostram uma coerência importante para esse momento no qual as discussões estão dispersas sobre a ordem do dia. A ânsia de pensar qual será o modelo político possível para a situação política da França faz com que o foco sobre a punição contra a pessoa física de Luís XVI, que não está revestida pela mesma inviolabilidade da figura do soberano, seja deixada para segundo plano, como é bem pontuado por Brissot. Para o deputado, Luís XVI pode ser tão imperfeito como qualquer outro homem, “o bom senso não quer que um homem seja declarado impecável, posto que ele é um homem, e que ele não seja declarado impune quando o Céu não se faz impecável”⁴⁵⁷. Além disso, ressalta que:

a declaração dos direitos deseja que todos os cidadãos sejam iguais perante a lei. Ou, essa igualdade não existe mais no momento em que um homem está acima da lei, e a declaração dos direitos se esvazia gradualmente em todos os artigos do momento em que temos a audácia de pisá-la.

A soberania da nação não reconhece ninguém acima dela. Ou, se um homem tem o privilégio de conspirar contra a nação sem poder ser punido, está claro que esse privilegiado é o soberano, e que a nação é seu escravo.⁴⁵⁸

⁴⁵⁵ A lista de nomes sugeridos na Assembleia para comporem o cargo de governador do sucessor do trono.

⁴⁵⁶ OZOUF, Mona. *Varennes*: a morte da realeza, 21 de junho de 1791. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 609-610.

⁴⁵⁷ Ibid., p. 611.

⁴⁵⁸ Ibid., p. 611.

No tocante à constituição, Brissot também faz suas reflexões coerentes:

A constituição diz: a nação, a lei e o rei; os partidários da inviolabilidade colocam o rei à frente, e não ao lado, mas acima, e então a nação e a lei. Assim, admitem a inviolabilidade absoluta, e é necessário mudar essa boa ordem de elementos políticos que vocês cobrem de glória aos olhos de todos. A liberdade de fazer conhecer o que limita os direitos do outro. Ou, o momento onde um indivíduo tem o privilégio de atravessar todos os limites contra os outros, e de impedir que alguém os atravesse, está claro que não há mais liberdade nem justiça, pois liberdade e justiça supõem reciprocidade de direitos e deveres. Ou, aqui os direitos estão todos de um lado, e os deveres de outro.

Mas, se a inviolabilidade do rei transforma o bom senso, a declaração dos direitos, a soberania da nação, a constituição, a liberdade, é evidente que ele não pode estar na nossa constituição; é evidente que aqueles que a defendem são inimigos do povo, da constituição e da liberdade; é evidente que, se seu sistema admitiu, ele transformou todas essas bases: pois, em matéria de constituição, um mal sempre leva a outros dez, que pegam carona com o primeiro.⁴⁵⁹

O silêncio sobre as responsabilidades da Assembleia Nacional inquietavam aqueles que pediam veementemente por uma ação, afinal, quase um mês depois da fuga do rei pouco ou quase nada foi decidido pela sua condenação. O panorama geral do Clube dos Jacobinos é de uma divisão de opiniões cada vez maior que se intensifica a cada discurso proferido, a cada correspondência trocada entre as Sociedades, a cada publicação em jornal, a cada reflexão sobre o que a constituição prevê, ou sobre rumos possíveis da política nacional. Não cabia fingir que nada havia acontecido e isso perturbava profundamente o espírito dos deputados que, aos poucos, delineavam o seu posicionamento mais “radical” no sentido de cobrar providências e punição pelo ocorrido. O rei não podia sair ileso, pois isso não seria um bom exemplo interno, nem mesmo um bom exemplo para as relações diplomáticas mantidas com outros países.

No entanto, entre os dias 15 e 16 de julho de 1791, a Assembleia Nacional emite dois decretos que, implicitamente, decidem sobre dois assuntos: o rei é inocentado e não deveria ser responsabilizado, e, contrariando as tentativas de condecoração de Bouillé pela prisão do rei, o general é acusado, junto com outros companheiros, de alta traição. Essa decisão repercute de uma forma pouco favorável entre os jacobinos. A sessão do dia 15 de julho será

⁴⁵⁹ AULARD, F. -A. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l’histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 2, 1891. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja02aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. 611-612.

marcada por diversos discursos que pedem por uma petição⁴⁶⁰ contendo a opinião da Sociedade sobre a decisão da Assembleia e que essa petição seja propagada para todas as demais sociedades fraternas, para que elas estejam cientes de que o assunto sobre a punição *versus* a inviolabilidade do rei não teve uma resolução satisfatória, e acabou sendo silenciado pelo decreto da Assembleia. Nessa mesma reunião, o sr. Laclos avisa que há um grupo de “quatro mil cidadãos vindos do Palácio Real na Sociedade”⁴⁶¹ e seu orador “anuncia a intenção desses cidadãos irem amanhã ao Campo de Marte jurar jamais reconhecer Luís XVI por seu rei e pede que a Sociedade se junte a eles, seja em corpo, seja por uma delegação”⁴⁶².

Após uma longa discussão, fica decidido que amanhã, às onze horas, a Sociedade se reunirá para entender a leitura dessa petição, para a redação da qual nomeamos os comissários [entre os cinco nomeados estão Brissot e Danton]; que essa petição será levada em seguida ao Campo de Marte, para a assinatura de todos os cidadãos que queiram se apresentar; que faremos milhares de cópias literais dessa petição, que serão enviadas a todas as Sociedades patrióticas do reino, para serem enviadas à Sociedade munidas cada uma de cem assinaturas, e serem na sequência apresentadas à Assembleia nacional.⁴⁶³

Embora alguns membros, entre eles Robespierre, tenham feito observações quanto à efetividade da petição sobre um assunto que já havia sido decidido pela Assembleia, ela foi escrita e seria lida por Danton na tarde de 16 de julho no Campo de Marte. O resultado daquele movimento de sublevação das 4 mil pessoas na noite de 15 de julho no Clube dos Jacobinos foi o que, aparentemente, engendrou todo o drama consequente: a petição⁴⁶⁴ escrita pelos comissários apresentava em um tom “duro” a insatisfação do silêncio que a Assembleia causou com os decretos de todas as discussões que ocuparam a tribuna dos jacobinos por longas sessões. Os signatários dessa petição não sabiam, mas ela teve uma força espetacular na direção contrária de angariar apoio, levando à surpresa de uma cisão política no Clube dos Jacobinos.

Naquele momento parecia tão difícil aceitar os termos da petição que o texto logo causou duas fissuras. A primeira, na mesma manhã, entre os jacobinos,

⁴⁶⁰ AULARD, F. -A. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l’histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 3, p. 1-231, 1892. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja03aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. 19.

⁴⁶¹ AULARD, F. -A. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l’histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 3, p. 1-231, 1892. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja03aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. 19.

⁴⁶² Ibid., p. 19.

⁴⁶³ Ibid., p. 19.

⁴⁶⁴ Ver anexo C, p. 157.

por causa da palavra “substituição”, que parece implicar a destituição do rei fugitivo: o uso do termo bastou para indignar os deputados moderados, que se recusaram a dedicar mais atenção a essa linguagem ilegal, bateram a porta e foram se instalar perto do Manège, no convento dos Feuillants. A segunda, de tarde, por causa do suposto apelo à regência. Ao ouvirem Danton ler o texto no Campo de Marte – ali estão cerca de quatrocentas pessoas –, os membros das sociedades populares pressentem “a elevação de uma criança ao trono e a regência de um ambicioso”, como escreve a sra. Roland. Vão se informar com os jacobinos, mas nesse dia de deserção para os Feuillants o convento está vazio. Mais tarde, à noite, quando ali se reúnem de novo os sobreviventes da sociedade jacobina depauperada, eles discutem a frase a suprimir. Por mais que Robespierre salpicasse sua intervenção de palavras agressivas contra os deputados – a seu ver, eles perderam o atributo de verdadeiros representantes do povo – e encerrasse seu discurso com os protestos costumeiros de sacrifício à pátria, ele não está, longe disso, decidido a passar à ação. Depois de discussões muito confusas e de um novo decreto da Assembleia na noite de 16, os jacobinos anularão a petição, que, inversamente, os Cordeliers manterão. Nesse rompimento reside, como se verá, o drama de 17 de julho.⁴⁶⁵

Estava consumado: em 16 de julho os “moderados” se separaram dos jacobinos fundando um novo clube no convento que lhe emprestou o nome: o *Clube dos Feuillants*, liderado por quase todos os deputados que antes tinham pertencido aos primeiros, como Barnave, Duport, os irmãos Lameth e, também, La Fayette. Essa cisão soou como uma surpresa entre os remanescentes jacobinos, entre eles Robespierre, que estavam investidos de uma vontade prática de fazer avançar as resoluções dos problemas já conhecidos e exaustivamente debatidos, mas acreditaram ser melhor interromper o plano, no entanto, os cordeliers, por sua vez, ignoraram a contraordem jacobina e “seguiram com os preparativos de apresentar a petição antimonárquica”⁴⁶⁶.

No dia seguinte, 17 de julho, a municipalidade foi avisada do plano dos peticionários e então a Guarda Nacional – comandada novamente por La Fayette – conseguiu se organizar para comparecer ao que seria um “desfile gigantesco”⁴⁶⁷, mas que não obteve tamanha amplitude e parecia haver um acordo implícito, pois a calma reinava enquanto a aglomeração se colocava em fila para assinar a petição, no entanto, nessa movimentação, como Munro Price e a imagem abaixo descrevem o desenrolar dos fatos:

foram descobertos um cabelereiro e um aleijado com perna de pau escondidos sob o altar. Provavelmente tinham se posto aí para olhar as saias

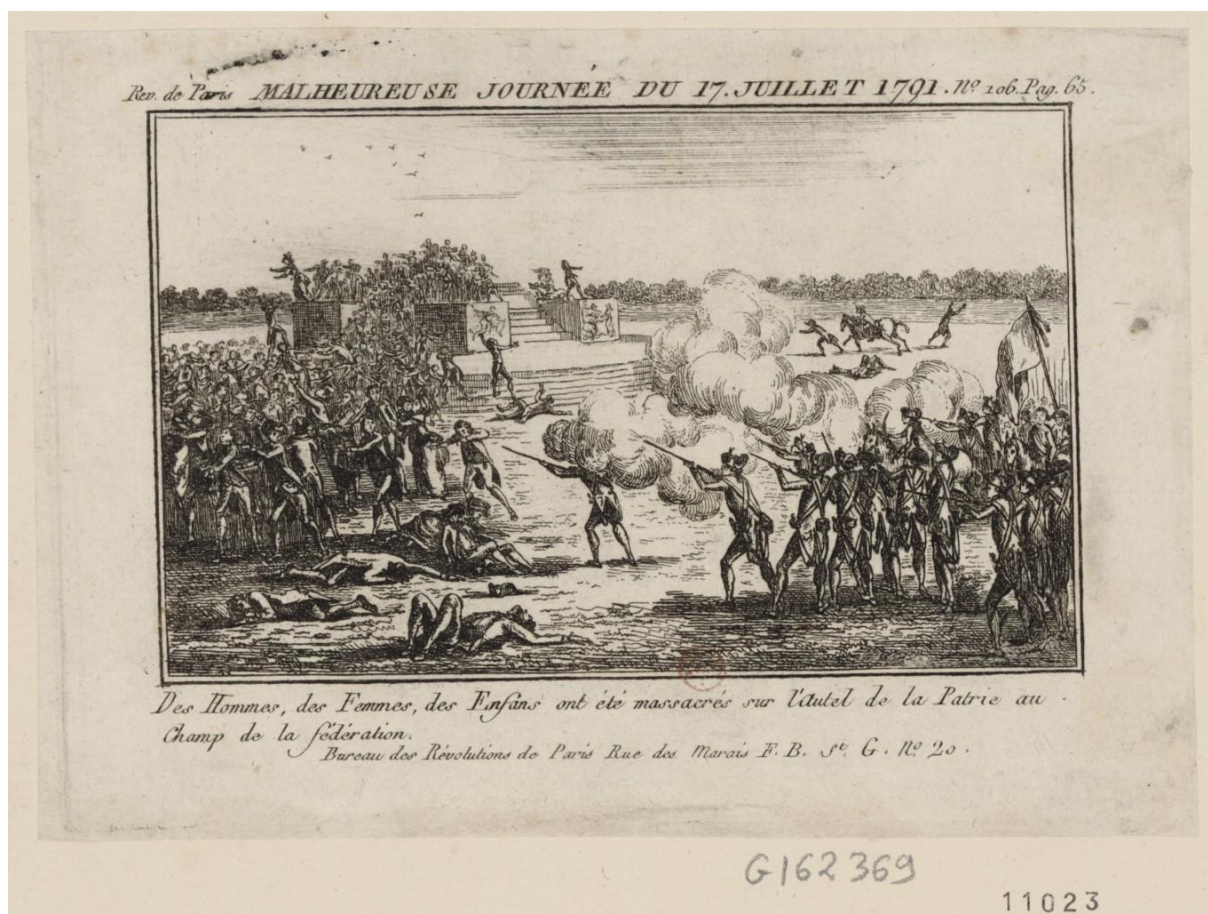
⁴⁶⁵ OZOUF, Mona. *Varennes: a morte da realeza*, 21 de junho de 1791. Tradução: Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 206-207.

⁴⁶⁶ PRICE, Munro. *A queda da monarquia francesa: Luís XVI, Maria Antonieta e o barão de Broteuil*. Trad. Julio Castañón. Rio de Janeiro: Record, 2007, p. 228.

⁴⁶⁷ OZOUF, op. cit., p. 211.

das mulheres enquanto estas se aproximavam, mas imediatamente se supôs que fossem espiões contra-revolucionários, tendo então sido linchados. No Hôtel de Ville, essa notícia por fim forçou os moderados a agir. Como prefeito da cidade, Bailly declarou a lei marcial e enviou La Fayette à frente da Guarda Nacional para dissolver a multidão. Os soldados chegaram ao Champ-de-Mars com a bandeira vermelha da advertência, e o general pediu à multidão que se dispersasse. Esta não se dispersou, mas, ao contrário, respondeu com gritos de desafio e uma chuva de pedras. La Fayette deu ordem para que atirasse; cinquenta pessoas foram mortas e o restante fugiu. Ao “massacre do Champ-de-Mars” seguiu-se uma onda de prisões de radicais destacados, e os que escaparam prudentemente se esconderam. Era uma cruel ironia – a única ofensiva militar contra o povo de Paris durante toda a Revolução fora obra não dos soldados do rei, mas dos próprios revolucionários.⁴⁶⁸

Figura 7 – Massacre do Campo de Marte em 17 de julho de 1791



Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Fonte: Gallica – Bibliothèque Nationale de France⁴⁶⁹

⁴⁶⁸ PRICE, Munro. *A queda da monarquia francesa*: Luís XVI, Maria Antonieta e o barão de Broteuil. Trad. Julio Castañon. Rio de Janeiro: Record, 2007, p. 228-229.

⁴⁶⁹ Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8411410d.r=massacre%20du%20champs%20de%20mars?rk=21459;2>>. Acesso em: 21 jul 2017.

O episódio do massacre do Campo de Marte marcou profundamente os acontecimentos da Revolução e é retratado com pesar nas reuniões dos jacobinos após o 17 de julho. Ele é a coroação de uma sucessão de fatos infelizes desde a fuga do rei e mostra o despreparo dos conservadores em lidar com todo os debates sobre a liberdade em voga desde 1789. Os partidários do rei não souberam como conduzir a manifestação pública de indignação contra o status quo da França naquele momento que, através da resposta da Assembleia Nacional, havia acabado de silenciar os esforços de responsabilizar o primeiro funcionário público que, afinal, deixara para trás todo o seu povo quando decidiu embarcar na *berline* rumo a Montmédy na tentativa de salvar a si próprio e não coexistir com o espírito que emanava dos círculos de discussão política da época.

Por esse ponto de vista, a cisão, como pudemos consultar nas atas do Clube dos Jacobinos – pode ser compreendida pelo menos de duas maneiras: primeiro, como uma ruptura gradual ocasionada pela divisão de opiniões entre os jacobinos e a crescente insatisfação pelos impulsos republicanos (mesmo que no campo das ideias apenas) que alguns membros vinham apresentando na tribuna e isso se tornou mais claro após a fuga do rei. Segundo, como uma ruptura, de fato, abrupta, pois não houve um longo processo de discussão e argumentação – como usualmente acontecia na espacialidade do Clube – sobre a possibilidade de uma divisão dos moderados, ou algo que anunciasse essa cisão como um fato iminente.

No entanto, logo após a cisão, os jacobinos não têm como certos os motivos de tal ruptura. É levantado como suspeita o fato daqueles cidadãos que tomaram a reunião dos jacobinos dias antes solicitando a petição que foi levada a diante e isso, na visão de alguns membros contrários, foi entendido como um ato isolado, ou seja, aqueles cidadãos não poderiam falar em nome de toda a sociedade. Nas reuniões que sucedem à cisão formalizada, os jacobinos tentam pensar em uma forma de resposta às demais sociedades e também à Assembleia. Algumas propostas surgem, mas Robespierre e Petion acreditam que a melhor forma de trazer de volta os membros que são verdadeiramente patriotas não é enviar uma delegação à sociedade adversária, mas sim mostrar que eles sustentam os mesmos princípios de sempre⁴⁷⁰ e, então, em 25 de julho os remanescentes jacobinos inscrevem seu nome em um registro dizendo que se mantêm unidos à Sociedade-mãe e da mesma forma ocorre com as

⁴⁷⁰ AULARD, F. -A. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l'histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 3, p. 1-231, 1892. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja03aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. 36.

outras sociedades filiadas que confirmam seu apoio. “Eis a divisão bem estabelecida”⁴⁷¹ que agora põe de um lado os jacobinos e de outro os *feuillants* e anuncia a necessidade de separar o joio do trigo nos outros espaços de decisão política, em especial a Assembleia Nacional.

Mona Ozouf aponta:

os que se enfrentaram em julho e agosto de 1791 nada esqueceram dos acontecimentos intempestivos que pontuaram e abalaram os dois anos anteriores, e o último em data, o de Varennes, apenas lhes avivara a sensação de terem sido conduzidos pela Revolução em vez de a conduzirem. [...] Se a Revolução, que foi vivida como o aparelhamento matinal para um mundo novo, reencontra seu velho sentido astronômico, se toda partida convoca um retorno, e todo movimento uma reação, então não é mais possível, a partir de uma situação revolucionária, elaborar uma Constituição. [...] Agora, a distinção entre o Estado revolucionário e o Estado constitucional se tornou, para os *Feuillants*, uma convicção e um desejo. A convicção é de que existe entre as duas situações uma incompatibilidade tão categórica que a passagem de uma para outra altera radicalmente o jogo político e social.⁴⁷²

A discussão trazida por Ozouf põe na linha de frente um dilema a ser enfrentado pelos revolucionários nesse contexto de crise no qual o rei passa a ser questionado, afinal,

não é mais com o rei de 1789 que os constituintes deviam contar, aquele que tinham trazido de Versalhes em outubro e cuja presença em Paris todos então, e o próprio Marat, esperavam que mudasse o rumo das coisas: um recurso, um talismã. O rei de Varennes, como escreverá Lamartine, é um rei “anistiado”, em quem a Europa vê apenas “um fugitivo do trono trazido de volta para seu suplício; o povo, apenas um traidor; e a Revolução, apenas um brinquedo”. A esse rei que não ousaram destronar, que reconduziram oficialmente ao comando dos exércitos quando ele tendia a desejar sua derrota, a Constituinte, segundo Quinet, terá na verdade legado o cadafalso. Ela imaginou uma Constituição monarquista “para um rei a quem era impossível aceitá-la de outra forma senão como uma coroa de espinhos. Ele curvou a cabeça, mas prometeu a si mesmo soerguê-la e rejeitar esse diadema assim que fosse o mais forte”⁴⁷³.

Para Munro Prince, após a cisão dos jacobinos e o massacre do Campo de Marte, a situação se estabilizou e, ainda, melhorou em termos de se definir com mais precisão os lados das forças políticas. Essa definição favoreceu a conciliação entre a Corte e os moderados, em especial uma proximidade da rainha Maria Antonieta com Barnave que compunha o Triunvirato formado além deste por Lameth e Duport e com quem trocava correspondências.

⁴⁷¹ OZOUF, Mona. *Varennes*: a morte da realeza, 21 de junho de 1791. Tradução: Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 211.

⁴⁷² Ibid., p. 229-230.

⁴⁷³ Ibid., p. 235-236.

A proposta dos Feuillants em frear os radicais e restaurar a estabilidade seria da seguinte maneira:

o rei deveria aceitar a constituição, adequadamente revista de modo a dar mais poder ao Executivo, quando lhe fosse apresentada dentro de poucos meses. Na frente diplomática, a rainha usaria toda sua influência sobre o imperador para persuadi-lo a reconhecer a constituição, estabelecendo assim uma nova base, mais duradoura, para a aliança franco-austriaca. Os príncipes e os *émigrés* também deveriam ser incentivados a retornar. Com essas duas medidas em particular, a Europa e Revolução estariam conciliadas.⁴⁷⁴

Mais uma vez, um novo jogo de forças se impõe nos meios de discussão política. A Barnave caberia a intervenção pedagógica⁴⁷⁵ de conseguir o voto sobre o procedimento da revisão do texto constitucional que garantiria que os eleitores abrangidos pela nova constituição se concentrariam na “classe média”, pois só ela “reúne as condições necessárias para operar boas escolhas: conhecimento, interesse pela coisa pública, ligação com as conquistas de 1789, independência da fortuna, gosto pela ordem”⁴⁷⁶.

Como consequência imediata da ruptura dos jacobinos está, primordialmente, a delineação política formalizada nas tribunas da Assembleia Nacional que dividia os deputados em grupos distintos de acordo com as novas propostas para a Constituição cujo texto final ficaria pronto em 3 de setembro e sancionado em 13 de setembro de 1791.

Entre os abundantes episódios da Revolução, a fuga real, como observou Aulard, foi desses que mais vivamente impressionaram as imaginações e sacudiram o reino em suas profundezas. Até hoje isso é verdade. A fronteira para a qual Luís XVI se dirigiu continua a ter força simbólica, com tudo o que evoca de ameaçadoras presenças estrangeiras; e tanto mais que foi revivida no correr da história por outros reis além de Luís XVI, eles também em fuga pelas estradas francesas. A fortuna romanesca, teatral e cinematográfica do episódio também muito contribuiu para inscrever Varennes no álbum de família dos franceses. E, como se a maioria se agarra mais facilmente aos lugares dos que às datas, o caminho de Varennes deu asas à imaginação: aldeias desertadas por tropas esperadas, mas cheias de camponeses à espreita; cidades sonolentas onde às vezes se levanta uma cortina desconfiada naquela berlinda que faz vibrar o calçamento; o pobre quarto do vendedor de velas; a ponte barrada por carruagens com os timões levantados; e sobretudo o arco fatal da detenção, “cilada sinistra, onde a nobreza outrora pegava os povos, e onde por uma estranha reviravolta o povo devia pegar um dia toda a monarquia”, escreveu Lamartine.⁴⁷⁷

⁴⁷⁴ PRICE, Munro. *A queda da monarquia francesa*: Luís XVI, Maria Antonieta e o barão de Broteuil. Trad. Julio Castañón. Rio de Janeiro: Record, 2007, p. 230.

⁴⁷⁵ OZOUF, Mona. *Varennes*: a morte da realeza, 21 de junho de 1791. Tradução: Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 243.

⁴⁷⁶ Ibid., p. 237.

⁴⁷⁷ Ibid., p. 275.

Visto por um panorama geral, a cisão é, portanto, uma somatória de divisões internas. Ainda que alguns nomes defendam abertamente a República, não está claro nas atas de que forma ela seria implantada, por isso são especulações que intrigam os defensores do rei, aqueles que possivelmente acreditam que Luís XVI tenha sido mais uma vítima do que propriamente o mentor do plano de fuga, ou mesmo aqueles que defendem que o rei seja responsabilizado, mas não se convencem de que a República seja o caminho a ser tomado. Mas, o resultado da disputa do jogo das duas forças é: de um lado, os *feuillants*, os “moderados”, os partidários de Luís XVI que decidem se separar e, do outro, os “jacobinos”, ou seja, os remanescentes do Clube que permanecem ainda naquela espacialidade defendendo que o rei seja punido pela sua traição, mas que não necessariamente defendem a República. E, assim, a Revolução Francesa segue seus passos por mais longos anos: as tensões, as divisões de opinião ainda ocuparão a tribuna das sociedades políticas e da Assembleia Nacional e a França passará, finalmente, pela experiência republicana que virá com a abolição da monarquia e a inauguração do ano I da República somente em 21 de setembro de 1792.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar o exercício político cotidiano de uma sociedade de pensamento, como um elemento constituidor e transformador da cultura de um determinado povo, se revela um ponto crucial e incontornável para a entendermos, ou ao menos chegarmos mais próximos ao que um grupo pensava politicamente. Nesse sentido, para compreendermos os andamentos internos da conjuntura que propiciou os planos de fuga da família real, destacamos que o grupo de grande notoriedade desse momento, os jacobinos, poderiam ser melhor explorados sob o enfoque das atas produzidas durante as reuniões do Clube por demonstrarem como os homens daquele tempo se organizavam politicamente, traçando estratégias, propondo resoluções, apontando seus inimigos e, assim, entender, de forma mais ampla, os processos que deram forma ao fenômeno da Revolução Francesa e que, conseqüentemente, motivaram a família real se distanciar da efervescência política.

Este é movimento que pudemos constatar através do *procès-verbal*, ou seja, das atas das reuniões dessa espacialidade cujos membros levavam com muita seriedade o sentido de *sociedade*, sem nos desligarmos, evidentemente, da produção historiográfica selecionada para este trabalho, que nos auxilia a compreender o fenômeno de uma forma mais ampla e com mais substância. Por se tratar de uma tipologia de fonte que podemos chamar de “institucional”, ou seja, que traz consigo uma espécie de “compromisso” em manter a veracidade no documento produzido e que sirva aos propósitos do seu lugar, ainda é imprescindível que a olhemos criticamente, cabendo à operação historiográfica⁴⁷⁸ uma interpretação cautelosa do discurso produzido em tais documentos.

Quando nos propusemos a pensar a *cisão do Clube dos Jacobinos de Paris*, essa questão parecia um grande “descobrimento”, do ponto de vista da surpresa, como se fosse uma ruptura inesperada. A cisão do Clube, que a princípio parecia uma mudança abrupta olhada de fora, em verdade, foi sendo delineada desde a formação do Clube dos Jacobinos nessa ebulição chamada Revolução Francesa. Ou seja, diante dos diferentes episódios que marcaram a primeira década revolucionária e que dividiram as opiniões políticas, a separação do Clube, se não inevitável, ao menos como algo muito próximo disso deve ser definida, sobretudo porque estava em curso um *fazer político* que era novidade também para aquelas

⁴⁷⁸ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

figuras mais experientes que ocuparam tanto a tribuna do clube jacobino, quanto as importantes cadeiras de deputados da Assembleia Nacional.

Indubitavelmente, a experiência nesse momento inaugurador da história francesa leva à formação de uma *nova classe política*⁴⁷⁹ como aponta Lynn Hunt sobre a identidade social dos revolucionários, que na historiografia foram reconhecidos pelo menos por duas visões antagônicas: de um lado, a tradição marxista com Albert Soboul e seus seguidores “salientavam as atividades organizadas e ideologicamente engajadas dos jacobinos e sans-culottes”⁴⁸⁰ descritos como

militantes empenhados que têm em comum determinada perspectiva social (o igualitarismo), porém são unidos mais fortemente, ainda que de modo temporário, por objetivos políticos comuns (isto é, defesa da República, crença na democracia ou hostilidade contra o Antigo Regime).⁴⁸¹

E, de outro, os revisionistas, que através da perspectiva de Alfred Cobban, acreditavam que a burguesia revolucionária “compunha-se de profissionais liberais e altos funcionários régios ‘decadentes’, e não de comerciantes capitalistas e manufatores ascendentes”⁴⁸². Entre as duas visões, a historiadora se pauta na ideia – profundamente estruturada em sua obra – de que a nova classe política foi definida “tanto por suas posições e relações culturais como por sua participação em grupos sociais definidos por ocupação”⁴⁸³. Ou seja, a nova classe política formada pelos deputados, em geral, eram daqueles que “assumiam cargos nacionais tendo já alguma bagagem política, cuja natureza, porém, foi mudando com o passar dos anos”⁴⁸⁴, sendo mais notável a presença de advogados, ou profissionais liberais, comerciantes locais, além dos representantes do Clero, como a lista do *Anexo A*⁴⁸⁵ já nos havia indicado, que foram ocupando organismos políticos como os conselhos municipais e até mesmo os comitês e comissões revolucionários.

Vista como um todo, portanto, a nova classe política não foi socialmente homogênea. Advogados dominaram a política nacional e regional, comerciantes, artesãos e lojistas destacaram-se nas cidades, e uma mistura de camponeses, artesãos e pequenos comerciantes governou os povoados. Entretanto, houve padrões significantes por trás dessa aparente diversidade.

⁴⁷⁹ HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 178.

⁴⁸⁰ Ibid., p. 178.

⁴⁸¹ Ibid., p. 178.

⁴⁸² Ibid., p. 178-179.

⁴⁸³ Ibid., p. 179.

⁴⁸⁴ Ibid., p. 181.

⁴⁸⁵ Ver p. 150.

O mais importante foi a ruptura social e política com o Antigo Regime. Os nobres praticamente desapareceram da política após 1792.⁴⁸⁶

O Clube dos Jacobinos é, portanto, uma miscelânea de deputados do Terceiro Estado e também de outros nobres e membros do Clero que se juntaram em busca de um objetivo em comum: elaborar uma constituição para a França levando em consideração os problemas enfrentados pelo reino e as necessidades de renovações no âmbito da política e tinham o Clube como um espaço de discussões preliminares no *backstage* da Revolução. Com o passar dos anos, como vimos, o Clube vai se tornar uma referência cuja credibilidade é compartilhada não só por seus membros, mas pelas sociedades afiliadas da própria França e de outros países, aumentando exponencialmente a sua influência, mas, por ser um grupo tão heterogêneo, isso vai refletir diretamente sobre os embates internos e os impasses nos momentos de busca por resoluções e posicionamentos em comum.

Isso revela muito sobre a forma como os jacobinos compreendiam a si mesmos e como os grupos divergentes dentre os jacobinos se viam como detentores de um poder de decisão que já vinha desde a abertura da assembleia constituinte, pois foi uma imposição do Terceiro Estado personificado nas figuras de deputados de todo o reino que formou essa visão coletiva de agentes transformadores com uma missão de trazer mudanças necessárias para a política francesa. Por isso salientamos que a teoria que ordenou a pesquisa, a saber, a noção de *representação* construída por Roger Chartier foi basilar para chegar à compreensão dos jacobinos por eles mesmos e o tipo de sociabilidade que exerciam no Clube e qual era o seu papel na Revolução, afinal, denominações como a de “patriotas”, “amigos da constituição”, “inimigos”, “traidores” que vimos através das atas vêm justamente do jogo de forças que cada parte desse cenário acreditava ter, mas mesmo com as tentativas de tentar barrar as atividades dos jacobinos eles conseguiram se impor com mais eficiência, tornando-se o grupo mais notório de toda a Assembleia.

Até 1791, porém, o impulso republicano que alguns autores defendem não foi algo que tenha modificado profundamente as opiniões dos jacobinos no Clube, ou mesmo na Assembleia. Apesar de alguns nomes serem conhecidos por um posicionamento mais “radical”, é difícil tratarmos da radicalidade pensando nas propostas que observamos até a fuga do rei e sua família. Após o episódio, os principais cordeliers que militavam ao lado dos jacobinos, por sua vez, vão assumir uma postura mais incisiva e defender que o rei é um criminoso que deve ser afastado do trono, no entanto, essa opinião não é amplamente aderida

⁴⁸⁶ HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 197.

nem compartilhada pela totalidade dos jacobinos. Foi então que passaram a discutir sobre um assunto crucial: a inviolabilidade do rei e da figura pessoal de Luís XVI. Ele deveria ou não ser responsabilizado pela trama da fuga? Talvez nesse momento seja possível entendermos que há uma mudança de perspectiva, afinal, o rei passa a ser questionado e, conseqüentemente, a instituição monárquica também passa pelo crivo racional das possibilidades que os deputados poderiam acatar.

Contudo, ao defenderem a tese das duas inviolabilidades, que pela lógica deveria leva-los às portas da afirmação republicana, continuam reservando à nação a possibilidade de indultar os erros pessoais do rei e afastar o problema do regime. Sente-se até nos debates mais vibrantes de indignação aparecer a timidez jacobina, se não diante de Luís XVI, ao menos diante da realeza: nem Robespierre nem Pétion ousam aqui, e tampouco na Assembleia, discursar contra a monarquia. Já em fevereiro, Brissot tinha percebido esse espírito timorato, que o levava a concluir que muitos jacobinos fervorosos em aparência pertenciam secretamente a um partido monarquista envergonhado.⁴⁸⁷

Por isso, configurarmos esse momento como uma radicalização sistêmica observada entre os jacobinos é exagerado. Talvez a República fosse demais até para os mais fervorosos jacobinos e, nesse momento, não tivesse força suficiente para ir além do “imaginário” de alguns deputados. É exatamente esse o ponto que devemos ter em mente: a sociedade é marcada por muitas diferenças de opiniões e o ponto máximo de instabilidade nesse momento de crise vem da falta de uma resolução unificada quanto ao que fazer com Luís XVI. Mesmo a fuga tendo sido um acontecimento que mexeu com os ânimos e que teve conseqüências emotivas, ainda assim, por se tratar de um grupo heterogêneo, houve longas discussões sobre o futuro do rei, mas pouca concretude, ou quase nenhuma resolução. Até que, uma decisão da Assembleia, que emitiu dois decretos inocentando a figura de Luís XVI, vai deixar parte dos jacobinos impaciente para que a questão seja devidamente solucionada. O silêncio sobre as discussões do Clube imposto pela decisão da Assembleia vai novamente dividir o Clube, mas agora de uma outra maneira: aqueles que não aceitavam os decretos, unem-se em um movimento para angariar apoio público (fora dos espaços circunscritos de exercício da política) para pressionar a Assembleia e, em contrapartida, é uma oportunidade para os partidários do rei também se unirem, mas, dessa vez, rompendo com os jacobinos e fundando um novo espaço definido como “moderado”: o Clube dos *Feuillants*.

⁴⁸⁷ OZOUF, Mona. *Varennes*: a morte da realeza, 21 de junho de 1791. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 173.

Dessa forma, a ruptura teve um efeito imediato, “explosivo”, que fez o Clube dos Jacobinos se esvaziar prontamente. No entanto, acreditamos que, assim como o planejamento da cisão, o impulso republicano e “radical” foram duas situações amadurecidas lentamente com o passar dos anos, mas, do ponto de vista das que analisamos, ambas não apresentaram grandes demonstrações práticas que de que aconteceriam: a República não era um plano coeso e não seria implantada tão prontamente, nem a divisão da Sociedade aconteceria de forma tão contundente e concreta. O republicanismo suscitado e temido não teve muita força naquele mês que separa a fuga da cisão dos jacobinos, no entanto, a separação dos moderados no dia 16 de julho foi uma atitude definitiva e por isso tão inesperada, pois é evidente e clara a divisão de opiniões na tribuna e ao longo das reuniões, mas conseguimos concluir através dos documentos analisados que todas as situações mencionadas não foi o suficiente para prever, justamente, esse súbito rompimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

a) Fontes textuais

AULARD, F. -A. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l’histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 1, 1889. 642 p. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja01aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014.

_____. v. 2, 1891. 662 p. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja02aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014.

_____. v. 3, p. 1-231, 1892. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja03aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014.

b) Figuras

AUBRY; VANGORP, H. N. *Société des amis de la Constitution*. Gravura. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b6950707j.r=Societe%20des%20amis%20de%20la%20Constitution?rk=21459;2>>. Acesso em: 24 set 2016.

BÉRICOURT, E. *Préparatifs de la fête de la Fédération en juillet 1790*. Desenho. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8411139v.r=f%C3%AAt%20de%20la%20f%C3%A9d%C3%A9ration%201790?rk=42918;4>>. Acesso em 18 set 2016.

BERTHAULT, Pierre-Gabriel; PRIEUR, Jean-Louis. *Massacre a La Chapelle, par les chasseurs des barrières*: en janvier 1791. Impressão. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b69447100>>. Acesso em 25 mai 2017.

MALHEUREUSE journée du 17 juillet 1791: des hommes, des femmes, des enfans ont été massacrés sur l'autel de la patrie au Champ de la Fédération. Impressão. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8411410d.r=massacre%20du%20champs%20de%20mars?rk=21459;2>>. Acesso em: 21 jul 2017.

MARSHALL, Thomas Falcon. *Arrest of Louis XVI and his Family, Varennes, 1791*. Pintura em tela. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Arrest_of_Louis_XVI_and_his_Family,_Varennes,_1791.jpg>. Acesso em: 08 mai 2017.

RETOUR de la famille royale à Paris après la fuite à Varennes. Desenho. Coleção de Michel Hennin. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b84113881>>. Acesso em: 04 nov 2015.

VUE de la procession des États généraux, à Versailles, le 4 mai 1789. Impressão. Coleção de Michel Hennin. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8410624t.r=%C3%A9tats%20g%C3%A9n%C3%A9raux?rk=21459;2>>. Acesso em: 18 set 2016.

c) *Bibliografia*

AULARD, F. -A. Introduction. IN: *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l'histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 1. 1889. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja01aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. Prefácio. *Jacobinos e jacobinismo*. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2000. 282 p. (Coleção História).

BARROS, José D'Assunção. *A Nova História Cultural* – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 12, n. 16, 1º sem. 2011.

_____. *História Cultural*: um panorama teórico e historiográfico. Textos de História, v. 11, n. 1-2, 2003. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/textos/article/viewFile/5925/4901>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

_____. *O campo da História*. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

_____. *Os campos da História*: uma introdução às especialidades da História. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.16, p. 17 -35, dez. 2004 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: < http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis16/art3_16.pdf >. Acesso em: 15 jul. 2014.

BARRUEL, A. *Memoires illustrating the history of the jacobinism*. Fraser, Michigan: American Council on Economics and Society, 1995.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício do historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. Trad. Carmen C. Varriale et ai. Brasília: Editora UnB, 1998. 2 v.

BOTO, Carlota. *Política e produção compartilhada de sentidos públicos*: rastros e rumos do jacobinismo. Revista USP, São Paulo, n. 50, p. 289-303, junho/agosto 2001.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Trad. Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CAMPION, Pierre. Penser l'Histoire en historien: François Furet: *Penser la Révolution Française. Conférence prononcée au lycée Chateaubriand de Rennes le mardi 23 octobre 2007*. Disponível em: <http://www.lycee-chateaubriand.fr/cru-atala/publications/conferences07_08/campion_furet.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2015.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (Org.). Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002. (Memória e Sociedade)

_____. *A história ou a leitura do tempo*. Trad. Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

_____. *Origens culturais da Revolução Francesa*. Trad. George Schlesinger. São Paulo: UNESP, 2009. 320 p.

CHRISTOFFERSON, Michael Scott; GUILHAUMOU, Jacques; LOUVRIER, Julien. Aux sources de la relecture de l'histoire de la Révolution Française par François Furet: la lutte des intellectuels français contre le «totalitarisme» et ses effets sur l'histoire de l'historiographie de la Révolution Française. *Annales Historiques de la Révolution Française*, n. 2, 2010, (p. 227-238).

CLEMENTE, Rafael Willian. *História Política e a “Nova História”*: um breve acerto de contas. Cadernos UniFOA, Volta Redonda, RJ, n. 16, agosto, 2011.

DARNTON, Robert. *Boemia literária e revolução*: o submundo das letras no Antigo Regime. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

_____. *Entrevista com Robert Darnton*. Rio de Janeiro: *Topoi*, set. 2002, p. 389-397. Entrevista concedida a José Murilo de Carvalho.

_____. *O beijo de Lamourette*: mídia, cultura e revolução. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras: Schwarcz, 1990.

_____. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Trad. Sonia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DOSSE, François. *La marche des idées* – histoire des intellectuels, histoire intellectuelle. Paris: La Découverte, 2003. Resenha de: RODRIGUES, Helenice. Rev. Bras. Hist. vol. 24, n. 48, São Paulo, 2004.

DUMAS, Alexandre. *La route de Varennes*. Montréal: Éditions Le Joyeux Roger, 2010.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____. História das Idéias. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FATTORI, Vinicius. Um charlatão, padres devassos e escritores libertinos: popularização de ideias no período pré-revolucionário francês. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, Dourados: UFGD, n. 11, v. 6, jan/jun 2012. Disponível em: <<http://ojs.ws.ufgd.edu.br/index.php?journal=historiaemreflexao&page=article&op=view&path%5B%5D=1891&path%5B%5D=1057>>. Acesso em: 18 abr 2016.

FILHO, Fernando Pinheiro. *A noção de representação em Durkheim*. Revista Lua Nova, São Paulo, p. 139-155, n. 61, 2004.

FLORENZANO, Modesto. François Furet: historiador da Revolução Francesa. *Revista de História*: FFLCH-USP, p. 95-109, n. 132, 1º sem., 1995.

FURET, François. *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Trad. José Guilherme Merquior. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

_____. *Penser la Révolution Française*. Paris: Gallimard, 1978.

_____. *Pensando a Revolução Francesa*. Trad. Luiz Marques e Martha Gambini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GARCIA, Patrick. *Un bicentenaire au cœur des mutations contemporaines*. Recherches sur la Révolution Française. La Découverte/IHRF/Société des Études Robespierriennes, p. 221-233, 1991. Disponível em:

<http://www.ihtp.cnrs.fr/sites/ihtp/IMG/pdf_Garcia_BRF_au_coeur_mutations_1991_.pdf>. Acesso em: 24 set. 2015.

GODECHOT, Jacques L. *Les institutions de la France*: sous la révolution et l'empire. Paris: Presses Universitaires de France, 1968.

_____. *A Revolução Francesa*: cronologia comentada, 1787-1799. Trad. Julieta Leite. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

GROSS, Jean-Pierre. *Goodness beyond Virtue*: Jacobins during the french Revolution. Annales historiques de la Révolution Française, n. 321, jul-set 2000. Disponível em <<http://ahrf.revues.org/981>>. Acesso em: 01 mar 2016, (p. 151-152).

GUILHAUMOU, Jacques. *Jacobinisme et marxisme*. Le libéralisme politique en débat. Révolution Française.net. Disponível em: <<http://revolution-francaise.net/2006/10/01/68-jacobinisme-et-marxisme-le-liberalisme-politique-en-debat>>. Acesso em: 05 ago. 2015.

HIGONNET, Patrice. *Goodness beyond Virtue*: Jacobins during the french Revolution. Cambridge: Harvard University Press, 1998, 397 p.

HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992. (O Homem e a História).

_____. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma Patrícia Mass e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto Ed. PUC-Rio, 2011.

_____. Os tempos da historiografia. *Estrados do tempo*: estudos sobre história. Trad. Markus Hediger. Rio de Janeiro, Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2014.

ISRAEL, Jonathan. *Revolutionary ideas: an Intellectual History of the French Revolution from The Rights of Man to Robespierre*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2014.

LANGER, Johnni. *A Nova História Cultural: origens, conceitos e críticas*. História e-história, 2012. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=186>>. Acesso em: 17 jul. 2014.

LEFEBVRE, Georges. *1789: o surgimento da Revolução Francesa*. Trad. Claudia Schilling. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

_____. *A Revolução Francesa*. Trad. Ely Bloem de Melo Pati. São Paulo: IBRASA, 1966.

LOUVRIER, Julien. *Penser la controverse: la réception du livre de François Furet et Denis Richet, La Révolution française*. Annales historiques de la Révolution française, n. 351, janvier-mars, 2008. Disponível em: <<http://ahrf.revues.org/11382>>. Acesso em: 07 jul. 2015.

MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa: da queda da Bastilha à festa da federação*. São Paulo: Companhia das Letras: Círculo do Livro, 1989. 428 p.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. Na trama da Revolução Francesa com Jules Michelet. *Saeculum Revista de História*. Universidade Federal da Paraíba, n. 8/9, p. 143-155, jan./dez, 2002-2003. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/11282>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

NETO, Joachin Azevedo. *A Revolução Francesa revisitada*. História da Historiografia, Ouro Preto, n. 8, 205-210, abril, 2012. Disponível em: <<http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/viewFile/308/251>>. Acesso em 11 jun. 2014.

OLIVEIRA, Josemar Machado de. *Continuidade e ruptura em O Antigo Regime e a Revolução: o problema da centralização administrativa*. Revista História da Historiografia. Ouro Preto, n. 11, p. 230-243, 2013. Disponível em: <<http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/viewFile/474/355>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

_____. *Os jacobinismos (1789-1794)*. Dimensões, Vitória, ES, n. 19, NPIH/Ufes, 189-205, 2007.

_____. *Robespierre e a “oposição de esquerda”*: as contradições da democracia revolucionária. Dimensões, Vitória, ES, n. 13, 28-38, jul /dez, 2001.

OZOUF, Mona. *Varennes: a morte da realeza, 21 de junho de 1791*. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PERROT, Michele (Org.). *História da vida privada - 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Trad. Denise Bottmann, Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PRICE, Munro. *A queda da monarquia francesa: Luís XVI, Maria Antonieta e o barão de Broteuil*. Trad. Julio Castañon. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ROSANVALLON, Pierre. *El modelo político francés: la sociedad civil contra el jacobinismo*, de 1789 hasta nuestros días. Trad. Víctor Goldstein. Buenos Aires, Argentina: Siglo Veintiuno, 2007.

SAES, Laurent Azevedo Marques de. *A propriedade sob a república jacobina: o impacto da legislação revolucionária sobre a questão fundiária*. 2008. 210 p. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-20052008-135132/pt-br.php>>. Acesso em: 17 jul. 2014.

SAFRAN, William. *Pluralism and multiculturalism in France: post-jacobin transformations*. Political Science Quarterly, v. 118, n. 3, dez.-mar., 2003. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/30035783?uid=2&uid=4&sid=21104561984803>>. Acesso em: 17 jul. 2014.

SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos. *Acerca dos conceitos de representação*. Revista de Teoria da História, Universidade Federal do Goiás, ano 3, v. 6, dezembro, 2011. Disponível em: <http://revistadeteoria.historia.ufg.br/uploads/114/original_Artigo%202,%20SANTOS.pdf?1325192377>. Acesso em: 15 jul. 2014.

SCHAFF, Adam. *História e verdade*. Trad. Maria Paula Duarte. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

SILVA, Leonardo Santana da. *Análise sobre os métodos e conceitos em História Cultural*. História e-história, 2010. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=professores&id=132>>. Acesso em: 29 maio 2014.

SOBOUL, Albert. *A Revolução Francesa*. 6. ed. Trad. Rolando Roque da Silva. São Paulo: DIFEL, 1986.

STAROBINSKI, Jean. *1789: os emblemas da razão*. Tradução: Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SUTERMEISTER, Paul. *A meta-história de Hayden White: uma crítica construtiva à "ciência histórica"*. Revista Espaço Acadêmico, UEM, v. 9, nº 97, jun., 2009. ISSN: 1519-6186. Disponível em: <<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/7102/4141>>. Acesso em: 01 mar. 2016.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *O Antigo Regime e a Revolução*. J.-P. Mayer. (Org.) Trad. Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, M. L. de Oliveira; OLIVEIRA, M. G. de. *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 159 p. (Aprender)

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Brasília: UnB, 1998.

VOVELLE, Michel. *A Revolução Francesa* (1789-1799). Trad. Mariana Echalar. São Paulo: UNESP, 2012.

_____. *A Revolução Francesa e seu eco*. Trad. Magda Sento Sé Fonseca. Estudos Avançados, São Paulo, v. 3 n. 6 May/Aug, 1989.

_____. *A Revolução Francesa explicada à minha neta*. Trad. Fernando Santos. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

_____. *Combates pela Revolução Francesa*. Trad. Maria Lucia Panzoldo. Bauru, SP: EDUSC, 2004. 144 p. (Coleção História).

_____. *Jacobinos e Jacobinismo*. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: Edusc, 2000.

_____. *L'Historiographie de la Révolution Française a la veille du bicentenaire*. Estudos Avançados, p. 61-72. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v1n1/v1n1a06>>. Acesso em: 06 ago. 2015.

_____. *Que reste-t-il de la Révolution Française?* Storia e Futuro, n. 1, abril, 2002.

_____. *Michel Vovelle*: Investidas contra a fragmentação. Revista Pesquisa Fapesp, ed. 57, 2008. Entrevista a Mariluce Moura. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2000/09/01/investidas-contr-a-fragmentacao-2/>>. Acesso em: 07 jul. 2015.

YANNICK, Bosc; WAHNICH, Sophie. Michel Vovelle: un historien dans la commémoration. *Mots*, n. 31, jun., 1992. Disponível em: <http://www.persee.fr/docAsPDF/mots_0243-6450_1992_num_31_1_1701.pdf>. Acesso em: 16 out. 2015.

ANEXO A - Lista de deputados do Terceiro Estado e do Clero (Primeiro Estado) da região da Bretanha, parte dos quais são considerados os fundadores do Clube Bretão, a primeira forma do Clube dos Jacobinos de Paris, no contexto dos Estados Gerais em 1789

TERCEIRO ESTADO

Obs.: Os representantes do Terceiro Estado eram divididos de acordo com as Sénéchaussées, que, em linhas gerais, eram circunscrições administrativas e judiciárias das regiões da França de Antigo Regime

<i>Brest</i>	<i>Carhaix, Châteaulin, Quimperlé e outras reunidas</i>	<i>Dinan</i>	<i>Fougères, Saint-Aubin e Ilédé</i>	<i>Henne-bont</i>	<i>Lesneven</i>
LEGENDRE (Laurents-François), advogado em Brest	Le Golias de Rosgrave, advogado em Châteaulin	COURAD, advogado.	Fournier de la Pommeraye, procurador do rei em Fougères.	Delaville le Roulx, negociante em Lorient.	LeGuen de Kerangal, negociante em Landivisiau.
MOYOT, negociante em Lanildut.	Billette de Villeroche, negociante, antigo prefeito de Quimperlé	Gagon du Chesnay, advogado, prefeito de Dinan.	Lemoine de la Giraudais, advogado no parlamento de Fougères, prefeito de Fougères.	Corroleur du Moustoir, procurador do rei em Hennebont.	Proudhomme de Keraugon, de Saint-Paul-de-Léon, tenente dos artilheiros da guarda costeira e comissário dos Estados da Bretanha.
				Le Floc'n (Corentin), lavrador em Quanquiser n-en-Lignol.	

<i>Morlaix e Lannion</i>	<i>Nantes e Guérande</i>	<i>Ploërmel</i>	<i>Quimper e Concar-Neau</i>	<i>Rennes</i>	<i>Saint-Brieuc e Juyon</i>
Couppé de Kervennou, <i>sénéchal</i> * de Lannion. *Representant e da <i>sénéchaussée</i>	Guinebaud de Saint-Mesme, negociante em Nantes.	Tuault de la Bouvrie, <i>sénéchal</i> de Ploërmel.	Le Goazre de Kervélégan, <i>sénéchal</i> do <i>présidial</i> de Quimper.	GLEZEN, advogado no Parlamento de Rennes.	Palasne de Champeaux, <i>sénéchal</i> de Saint-Brieuc.
Baudouin de Maisonblanche, advogado em Lannion.	Giraud-Duplessis, advogado do rei e promotor-síndico da comunidade de Nantes.	BOULLÉ, advogado em Pontivy.	Le Déan, antigo <i>subrécargue</i> * da Companhia das Índias *Oficial de uma companhia de navegação que assegura as obrigações comerciais	Lanjuinais-advoga-do e professor de Direito canônico em Rennes.	De Neuville, <i>sénéchal</i> de Jugon.
Le Lav de Grantugen, cultivador em Plovigneau.	Baco de la Chapelle, procurador público do rei no <i>présidial</i> * de Nantes. *Tribunal civil e criminal intermediário	Robin de Morhery, advogado e agricultor em Quillio. (Renunciou quase imediatamente)	Le Guillou de Kérincuft, advogado, vereador de Quimper. (Demissionário em setembro ou outubro de 1789)	HUARD, advogado, armador em Saint-Malo. (Morto em outubro de 1789. Substituído por Varin de la Brunellier, advogado)	Poulain de Corbion, prefeito de Saint-Brieuc.
Mazurié de Pennanecu, negociante, antigo prefeito	PELLERIN, advogado em Nantes. (Renunciou	Perret de Trégadout, antigo prefeito de	Tréhot de Clermont, <i>sénéchal</i> de	Hardy de la Largère, prefeito de	

de Morlaix.	em agosto de 1790 e foi substituído por Maupassant, agricultor em Nort)	Ploërmel	Ponl-Croix. (Substitui em outubro de 1789 Le Guillou de Kérincuft, demissionário)	Vitré.	
	CHAILLOU, <i>sénéchal</i> do viscondado de Saint-Nazaire.	Le Deist de Botidoux, negociante em Uzel. (Substitui Robin de Morhéry, demissionário)		GÉRARD (Michel), cultivador em Tuel-en-Montgermont.	Vannes, Auray e Rhys
	JARY, negociante, diretor de minas em Nort.			Le Chapelier, advogado em Rennes.	Lucas de Bourgerel, advogado em Vannes.
	COTTIN, secretário do rei e senhor de Saffré.			Defermon des Chapelières, procurador do Parlamento de Rennes, comissário dos Estados da Bretanha.	DUSERS, conselheiro no <i>présidial</i> de Vannes.
	BLIN, médico em Nantes				

CLERO

<i>Diocese de Dol</i>	<i>Diocese de Nantes</i>	<i>Diocese de Quimper</i>	<i>Diocese de Rennes</i>	<i>Diocese de Saint-Brieuc</i>
SYMON, reitor da Boussac.	MOYON, reitor de Saint-André-des-Eaux. (Demissionário em agosto de 1789)	De Lessègues De Rosaven, <i>prieur</i> *-reitor de Plogonnec. *Em francês, <i>prieur</i> é o segundo na hierarquia de uma igreja, abaixo do padre e por ele escolhido para representá-lo em caso de ausência.	GUILLOU, reitor de Marligné-Ferchaud. (Renunciou em agosto de 1789)	RUELLO, reitor de Loudéac.
GARNIER, reitor de Notre-Dame-de-Dol.	CHEVALLIER, reitor de Saint-Lumine-de-Coutais. (Demissionário na mesma data)	GUINO, reitor d'Elliant.	VANNEAU, reitor de Orgères.	HINGANT, reitor d'Ândel.
	MAISONNECVE, reitor de Saint-Étienne-de-Montluc. (Demissionário na mesma data)	Loëdon de Keramon, reitor de Gourin. (Substituiu o padre Hervé, quando renunciou).	HUNALT, reitor de Bille e decano de Fougères. (Renunciou em agosto de 1789)	
	BINOT, diretor do Collège d'Ancenis. (Eleito para as eleições suplementares de 25 de setembro de 1789)		Dubourg-Lancelot, reitor de Béliers. (Eleito para as eleições suplementares de 12 de setembro de 1789)	

			1789)	
	LATYL, membro do oratório. (Eleito para as mesmas eleições)		Querec de Lacoste, recteur de Saint-Jean-de-Rennes. (Eleito para as mesmas eleições)	
	MÉCHIN, reitor de Brains, próximo de Mâbecoul. (Eleito para as mesmas eleições)			
<i>Diocese de Saint-Malo</i>	<i>Diocese de Saint-Paul-de-Léon</i>	<i>Diocese de Tréguier</i>	<i>Diocese de Vannes</i>	
RATHIER, reitor de Broons.	EXPILLY, reitor de Saint-Martin-de-Morlaix.	LUCAS, reitor do Miniliy-Treguier.	GABRIEL, reitor de Questembert.	
ALLAIN, reitor de Notre-Dame-de-Josselin.	Dom Verguet, <i>prieur</i> da abadia real de Relec.	DELAUNAY, <i>prémontré*</i> de Beauport, <i>prieur</i> de Plonagat. *Membros de uma ordem canônica criada por Norbert de Xanten.	GUÉGAN, reitor de Pontivy.	
			LOAISEL, reitor de Redon. (Demissionário em agosto de 1789)	

			Le Breton, <i>prieur</i> dos Beneditinos de Redon. (Substitui Loaisel em setembro de 1789)	

Fonte: AULARD, F. -A. Introduction. La Société des Jacobins: recueil de documents pour l'histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 1, p. V-VIII, 1889. Disponível em:
<<https://archive.org/details/lasocitdesja01aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014.

ANEXO B - Déclaration des droits de l'homme et du citoyen: Décretés par l'Assemblée Nationale dans les séances des 20, 21, 23, 24 et 26 août 1789, acceptés par le Roi



Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Fonte: Gallica – Bibliothèque Nationale de France. Disponível em:
<<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b69480451/f1.item.r=d%C3%A9claration%20des%20droit%20de%20l'homme%20et%20du%20citoyen%201789>>. Acesso em: 07 dez 2016.

ANEXO C – Petição escrita pelos comissários jacobinos contra os decretos da Assembleia Nacional entre 15 e 16 de julho de 1791

Os Franceses abaixo-assinados, membros do soberano, consideram que, sobre as questões ligadas à salvação do povo, há seu direito de manifestar seu voto para esclarecer e conduzir seus mandatários;

Que jamais se apresentou questão mais importante que essa que diz respeito à deserção do rei;

Que o decreto tomado em 15 de julho que contém nenhuma disposição relativa à Luís XVI;

Que obedecendo a esse decreto é importante decidir rapidamente sobre o futuro destino deste indivíduo; que sua conduta deva servir de base para essa decisão;

Que Luís XVI, depois de ter aceitado as funções reais e jurado defender a constituição, desertou o posto que lhe foi confiado; protestou, por uma declaração escrita e assinada por sua mão, contra essa mesma constituição; procurou paralisar, por sua fuga e por suas ordens, o poder executivo, e a derrubar a constituição por sua cumplicidade com os homens acusados hoje de tal atentado;

Que seu perjúrio, sua deserção, sua protestação, sem falar de todos os outros atos criminais que os precederam, acompanhados e seguidos, predominam uma abdicação formal da coroa constitucional que lhe foi confiada;

Que a Assembleia nacional jugou assim se amparando do poder executivo, suspendendo os poderes do rei e lhe mantendo em um estado de prisão;

Que as novas promessas da parte de Luís XVI de observar a constituição não poderiam oferecer uma garantia suficiente à nação contra um novo perjúrio e contra uma nova conspiração.

Considerando enfim que será assim contrário à majestade da nação ultrajada que contrária aos seus interesses de confiar agora as rédeas do império a um homem perjuro, traidor e fugitivo:

Demandam formalmente e especialmente que a Assembleia nacional tem que receber, em nome da nação, a abdicação feita em 21 de junho, por Luís XVI, da coroa que lhe foi delegada, e preencha sua substituição por todos os meios constitucionais;

Declarando os abaixo-assinados que eles não reconhecerão jamais Luís XVI por seu rei, a menos que a maioria da nação emita um desejo contrário a essa da presente petição.⁴⁸⁸

⁴⁸⁸ Fonte: AULARD, F. -A. *La Société des Jacobins*: recueil de documents pour l'histoire du Club des Jacobins de Paris. Paris: Maison Quantin, v. 3, p. 1-231, 1892. Disponível em: <<https://archive.org/details/lasocitdesja03aulauoft>>. Acesso em: 30 maio 2014, p. 19-20.